

NARRATIVAS DE PROFESSORES SURDOS DO ENSINO SUPERIOR SOBRE OS PROCESSOS DE PRODUÇÃO ACADÊMICA



Karoline Kist
2020

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – MESTRADO E
DOUTORADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

Karoline Kist

**NARRATIVAS DE PROFESSORES SURDOS DO ENSINO SUPERIOR SOBRE OS
PROCESSOS DE PRODUÇÃO ACADÊMICA**

Santa Cruz do Sul

2020

Karoline Kist
Bolsista PROSUC / CAPES Modalidade II

**NARRATIVAS DE PROFESSORES SURDOS DO ENSINO SUPERIOR SOBRE OS
PROCESSOS DE PRODUÇÃO ACADÊMICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado e Doutorado, Área de concentração em Educação, Linha de Pesquisa Educação, Cultura e Produção de Sujeitos, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Camilo Darsie de Souza

Santa Cruz do Sul
2020

Karoline Kist

**NARRATIVAS DE PROFESSORES SURDOS DO ENSINO SUPERIOR SOBRE OS
PROCESSOS DE PRODUÇÃO ACADÊMICA**

Esta dissertação foi submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado e Doutorado, Área de concentração em Educação, Linha de Pesquisa Educação, Cultura e Produção de Sujeitos, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Dr. Camilo Darsie de Souza

Professor Orientador – UNISC

Dr. Cláudio José de Oliveira

Professor Examinador - UNISC

Dra. Betina Hillesheim

Professora Examinadora –UNISC

Dr. Lodenir Becker Karnopp

Professora Examinadora - UFRGS

Dr. André Ribeiro Reichert

Professora Examinadora – UFSC

Santa Cruz do Sul

2020

A filha Isadora e aos meus pais Benno e Ângela

AGRADECIMENTOS

À Isadora, a filha querida que ganhei na vida. Pela paciência, compreensão, amizade e desafios.

Aos pais Benno e Ângela: Obrigado por tudo, pelos cuidados da minha filha, por compreender os meus momentos que tive. Pelo incentivo para lutar os meus objetivos, pela melhor educação que tive, pelo esforço para me dar o melhor de si. Agradeço muito pelo amor, carinho e a compreensão. Esta conquista dedico aos meus pais.

À mãe Ângela: Pelo apoio que deu mesmo em momento tão difícil da saúde dela, quando consegui passar todas as etapas do processo seletivo do mestrado, que me deixava tão angustiada e ansiosa. Essa força mãe me deixou muito confiante e valorizou ainda mais a vitória alcançada.

Ao Alexandre: Por suportar todas as exigências nos meus estudos, e ainda mais por me estimular, ter compreensão e paciência. Seu carinho, seu amor e sua força são fundamentais para alcançar os melhores resultados e a minha felicidade.

À vovó Gertrudes, sempre curiosa em saber como vai “aquele mestrado”, sempre preocupada comigo nos momentos difíceis, sempre pronta a oferecer. Muito carinho, amor e solidariedade.

Aos tios Marlise e Alírio e primo Eddo: Obrigada por me incentivaram sempre e a sua torcida, mesmo a distância.

A parceira de estudos Daiane que o Mestrado me trouxe: Obrigada por tanta paciência e disposição em todos os momentos em que necessitei, pelo incentivo e apoio para me sentir segura, pelas ricas palavras e luzes oferecidas na discussão de conceitos e enfrentamos de desafios na aprendizagem. Eterna gratidão!

À sua filha Helena, uma sapeca linda: obrigada por emprestar a sua mãe para mim.

À amiga que o Mestrado me trouxe: Muita gratidão a Janaina da Cruz pelo trabalho de tradução e interpretação bem árduo durante as aulas e monitorias e pela amizade linda que surgiu nesse processo.

A minha querida Adriana (*In Memoriam*), que mesmo convalescente, se empenhou em tratar comigo sobre dissertação e acreditou no meu potencial. Deixou um enorme vazio, mas também a lembrança de uma pessoa cativante, motivadora, que me estimulou a seguir adiante no seu legado e na minha disposição de auxiliar a movimentar na educação dos surdos.

Ao meu ex-orientador e professor Claudio por me abrir uma porta aberta imensa de novas oportunidades na universidade onde eu estou ligada quase metade da vida. E por acreditar nos meus estudos e nos meus caminhos.

Ao orientador e professor Camilo, por me fazer sentir mais segura sempre me apoiando, dando conselhos, orientando, oferecendo boas ideias. E pela jornada de trabalho e paciência exigidas por sua primeira orientanda surda.

Às secretárias do Programa de Pós-Graduação, Mariele e Daiane, pelo apoio sempre oferecido quando precisei.

Às minhas irmãs e os meus cunhados Kristine e Tércio, Karin e Douglas, pelo respaldo sempre demonstrado.

Aos meus sobrinhos Yanna, Bernardo e Yaggo que ainda não entendem o que é o estudo, mas me fazem muito feliz.

À CAPES, por acreditar na minha pesquisa que valoriza a comunidade surda e a língua de sinais, possibilitando a sua maior divulgação e reconhecimento junto à sociedade ouvinte e mais amplo desenvolvimento cultural.

Recuso-me a ser considerada excepcional, deficiente. Não sou. Sou Surda. Para mim, a Língua de Sinais corresponde à minha voz, meus olhos são meus ouvidos. Sinceramente nada me falta. É a sociedade que me torna excepcional.

Emmanuelle Laborit, o voo da gaivota

RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo problematizar as implicações da norma ouvinte nos processos de subjetivação do professor surdo no Ensino Superior. Com base nesse objetivo, se apresenta a seguinte pergunta, como problema de pesquisa: Quais as implicações das normas pensadas por e para ouvintes nos processos de subjetivação do professor surdo, quanto a produção acadêmica, no Ensino Superior? Para isso, o presente estudo se apoia no campo dos Estudos Culturais articulado ao campo dos Estudos Surdos. Para a produção do material empírico, foram realizadas entrevistas narrativas com cinco professores surdos que ministram a disciplina Língua Brasileira de Sinais em universidades federais do Brasil. As narrativas se apresentaram como um conjunto de saberes e conhecimentos no que diz respeito a subjetivação dos mesmos em cada história de vida. Nas entrevistas, emergiram como se constitui os seus processos de subjetivação de professor surdo na produção acadêmica no espaço de Ensino Superior. As narrativas dos professores surdos e a minha narrativa demonstram de forma impactante os desafios que temos que enfrentar, ou seja, os movimentos políticos que precisamos fazer diariamente. É possível entender a abordagem de narrativa dos professores surdos em produzir, transgredir, transformar, compreender e a tensão dos sujeitos surdos que se envolvem na produção acadêmica nas Instituições de Ensino Superior. Os resultados apontam a resistência como uma estratégia surda no espaço da norma ouvinte, para o entendimento da diferença linguística. Os professores surdos apresentam os limites da sua escrita de Língua de Sinais e narraram da sua importância de confirmar o valor de reconhecimento da Língua de Sinais como uma nova estratégia de novas políticas para a estruturação de língua portuguesa no contexto de Ensino Superior.

Palavras-chave: Professor surdo. Produções Surdas. Norma ouvinte. Resistência. Subjetivação

ABSTRACT

This thesis' purpose is to explore the implications of the hearing standards in the deaf professor's subjectivation processes in the higher-education. Base on this purpose, the following question is presented as research problem: Which are the implications of the standards to and for listeners in the deaf teacher's subjectivation processes, regarding the academic production in the higher-education? Considering this problematic, the following research leans on the Cultural Studies area articulated to the Deaf Studies area. In order to produce the empirical study, narrative interviews were conducted with five deaf professors that provide Brazilian Sign's Language classes at Brazilian Federal Higher Education Universities. Such narratives present themselves as a collections of knowledge and lessons learned regarding their own subjectivation process in each one's life history. During the interviews, the deaf professor's subjectivation building process of the higher-education academic production emerged. Such deaf professor's narratives and my own narrative, demonstrates, through an impactful way, the challenges we face and the political barriers we have to break on a daily basis. It's possible to understand the deaf professor's narrative approach in producing, transgressing, transforming, understanding and the tension of deaf people which are engaged in the academic production of the higher-education institutions. The results of this study demonstrate that resistance is used as a strategy of deaf people in the listener's standard space in order to understand the linguistic differences. The deaf professors present the limits of their written signs language and narrate how important is to confirm the value of signs language as a new strategy to support the creation of new policies to structure the Brazilian language in the higher-education context.

Keywords: Deaf professor`s. Deaf`s production. Listener standard. Resistance. Subjectivation

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Produção acadêmica dos surdos	29
Gráfico 2 – Ciências sociais aplicadas	30
Gráfico 3 – Formação de professores de surdos.....	30
Gráfico 4 – Ciências sociais aplicadas	31
Gráfico 5 – Ciências sociais aplicadas	31
Gráfico 6 – Subjetividades surdas	32
Figura 1 – Polícia.....	84
Figura 2 – Configuração de mão	85
Figura 3 - Cuidar	85
Figura 4 - Igualdade – equidade - liberdade	106
Figura 5 – Estudos registrados	117
Figura 6 – Diários 1999 até 2009	119

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
BPC	Benefício de Prestação Continuada
BDTD	Biblioteca Digital Brasileiro de Teses e Dissertações
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CESB	Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CODA	<i>Children of Deaf Adults</i>
EAD	Educação à Distância
ENPLES	Encontro Nacional de Professores da Língua Brasileira de Sinais no Ensino Superior
FACED	Faculdade de Educação
FENEIS	Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos
IES	Instituições de Ensino Superior
INES	Instituição Nacional da Educação dos Surdos
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
MEC	Ministério Nacional da Educação
NAAC	Núcleo de Apoio ao Atendimento
PNE	Plano Nacional de Educação
PPGLS	Programa de Pós-Linguística
PROLIBRAS	Proficiência de Língua Brasileira de Sinais
PUC	Pontifícia Universidade Católica
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial do Rio Grande do Sul
SINAIS	Sujeitos, Inclusão, Narrativas, Alteridade, Identidades e Subjetividades
TCLE	Termo de Consentimentos Livre e Esclarecido
TILS	Tradutor e Interprete de Língua de Sinais
UCP	Universidade de Católica Portuguesa – Lisboa Portugal
UFERSA	Universidade Federal Rural do Semi-Árido
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria

ULBRA	Universidade Luterana do Brasil
UNICID	Universidade Cidade de São Paulo
UNISC	Universidade de Santa Cruz do Sul
UNISINOS	Universidade do Vale do Rio dos Sinos
WFD	<i>World Federation of the Deaf</i>

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	15
1 NARRATIVA DE UMA TRAJETÓRIA FORMATIVA	19
1.1 Experiência terapêutica: família	19
1.2 Experiência inocente: escola	21
1.3 Experiência inicial na graduação	23
1.4 Experiência na docência.....	24
2 FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DE PROFESSORES SURDOS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR	28
2.1 Estado do conhecimento: pesquisa realizada na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).....	29
2.2 Formação dos professores surdos nas políticas educacionais do Brasil	35
35 PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO OU MODOS DE SER PROFESSOR SURDO	41
3.1 Subjetivação	43
3.2 Subjetividade surda produtiva	47
4 DAS ENTREVISTAS: NARRATIVAS SURDAS SINALIZADAS.....	51
4.1 Sujeitos da pesquisa: professores surdos.....	54
4.1.1 Eduard Huet.....	58
4.1.2 Marlee Matlin	59
4.1.3 Helen Keller	61
4.1.4 Charlotte Elizabeth Tonna	64
4.1.5 Emmanuelle Laborit.....	66
5 PROFESSOR SURDO NO ESPAÇO ACADÊMICO: ENTRE DUAS LINGUAS	69
5.1 A condição linguística na Docência Surda: Língua Portuguesa e Libras	69
5.2 Sinônimos e conceitos: tensionamento entre duas línguas.....	83
5.3 Acesso a Editais e Normas: tempo ouvinte x tempo surdo	90
5.4 Produções X Publicações Surdas	93
6 FECHANDO COM A MINHA NARRATIVA	105
REFERÊNCIAS	108
ANEXO A – Termo de consentimento livre e esclarecido	113
ANEXO B – Experiências de surdos com a produção escrita na academia.....	116
ANEXO C - Experiencias com meus diários de produção escrita	119

APRESENTAÇÃO

A surdez constitui uma diferença a ser politicamente reconhecida, uma experiência visual. A surdez é uma identidade múltipla ou multifacetada e, finalmente, a surdez está localizada dentro do discurso sobre a deficiência.
(Carlos Skliar, 2010).

A surdez, na perspectiva da deficiência, investe na correção/normalização dos indivíduos na sociedade. Ela se apresenta de forma terapêutica, que consiste em pensar nos sujeitos surdos equiparando-os aos ouvintes, ou seja, assumindo um modelo de vida adequado aos ouvintes, porém difícil para os surdos. Contudo, há outros modos de entender a posição do sujeito surdo. Nas palavras de Lopes e Thoma (2013, p. 2):

[...] se inscrevem discursos que subjetivam e constituem o sujeito para viver na condição de deficiente e discursos que subjetivam e constituem o sujeito como surdo, diferente, representante de uma comunidade linguística específica e/ou, ainda, discursos que subjetivam e constituem o sujeito para viver como implantado, como alguém que, ao colocar um dispositivo eletrônico que faz a função das células lesadas ou ausentes para a audição, passa a viver em função de tratamentos para que se pareça o mais possível com os que ouvem.

Na perspectiva da diferença, conforme anunciado pelas autoras, a pessoa surda não é considerada somente pela sua perda auditiva, já que é reconhecida a sua interação com o mundo por meio de experiências visuais, manifestação da sua cultura e de sua comunicação em Língua Sinais.

Entende-se que as línguas sinalizadas são as línguas maternas dos sujeitos surdos, devido a suas características e pela primazia visual que substituem eficazmente a comunicação oral/auditiva. A aquisição da Língua Portuguesa escrita acontece, para os alguns surdos, tardiamente, pois não acompanha o estímulo auditivo. Por isso é considerada uma segunda língua.

Para Fernandes e Moreira (2014), o bilinguismo para os surdos brasileiros se apresenta como uma situação em que a comunidade surda se identifica com a Libras e assim a utiliza na comunicação com outros surdos e com ouvintes bilíngues. Pelo fato da sua manifestação se dar de forma visual e natural o que implica na construção de sentidos sobre o mundo de forma diferente dos ouvintes, produzindo uma cultura visual aproximando os surdos. De acordo com as referidas autoras, é preciso também compreender que a língua portuguesa é a língua oficial do país, utilizada em contextos familiares, escolares, profissionais, entre outros. Tal questão

exige da pessoa surda conhecimento da língua portuguesa para situações formais, por isso ela assume o status de segunda língua para os surdos brasileiros, e se torna obrigatória no processo de escolarização dos surdos. Tal questão caracteriza a condição bilíngue dos sujeitos surdos no Brasil.

Tendo em vista tais questões e por ter trabalhado como professora surda em uma instituição de ensino de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, vivenciei experiências e acompanhei narrativas de outros professores surdos sobre seus processos de formação e produção acadêmica a partir da Língua Portuguesa escrita. Percebendo os relatos dos professores e colegas surdos acerca de suas experiências de formação, me chamou atenção a diferença entre os professores surdos e os ouvintes, especialmente, quanto a publicação dos seus trabalhos científicos. É marcante o fato de professores surdos terem pouca produção acadêmica em relação aos ouvintes em função das dificuldades com a Língua Portuguesa escrita¹.

A partir dessa contextualização, apresento o meu problema de pesquisa:

Quais as implicações das normas pensadas por e para ouvintes nos processos de subjetivação do professor surdo, quanto a produção acadêmica, no Ensino Superior?

Para responder a esse questionamento, destaco como objetivo geral: problematizar as implicações da norma ouvinte nos processos de subjetivação do professor surdo no Ensino Superior. Deste modo, busco entender os processos de subjetivação que envolvem o sujeito profissional surdo no Ensino Superior e analisar as ‘dificuldades’ narradas pelos docentes no processo de escrita e publicação dos textos acadêmicos.

A pesquisa se insere na Linha de Pesquisa *Educação, Cultura e Produção de Sujeitos*, do Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado e Doutorado – da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Nessa Linha de Pesquisa são produzidos estudos que visam analisar a cultura e produção de sujeitos, tendo em vista problematizações referentes às identidades e à diferença, às relações de saber-poder e às estratégias biopolíticas no campo da educação. Isto ocorre por meio de uma perspectiva interdisciplinar, de temáticas relativas à saúde, à assistência social, às relações étnico-raciais, às relações de gênero e sexualidade, à infância, à inclusão, às

¹ Considerando esta questão, a pesquisadora e seu orientador optaram por manter aspectos linguísticos e culturais relativos aos sujeitos surdos. Entendeu-se que esta pode ser uma oportunidade de resistência ou de manifestação política relacionada ao tema da pesquisa, qual seja, a produção acadêmica escrita de sujeitos surdos.

especialidades, ao currículo, às políticas públicas e à formação de professores (UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL, 2018).

Além disso, participo do Grupo de Pesquisa SINAIS – Sujeitos, Inclusão, Narrativas, Alteridade, Identidades e Subjetividades. Esse Grupo de Pesquisa iniciou suas atividades em 2008 e desde então vem produzindo conhecimentos através da problematização das estratégias que são utilizadas para a inclusão, subjetivação e governo de sujeitos que compõem os chamados grupos em situação de exclusão, risco ou vulnerabilidade social². O SINAIS é formado por pesquisadoras surdas e ouvintes do Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado e Doutorado – da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Tal experiência me proporcionou a vivência necessária para questionar os desafios relativos às publicações de docentes/pesquisadores surdos. De acordo com Quadros (2008, p. 41):

nos processos de ensino-aprendizagem os participantes (alunos e professores) desenvolvem habilidades e conhecimento compartilhadamente, uns com os outros, superando suas limitações e dificuldades coletivamente. Nessas situações, operam com os objetos de conhecimentos e com ferramentas e podem, além de observar os efeitos de suas interações, compartilhar o processo, os resultados e as dificuldades. Ou seja, os estudantes precisam ser ativos, criativos e participativos. Ser capazes de estudarem sozinhos, mas também de estudarem em pequenos e grandes grupos.

Nesse grupo, assim como nas disciplinas cursadas na UNISC, na Linha de Pesquisa mencionada, as pesquisas são desenvolvidas em uma perspectiva teórica que articula os Estudos Culturais e os Estudos Foucaultianos. Ao longo dos dez anos do Mestrado da UNISC também foram desenvolvidas pesquisas que articulam Estudos Culturais e Estudos Surdos, as quais apresento no capítulo 3 desta dissertação. As referidas pesquisadas me inspiraram por discutirem questões que se relacionam com minhas experiências como surda. Ainda, me senti envolvida nas leituras em busca de relacionar a Educação dos Surdos com as políticas de inclusão dos professores surdos na academia.

Com relação aos questionamentos que envolvem a pesquisa, a mesma foi desenvolvida com base em entrevistas com professores surdos que atuam na Educação Superior de modo a analisar suas narrativas. Nessas entrevistas pude visualizar os desafios que os envolvem, as estratégias que utilizam para escrever seus projetos de pesquisa e de extensão, relatórios de pesquisa, trabalhos para eventos, artigos para revistas, capítulos de livros e livros. Para isso, entrevistei cinco professores surdos de Instituições de Ensino Superior (IES), sendo dois do Rio Grande do Sul, uma de Minas Gerais, uma de Santa Catarina e uma do Rio Grande do Norte. A

² Disponível em: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/3079025401567038>

escolha dos professores do Rio Grande do Sul se deu pelo meu contato profissional com os professores surdos dessas instituições. E a escolha de Santa Catarina se deu por ser um Estado referência na oferta de cursos de Letras Libras que se expande por outros polos no Brasil. A escolha da professora do Rio Grande do Norte se deu por ser indicada por um colega da linha de pesquisa.

A presente dissertação está organizada em seis capítulos: a primeira se intitula como *Narrativa de uma trajetória formativa* em que apresento minha narrativa, sobre minha própria trajetória de formação, do percurso da educação básica à experiência como professora; a segunda, nomeio como *Formação e atuação de professores surdos na educação superior* e exponho o processo de formação de professores surdos de Libras e sua atuação nas instituições de Ensino Superior; na terceira parte apresento como *Processos de subjetivação ou modos de ser professor surdo* para abordar as questões teóricas e metodológicas que pautam a presente proposta de pesquisa; na quarta intitulada como *Das entrevistas: narrativas surdas sinalizadas*, expondo as narrativas dos professores surdos no seu processo de produção acadêmica no espaço acadêmico no Ensino Superior, no quinto capítulo *Professor surdo no espaço acadêmico: entre duas línguas* analiso onde as condições linguísticas na Docência Surda e nas produções e publicações surdas, no tempo ouvinte e surda e; no sexto capítulo apresento o *Fechando com minha narrativa*; e, por último apresento as *Referências*.

1 NARRATIVA DE UMA TRAJETÓRIA FORMATIVA

Memória - uma palavra a que se convencionou atribuir o sentido de uma escrita que evoca fatos assistidos ou de que se tenha tomado parte; uma descrição das experiências vividas; uma escrita de si que permita olhar-se em singularidade dentro de um coletivo.

(Maura Cornini Lopes, 2010)

Memória - construção de uma relação reflexiva consigo mesmo, resultado do observar-se, decifrar-se, interpretar-se, narrar-se, julgar-se e dominar-se.

(Jorge Larrosa, 1994).

1.1 Experiência terapêutica: família

Nesse capítulo trago minhas experiências de formação desde a Educação Básica até minha última experiência profissional, como professora de Libras na UFRGS, no período de 09 de maio de 2017 até 13 de outubro de 2017. Essa elaboração é entendida como um exercício constitutivo de significados, que implica não apenas uma ‘visitação’ ao meu passado, mas também a construção de uma narrativa do presente, em que também me é oportunizado arquitetar ideias futuras. Ao narrar tais experiências, busco compartilhar minhas vivências como aluna surda que estudou em turmas de ouvintes na Educação Básica sem a presença de intérpretes, passando pela formação no Ensino Superior com intérpretes até minha atuação como professora de Língua Brasileira de Sinais para ouvintes, em duas universidades.

Sendo assim, destaco que de minha experiência familiar guardo muitas lembranças e, uma delas, que certamente me provocou a chegar até aqui, diz respeito à minha identidade surda produzida tardiamente. Sou a primeira filha de uma família de três meninas. Nasci surda e minhas irmãs também. A surdez é genética³ por parte da família de meu pai. Mesmo assim, foi um grande impacto para os meus pais terem três filhas surdas. Na minha infância e adolescência, apesar do apoio fundamental de meus pais e de meus esforços para aprendizagem escolar, comunicação, convivência com as diferenças, às vezes eu me sentia solitária e sofria em meio a outras pessoas por não ser compreendida através de meus sinais e sons intraduzíveis. Em muitas situações percebi quando a benevolência constituía critérios de aprovação em minhas tarefas escolares.

³ Meus dois tios-avôs paternos eram surdos.

Além disso, minha experiência surda era produzida a partir de uma concepção clínica terapêutica. O contexto em que estava envolvida se desenhava pelo uso do aparelho auditivo e consultas com a fonoaudióloga. Minha mãe era responsável por levar minhas irmãs e eu para o tratamento fonoaudiólogo, em Porto Alegre, pois na cidade de Santa Cruz do Sul não havia esse tipo de atendimento, à época. Somente após da criação da clínica Crescer⁴ passamos a ter atendimento na cidade, quando eu já estava com nove anos de idade.

Neste espaço, era proibido usar sinais, apenas o uso de fala e de leitura labial. Eu estava aprisionada nesse processo, pois não era possível sentir os meus próprios sentimentos e pensamentos com minhas expressões que se dão de forma gestual e visual. A minha fala era técnica e desprovida de sentimentos. Para a alegria dos meus pais, a minha primeira palavra, aos 4 anos de idade, foi para o meu pai quando chegou de viagem na rodoviária. O encontro foi muito emocionante pois ouviram a voz da filha, pela primeira vez, soando apenas 4 letras: PAPA.

Aos 12 anos, cansada da rotina que envolvia os estudos escolares e os intermináveis atendimentos clínicos, desisti das sessões de treinamento fonoaudiólogo. Esse tratamento clínico me ajudou a falar melhor, articular as movimentações da boca e os sons das letras, porém não me transformou em uma pessoa ouvinte. Thoma e Kraemer (2017, p. 34) apresentam que:

Por meio da aliança da educação com os saberes médicos-clínicos, os sujeitos com deficiência “passaram a ser analisados, observados, diagnosticados e identificados como sujeitos que precisavam ser submetidos a práticas corretivas e reabilitados” para que pudessem ser aproximados, o máximo possível, da normalidade.

Naquele período eu tinha pouco conhecimento da Libras e pouco contato com a comunidade surda⁵. Em termos de políticas públicas pouco se pensava em pesquisas na área da Educação de Surdos. Como exposto por Thoma e Kraemer (2017), as ações voltadas para pessoas com deficiência, no Brasil, do período Imperial até a década de 1970 eram parte de uma história em que as pessoas com deficiência eram percebidas como pessoas desprovidas de autonomia para decidir sobre a sua própria vida. Porém, foi a partir de 1950, houve a emergência de movimentos afirmativos para lutar por direitos humanos e pela capacidade de decisão sobre a sua própria vida, por parte das pessoas surdas.

⁴ É um Centro de Desenvolvimento Integrado onde atende nas áreas de Educação Especial, fonoaudiologia, psicologia, psicopedagogia, terapia ocupacional e estimulação precoce. Essa instituição tem 27 anos atendendo as pessoas.

⁵ É como minoria onde compartilha as formas de comunicação visual, nos espaços de partilhas linguísticas e os marcadores culturais próprios que acenam as possibilidades de existir e vivenciar a diferença, para além das práticas e discursos ouvintistas.

1.2 Experiência inocente: escola

Na minha experiência escolar, incluída em escolas regulares, tive muitas dificuldades, pois não compreendia o que os professores e colegas falavam e não havia tradutores e/ou intérpretes de Língua Portuguesa para Libras. No processo de aprendizagem, principalmente no que diz respeito ao uso da língua portuguesa escrita, me esforcei muito e também foi necessário o apoio extra escolar, com aulas particulares que auxiliavam no meu desenvolvimento da produção escrita.

Um pouco desta experiência é descrita pelas palavras de Ronice Quadros (2005, p. 29), quando escreve sobre as crianças surdas:

Elas olham as bocas se movimentando e sabem que, através destes movimentos, as pessoas expressam pensamentos e ideias, mas, mesmo havendo total percepção, não compreendem esta língua. Em alguns casos, passam por processos terapêuticos intensos e chegam a adquirir a língua portuguesa, mas de forma sistemática e limitada. A diferença na modalidade da língua e do acesso a ela implica diferença na forma de aquisição dessa língua.

Na Educação Infantil estudei em uma classe especial com uma proposta clínica, na Escola Estadual de Ensino Fundamental Gaspar Bartholomay⁶, escola em que concluí o Ensino Fundamental, localiza-se na cidade de Santa Cruz do Sul, no Rio Grande do Sul. Entretanto, ao ingressar nos anos iniciais não tinha professores usuários da língua de sinais, nem intérpretes para os alunos surdos. Eu contava com uma estrutura familiar que possibilitava meu desenvolvimento, reforço escolar no turno inverso e aulas particulares, mas os colegas surdos que não tinham esse suporte acabavam por repetir de ano. Muitos pararam de estudar na 4ª série devido às inúmeras repetências e falta de estrutura em um contexto que se dizia inclusivo. Como Santa Cruz do Sul é uma cidade do interior do estado, as famílias, na maioria das vezes, não tinham conhecimento das leis e medidas de assistência à educação. Como apresentado por Thoma e Kraemer (2017) já existia a Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro (Cesb) que foi instituída pelo Decreto Federal nº 42.728, de 3 de dezembro de 1957 e que pode ser

⁶ Chamávamos de BARTHÔ, era uma escola para classes especiais e inclusão onde atendia as aulas de fonoaudiologia, os reforços para entender melhor os conteúdos e também aprender articulações de fala. Hoje, mudou-se para Escola Nossa Senhora do Rosário, onde atende a disponibilidade nos espaços para Ensino Médio, desde 2005.

considerada um movimento político pela expansão do atendimento à pessoa com deficiência, entretanto as famílias dos surdos e a escola não participavam dos movimentos políticos à época.

Mesmo com todo o apoio que recebi, a prática de memorização e reprodução nas provas era a prática comum, escrevia as palavras sem compreender os significados. Isso aconteceu até a finalização do Ensino Médio no ano de 2000, quando estudei na Escola Estadual de Ensino Médio Ernesto Alves de Oliveira⁷. Apresento a minha experiência nesses espaços para problematizar a inclusão escolar de alunos surdos, em um contexto em que não existe a compreensão dos surdos enquanto minoria linguística e cultural e sem acessibilidade para garantia de condições mínimas de inclusão.

No Ensino Fundamental, vale a pena recordar a minha relação com os professores, pois tinha carinho enorme por eles. Entretanto, na 1ª série, tive uma experiência com uma professora, devido a pronuncia mecânica realizada por mim de uma palavra não apropriada, da qual eu não compreendia o significado, que me marcou profundamente. A professora se sentiu ofendida e bateu em minha mão, isso aconteceu quando eu tinha 9 anos de idade, na 3ª série no ano de 1991. Também, algumas professoras olhavam com olhar de reprovação para mim e não permitiam que eu fizesse sinais, pois era minha obrigação oralizar as palavras. Isso acarretou em muito sofrimento, pois eu ficava revoltada por não aceitar essa opressão e minha família me considerava rebelde.

Com relação aos colegas surdos, na hora do intervalo, podíamos nos comunicar de forma gestual misturada com Libras, pois na época a Libras era pouco conhecida nesta escola. Na sala de aula, até a 4ª série, tinha quatro colegas surdos, fazíamos juntos as tarefas, pois tínhamos as mesmas dificuldades e eu ajudava elas com as disciplinas como Língua Portuguesa e Matemática. Depois, quando incluída com ouvintes, lembro que na prova de Língua Inglesa, todo mundo colava com o alfabeto de Libras, porque a prova era objetiva e era fácil para comunicar. Tenho quase certeza que em outras disciplinas também, mas a principal emoção era na prova de Língua Inglesa, porque a professora era distraída e por isso conseguíamos colar em Libras.

Na maioria das vezes, era o meu pai que me levava para a escola, o que era muito difícil para mim, pois eu sentia vergonha de ser forçada por ele a entrar na escola. Lembro que na época eu fazia um grande escândalo por não estar ‘satisfeita’ em ir à escola, infelizmente. ‘Não

⁷ Na época não tinha Ensino Médio no Barthô, mudei para estudar na Escola Estadual de Ensino Médio Ernesto Alves de Oliveira, é uma escola comum, a mesma situação com inclusão sem interpretes, pois me formei 2000 e foi aprovado a Lei de Libras em 2002.

estar satisfeita' significa que eu, como estudante, estava entediada ou não articulada no processo de aprendizagem na sala de aula.

O método de ensino tradicional para ouvintes era igual para surdos, pois era oralista. Sentia-me oprimida, tendo que receber o ensino imposto e da forma com que a escola queria. Eu sentia que os professores pensavam que eu era capaz de entender a leitura labial, porém na verdade não era assim, pois eles falam tão rápido e as posições as vezes de costas, priorizavam a minha visualização da comunicação e assim prejudicava o processo de aprendizagem, pois como alunos queremos aprimorar os conhecimentos. Porém, novamente, mais uma etapa concomitante a escola ocorria em casa, pois tive aulas particulares para aprender e compreender as leituras e desenvolver a escrita, incluindo os diários que eu tive na adolescência. Eu adorava expressar minha rotina e, além disso, gostava de ler os Gibis e as revistas de adolescente. Essas experiências de leitura e escrita me incentivaram muito no processo de aquisição da segunda língua na modalidade escrita.

1.3 Experiência inicial na graduação

Concluída a formação básica, ingressei no Ensino Superior, no curso de Administração, por influência dos meus pais que afirmavam que com esse curso eu conseguiria facilmente um emprego e a possibilidade de ingressar no mercado de trabalho pela política de cotas⁸. Era assim que eu pensava naquela época, também. Antes de escolher a Administração, eu havia tentado vestibular para Arquitetura que era a minha paixão inicial, entretanto não consegui aprovação. Meu interesse pela Arquitetura se deu por gostar das aulas de Matemática e a professora Judith comprovava que eu era a melhor aluna da turma pela relação com o visual. Entretanto, meus pais me convenceram a escolher outro curso alegando que seria difícil a comunicação com os clientes futuramente.

Ao longo do curso de graduação as aulas eram interpretadas para a Libras. No contato com os tradutores e intérpretes de Libras desenvolvi meu vocabulário na língua de sinais e alcancei bons resultados em um contexto de inclusão e acessibilidade de fato. Na conclusão do curso de Administração, desenvolvi o trabalho de pesquisa intitulado *Mercado de Trabalho dos Surdos (2006)*, o qual recebeu reconhecimento pela temática abordada.

⁸ Mais informações em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8213cons.htm, onde tem a Lei 8213/91 que é referente lei das cotas para contratação das pessoas com deficientes nas empresas. Essa lei abre possibilidade para a contratação, pois obriga as empresas a contratação de pessoas com deficiência, entretanto não há uma política específica pensada na carreira profissional dos mesmos.

No percurso da minha formação – da escola à universidade – passei por diferentes momentos e experiências. Minha constituição identitária, como surda e usuária de uma língua visual-gestual, também foi sendo produzida no compartilhamento das experiências com os outros. Segundo Skliar (1998, p. 18), as “representações acerca do que é sujeito surdo, identidade surda⁹, de seus direitos linguísticos e de cidadania estão relacionadas com a participação dos sujeitos e de seus professores com as ‘comunidades surdas’ no processo educativo”.

Percebi a mudança cotidiana de aprendizagem com os vocábulos que desafiaram o meu conhecimento o que me fez desenvolver uma educação com qualidade social, pois as relações com os colegas e os professores foram importantes para destacar minhas ideias, opiniões e trocas de sugestões.

Durante a faculdade, comecei a trabalhar na área de Recursos Humanos, na UNISC, onde permaneci por 12 anos. No período, acompanhei os cursos de Libras no Programa de Capacitação da Universidade, e nesse contexto surgiu o interesse pelo ensino da Libras. Naquela época, da área administrativa, busquei uma formação na área do ensino de Libras. Então, em 2014, fiz a minha pós-graduação em Libras, quando aprofundei meus estudos e conhecimentos sobre língua de sinais e cultura surda. Além dos conhecimentos linguísticos e das vivências extracurriculares, a referida formação acadêmica, em nível de Especialização, possibilitou a realização da pesquisa e do trabalho de conclusão da Pós-Graduação sob o título *O profissional surdo e os cursos de Libras* (2014) que foi orientado pela professora Daiane Kipper. Ainda na UNISC, fui convidada para atuar com docente dos cursos de Libras nas capacitações do Setor de Recursos Humanos, onde trabalhei de 2014 até setembro de 2016. No final do ano de 2016, optei por encerrar o trabalho administrativo na Universidade para desenvolver as questões referentes à docência.

1.4 Experiência na docência

⁹ Skliar usa o termo identidade surda, assim como muitos outros autores na área. Contudo, tendo em vista a utilização de conceitos foucaultianos neste trabalho, trabalharei com processos de subjetivação.

Após nove anos de experiência na área administrava, nos cursos de capacitação em Libras, ofertados na UNISC, acompanhei o trabalho de um professor surdo chamado Nelson Goettert¹⁰, que à época era instrutor¹¹ de Libras nesses cursos de capacitação.

O referido programa de capacitação oferecia a formação continuada para os funcionários, estagiários e os professores nesta instituição, pois acompanhava o trabalho dele por ser responsável neste curso para organização, a partir disso, me inspirou a minha vontade de ser docente e de construir a minha identidade surda profissional.

No início, não sabia como organizar e planejar as aulas que ministrava na disciplina de Libras. No primeiro dia de aula para os funcionários, estagiários ou professores, todos ouvintes, foi um grande desafio para começar, no meio e no fim, pois queria deixar tudo perfeito. Mesmo nervosa, no primeiro dia, queria preparar tudo certo, mas aos poucos fui me sentindo mais segura. Para ministrar as aulas, consegui organizar as apostilas com o auxílio do professor Nelson. Com ele aprendi formas e estratégias para os alunos aprenderem a Libras, como, por exemplo, não articular a fala para desenvolver a língua, mostrando os slides com imagens. No primeiro dia de aula, sempre ia com a intérprete de Libras para explicar o plano de ensino da disciplina, o perfil da professora e também as práticas e teorias utilizadas na sala de aula. Claro, não fui tão boa na didática, porque era tudo primeira vez na prática de ensinar. E também não sabia como criar novas estratégias, apenas ensinava o alfabeto, as saudações, os cumprimentos, as informações importantes, etc. Era pouca a prática com dinâmicas e jogos. Nas provas eram apenas as imagens de sinais para que os alunos dessem as respostas certas. Não tinha notas, apenas corrigia os sinais e mostrava os corretos quando erravam.

Ainda sobre as atividades como docente de Libras que venho desenvolvendo nos últimos anos, destaco: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial do Rio Grande do Sul (SENAI-RS) em Santa Cruz do Sul no período de 2014 a 2016; atuação no curso de extensão Tradutor Intérprete de Língua Brasileira de Sinais – Libras, promovido pelo Núcleo de Apoio Acadêmico (NAAC) da UNISC no ano de 2015; voluntária no Projeto Pupilo – Instituto Pioneer – Amigos Semear no mesmo ano; curso para professores do Estado organizado pela Coordenadoria Regional do Estado – Estrela em 2017; e em abril de 2017 fui aprovada no processo seletivo

¹⁰ Professor surdo que atuava na programação de capacitação da UNISC até 2010, atualmente ele atua na área de Libras na UFRGS no campus do Vale. É um grande amigo que sempre acreditou no meu potencial, me incentivou para seguir o caminho construindo o meu sonho.

¹¹ Instrutor é como uma forma de ensinar Libras, geralmente tem apenas o Ensino Médio, pode ser surdo ou ouvinte, somente pode trabalhar nas empresas, o que diferencia um professor surdo, que ensina Libras, segundo a legislação, o profissional precisa ter requisitos: graduação com Prolibras ou especialização em Libras, pode ser surdo ou ouvinte, mas com fluente em Libras.

para vaga para professora substituta na UFRGS, em Porto Alegre, atividade que exericei a função até dia 13 de outubro de 2017.

Na UFRGS desenvolvi muitas atividades curriculares com colegas professores surdos e ouvintes fluentes na Libras. Foi uma troca de experiências e compartilhamento de ideias que me inspiraram. Também serviram para minha reflexão sobre o que já trabalhei sozinha nas funções anteriores. Antes nunca havia tido experiências com colegas, apenas individual, com a vontade de buscar e entender o caminho. Porém, com colegas surdos é uma convivência linguística mais rica. Pela minha experiência docente, a prática com os alunos de diferentes cursos é um desafio, pois cada curso identifica necessidades diferentes. Assim fui praticando e transformando minha didática.

Na mesma instituição, desenvolvi práticas, plano de ensino, as chamadas, a linguística, a educação dos surdos, cultura e Libras, apresentação de trabalhos, pesquisas, avaliações, tudo isso estava envolvido para além de ensinar os sinais. Também participei como monitora da Semana Azul, um evento que simboliza o dia Nacional dos Surdos que acontece em 26 de setembro, marca histórica da comunidade surda. O dia 26 de setembro é uma data alusiva a criação da Instituição Nacional da Educação dos Surdos – o INES, localizada no Rio de Janeiro/RJ, em que todos os anos comemoramos o dia nacional do surdo. O dia 26 de setembro é o dia nacional do surdo, pois é uma data muito importante para nossa comunidade surda em que foi criada uma Instituição dos Surdos-Mudos no ano 1857 no Rio de Janeiro, a qual foi fundada pelo professor Eduard Huet, com a presença do imperador Dom Pedro II. Essa data é um marco na história e na luta da comunidade surda, pois durante o mês de setembro de todos os anos é sempre comemorado pelo movimento surdo em encontros, congressos e em eventos.

A docência universitária me proporcionou uma formação profissional que é uma construção de modos de saberes e de ação. A minha inspiração na área de Libras ocorreu na Faculdade de Educação (FACED), em uma sala com 12 professores surdos, bem profissionalizados, desenvolvidos na área de ensino e conhecedores de conteúdos e técnicas de conversação de Libras. Ainda, com colegas ouvintes como Adriana da Silva Thoma, Liliane Giordani e Lodenir Becker Karnopp, (professoras da FACED) que são qualificadas e sinalizantes da língua de sinais. Com elas participamos de reuniões e eventos. Elas sempre tiveram disposição para apoiar os profissionais surdos e também na formação acadêmica. Isso possibilitou a minha transformação na sociedade, os valores e as formas de organização e de trabalho. As metodologias e práticas pedagógicas contribuíram muito para os meus conhecimentos, graças aos colegas que me ajudaram no processo educativo. Mesmo enfrentando riscos, houve envolvimento, disponibilidade para mudança, espaço institucional,

coragem, flexibilidade mental. Entretanto, essa experiência deixou saudade, pois com o término do contrato em outubro diminuiu o meu contato com os profissionais dessa instituição.

A partir da minha experiência, descobrindo aos poucos a cultura surda, e no diálogo com outros professores surdos que circulam no mercado de trabalho como docentes percebi a recorrência de queixas sobre os estereótipos atribuídos a nós. Alguns surdos salientam que pesquisas e lutas foram movimentadas, principalmente em comunidades surdas, para que mudanças políticas e pedagógicas fossem viabilizadas. Com base em minhas experiências, tenho percebido que ainda vivemos tempos em que os surdos são vistos como deficientes, poucos inteligentes, revoltados, isolados, mudos e sem linguagem, localizando sua diferença dentro de um discurso da deficiência e/ou benevolência.

Diante disto, destaco que tomou forma o meu interesse por discutir questões relacionadas aos surdos docentes e, assim, foi desenhado o tema desta pesquisa. Para tanto, realizei alguns levantamentos bibliográficos, conforme apresento no próximo capítulo.

2 FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DE PROFESSORES SURDOS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Realizei um levantamento em bancos de dissertações e teses na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD)¹², utilizando como palavras-chave os seguintes termos: ‘formação de professores surdos’; ‘professores surdos’; ‘produção acadêmica de surdos’; ‘subjatividade’. Localizei os filtros que poderiam aproximar a minha temática de pesquisa, para realizar neste processo, pois a minha experiência como docente no Ensino Superior me levou a pensar nessas questões. A escolha desses termos, se deu pelo fato de estar interessada em compreender a formação continuada dos professores surdos que atuam na disciplina de Língua Brasileira de Sinais, no que se refere a publicação dos mesmos, ou seja, a sua inserção na pesquisa nas Instituições de Ensino Superior. Durante a pesquisa, postei em minha rede social (*Facebook*) uma publicação falando do meu interesse em pesquisar as publicações de professores surdos, na sequência a pesquisadora e professora surda Flaviane Reis ao ler minha postagem, indicou a leitura da sua tese, intitulada: *A docência na educação superior: narrativas das diferenças políticas de sujeitos surdos*, defendida no ano de 2015. A leitura desse trabalho me ajudou a entender a relação de poder nas narrativas dos professores surdos com relação a sua docência. Neste trabalho, a pesquisadora entrevistou cinco professores de surdos e ao finalizar as suas análises das narrativas dos professores entrevistados, percebeu que o maior desafio na docência surda se dava na publicação de suas pesquisas.

Partindo disso, fui a procura de trabalhos publicados por surdos. Porém, antes de continuar, é importante escrever que a busca por trabalhos acadêmicos apresenta-se como o estado de conhecimento que é quase como estado de arte (apesar de eu não estar fazendo isso), definem como caráter bibliográfico e permitem o mapeamento das produções científicas destas palavras (ROMANOWSKI; ENS, 2006).

[...] discutir uma certa produção acadêmica [...] tentando responder que aspectos e dimensões vem sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições tem sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários. (FERREIRA, 2002, p. 257).

Essa pesquisa foi importante para conhecer outras metodologias e assim poder escolher meus próprios caminhos com base nos trabalhos pesquisados. Para melhor compreender a

¹² Administrado pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), órgão governamental vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

pesquisa realizada na BDTD, utilizei o processo de pesquisa considerada a representação gráfica que permite como um mapa que mostra uma fonte de importante de informação e obter vários resultados para a investigação da pesquisa. A escolha pelos gráficos se deu com base na minha experiência, pois sou formada em Administração e conheço trabalhos construídos pelos gráficos.

2.1 Estado do conhecimento: pesquisa realizada na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)

A pesquisa sobre o assunto “produção acadêmica dos surdos” me fez encontrar um total de 38 tipos de documentos acerca deste conhecimento, sendo que 25 eram dissertações e 13 eram teses. Nesses trabalhos, foram encontrados os seguintes termos: produção (6); acadêmicos surdos (7); surdos (22); produção acadêmica (3). Segue na forma de gráfico dos totais de pesquisa:

Gráfico 1 – Produção acadêmica dos surdos

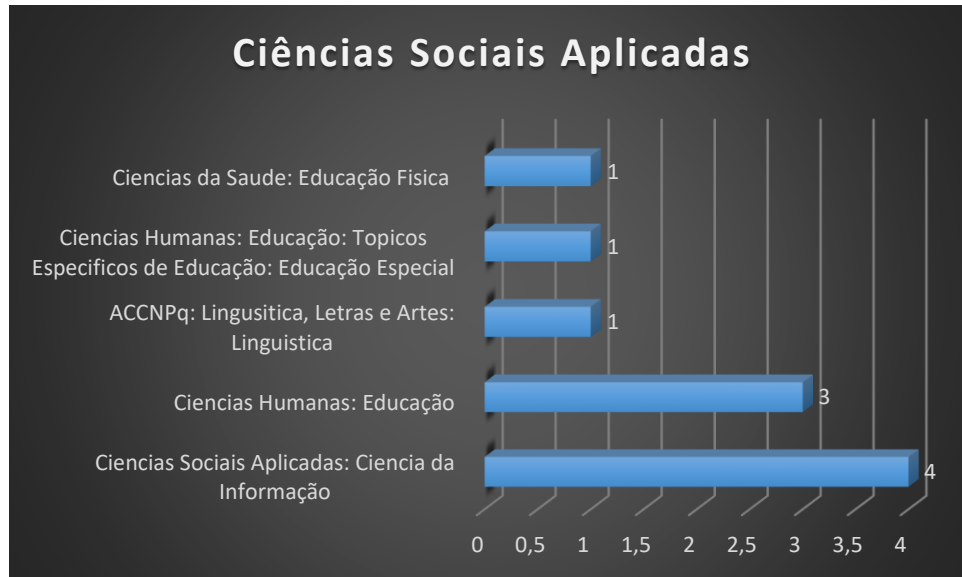


Fonte: elaborado pela autora.

Nas áreas de concentração, ou seja, nas áreas de conhecimento das pesquisas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), 10 dos 38 trabalhos estão vinculados à área das Ciências Sociais Aplicadas: Ciência da Informação (4); Ciências Humanas: Educação (3); Linguística, Letras e Artes: Linguística (1); Ciências Humanas:

Educação: Tópicos Específicos de Educação: Educação Especial (1); Ciências da Saúde: Educação Física (1). Como é possível visualizar no gráfico abaixo:

Gráfico 2 – Ciências sociais aplicadas



Fonte: elaborado pela autora.

Ao analisar a palavra-chave “formação de professores surdos”, foram encontrados como dados da pesquisa 200 trabalhos: dissertação (153) e tese (47). Nesses trabalhos, foram encontrados os seguintes termos no título dos mesmos: professor surdo (7); Formação de professores surdos (5); docente surdo (2); formação de professor de Libras (1):

Gráfico 3 – Formação de professores de surdos

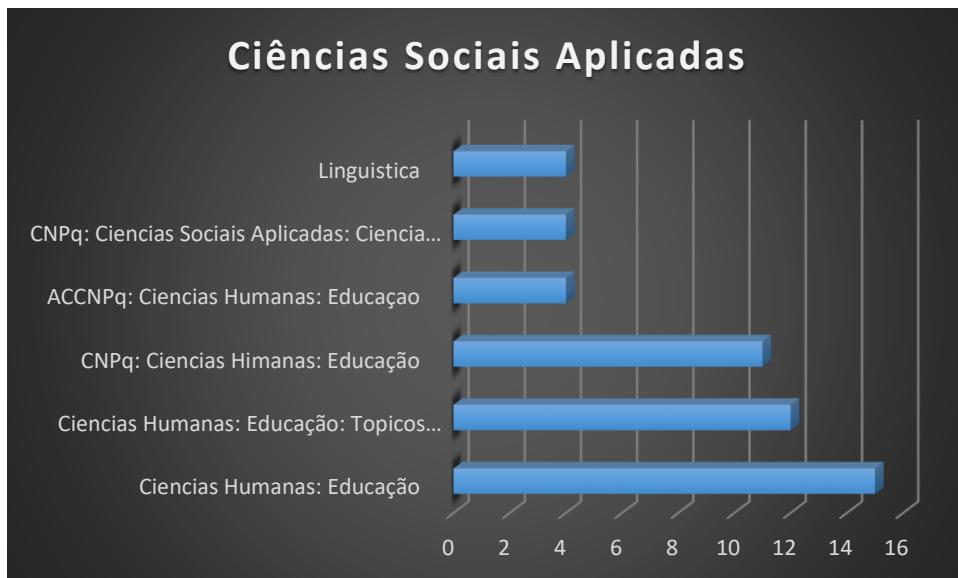


Fonte: elaborado pela autora.

No entanto, na minha pesquisa na BDTD, na maioria dos títulos dos trabalhos, eu encontrei os termos “surdos” e “formação de professores”, separados e em apenas um deles os termos estavam juntos “formação de professores de surdos”, acredito que isso seja uma questão específica do título.

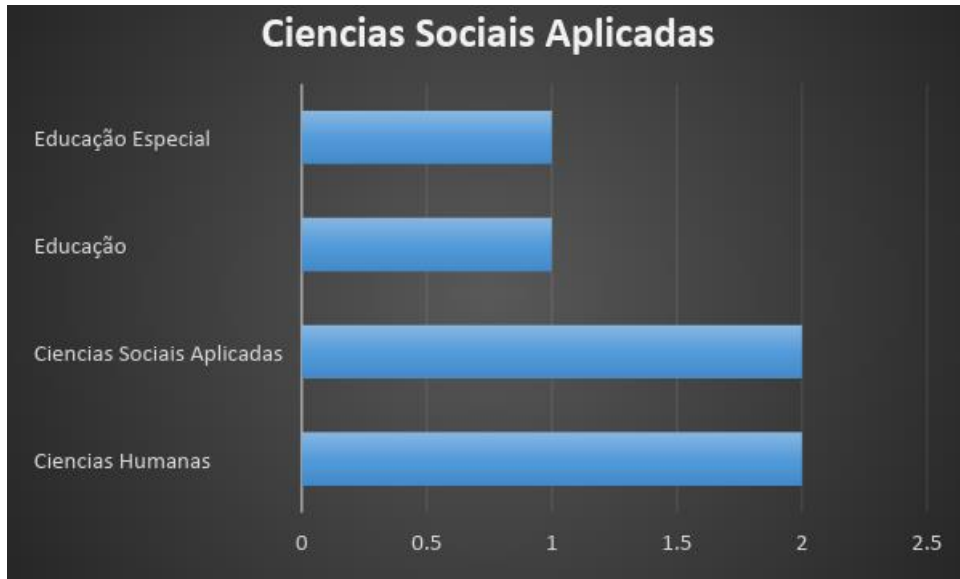
Com essa palavra-chave “formação de professores de surdos” encontrei 50 trabalhos na área das Ciências Sociais Aplicadas: Ciências Humanas: Educação (15); Ciências Humanas: Educação: Tópicos Específicos de Educação: Educação Especial (12); CNPq: Ciências Humanas: Educação (11); Ciências Humanas: Educação (4); CNPq: Ciências Sociais Aplicadas: Ciência da Informação (4); Linguística (4). Segue o gráfico de barras horizontal:

Gráfico 4 – Ciências sociais aplicadas

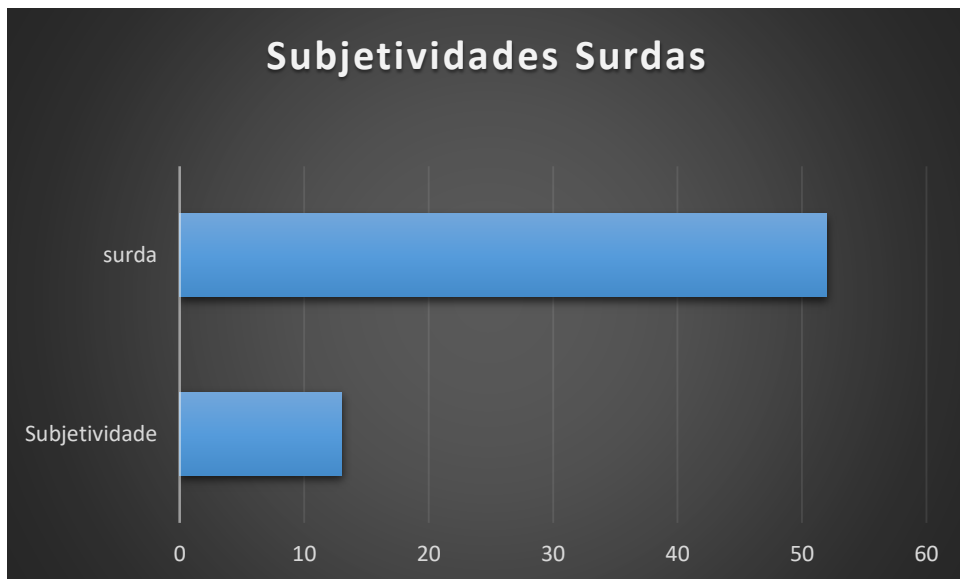


Fonte: elaborado pela autora.

Ao filtrar trabalhos com a palavra-chave “subjetivação surda”, encontrei 68 trabalhos, entretanto os mesmos apresentam os termos “subjetivação” e “surdo(a)” que foram pesquisados como termos independentes. Outra questão que me chamou atenção é o fato, da maioria dos trabalhos apresentar somente a palavra “surda”.

Gráfico 5 – Ciências sociais aplicadas

Fonte: elaborado pela autora.

Gráfico 6 – Subjetividades surdas

Fonte: elaborado pela autora.

Com relação a pesquisa realizada na BDTD, pude perceber com a análise destas fontes de pesquisa que a maior dificuldade foi de encontrar pesquisas que abordem sobre “produções acadêmicas de surdos”. Penso que essa é uma temática que se faz importante nas áreas de conhecimento, principalmente nas Ciências Humanas no que remete as suas subáreas da Educação Especial articulada com a Educação. Como já dito anteriormente a formação continuada dos professores surdos em IES está articulada a realização de pesquisas e

consequentemente a publicação das mesmas por meio de artigos e trabalhos em eventos, logo, dentre os trabalhos pesquisados não foi possível encontrar nenhum que analisasse a construção dos processos de acadêmicos de professores surdos.

Dos trabalhos encontrados, selecionei duas dissertações e uma tese no banco de dados, os quais contribuíram com minha pesquisa articulando com a minha temática, para a construção do meu problema de pesquisa.

A dissertação do Daniel Junqueira Carvalho intitulada *NÃO Basta Ser Surdo para Ser Professor: As Práticas Que Constituem o Ser Professor Surdo no Espaço da Inclusão* discute sobre o surdo que seja substantivo e à docência seja a pratica em outras possíveis pois os fatos que o estabeleceram o interesse do Estado em governar os surdos no meio de exercício da docência que possibilitou os investimentos de formação. Pois o autor realiza a metodologia das teorias foucaultianas que envolve as análises de práticas de subjetivação dos professores surdos que encontra três eixos como subjetividade resistente, subjetividade salvacionista e a subjetividade docente, conclui que o olhar sobre a função do professor e não pela identidade de ser surdo.

A Tese de Viviane da Silva Gomes, intitulada *Docente surdo: o discurso sobre sua prática* tem como referência teorias dos sentidos por meio de posições ideológicas produzidas no momento dos discursos que relaciona na acadêmica estudante e na profissional educacional nas produções acadêmicas que realizou uma panorama das leis nacionais e internacionais criadas com o fim de exigir das sociedades, participantes dos congressos e seminários sobre ações inclusivas para os espaços acadêmicos e profissionais como sociais. De acordo com a pesquisadora, com ingresso de professores surdos nas universidades, foi necessário criar leis para diminuir as lacunas existentes para os professores surdos nos ambientes acadêmicos como estudantes e como profissionais da educação.

A dissertação da Sonia Regina Nascimento de Oliveira com tema da pesquisa *Educação e formação de professores surdos: Contextos, inserções, dilemas e desafios*, me deu inspiração para realizar a minha pesquisa, na referida dissertação a autora apresenta que a educação das pessoas surdas tem sido um grande desafio da diferença linguística entre surdos e ouvintes. E a análise da produção acadêmica da educação dos surdos, enquanto os professores ouvintes desenvolvem os seus trabalhos narrativos por professores surdos com seu processo de construção dos vocabulários, seus conceitos, principalmente na formação docente.

Também busquei por trabalhos produzidos no Programa de Pós-Graduação em educação da Unisc, que estivesse como objetivo de pesquisa a área da Educação de Surdos e encontrei dois trabalhos: a dissertação de Paula Xavier Scremin nomeada como *A Formação de*

professores surdos: verdades produzidas na revista Espaço, defendida em 2012, e a dissertação de Daiane Kipper, intitulada *Práticas matemáticas visuais produzidas por alunos surdos: entre números, letras e sinais*, defendida em 2015. Ambas foram orientadas pelo professor Dr. Cláudio José de Oliveira e têm relação com o grupo de pesquisa que estou inserida na mesma universidade.

A pesquisa de Paula Xavier Scremin problematiza as verdades sobre a formação dos professores surdos na *Revista Espaço*, onde publica as divulgações dos estudos, das pesquisas relacionadas dos espaços de surdez e educação dos surdos. A revista estudada é um periódico que contempla pesquisas de todo território nacional e também algumas pesquisas internacionais, e está vinculada ao Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). Pois sabendo que ela é uma CODA¹³, já que é filha ouvinte dos pais surdos, que desenvolveu o seu tema sobre a formação dos professores surdos da autora CODA, o trabalho da referida pesquisadora me interessa por versar sobre as publicações desenvolvidos pelos trabalhos acadêmicos de professores surdos:

[...] no período da promulgação do Decreto 5626/05 como um recorte temporal para situar a pesquisa e por entender que este foi um período produtivo em conquistas para os surdos, em manifestações, produções acadêmicas e outras movimentações legais importantes que envolveram a criação de vários outros cursos, como o Letras Libras, o Exame Nacional de Proficiência em Libras – Pró-Libras, bem como a obrigação da oferta da disciplina de Libras nos cursos superiores de licenciaturas e fonoaudiologia que abriram um campo novo aos surdos se qualificarem no ensino superior. (SCREMIN, 2012, p. 16).

Sabendo que o Decreto movimenta os processos da formação dos professores nas produções acadêmicas nas Universidades, abrindo os espaços para conquistas de lutas. Por entender que o período foi produtivo para conquistas para os sujeitos surdos, ou seja, para os professores surdos, pois que abriram o espaço como a obrigação da oferta da disciplina Libras nos cursos superiores, que envolvem a comunidade acadêmica surda que é fundamental por conquistar os seus espaços nas universidades, o número 5.626/05 mudou a vida da profissão dos sujeitos surdos na atuação de Ensino de Libras.

A dissertação de Daiane Kipper problematiza o currículo escolar em suas interlocuções com a Etnomatemática e analisa as práticas visuais produzidas por surdos numa escola. Assim, foca na criação de sinais que se relacionam com os sinais matemáticos por alunos surdos de

¹³ Tem vários tipos de Codas, mas para especificar sobre a Coda, então neste caso foi criado pelo nome completo em inglês: *Children Of Deaf Adults*, resumindo como CODA é o fato de serem pais surdos com filhos ouvintes, que as crianças ouvintes que crescem em famílias surdas estão rodeadas por, pelo menos, duas línguas: língua oral e a língua gestual, pois desta forma as crianças ouvintes crescem num ambiente bilíngue e bicultural.

uma turma do 6º ano, pois almeja aproximar-se da educação bilíngue dos surdos, que é importante para os alunos entenderem a sua situação de práticas de sinais da disciplina Matemática.

2.2 Formação dos professores surdos nas políticas educacionais do Brasil

O resultado das lutas do movimento surdo pelo reconhecimento linguístico, em nosso país, se deu através da articulação da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS), pelo reconhecimento da Libras, o que foi disposto na Lei Federal 10.436, de 24 de abril de 2002. Essa legislação foi regulamentada, posteriormente, por meio do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que entre algumas questões destaco a inclusão da Libras como disciplina curricular em todos os cursos de licenciatura e do curso de fonoaudióloga; a formação de professores e instrutores da língua de sinais; a formação de tradutores e intérpretes de Libras-Língua Portuguesa; e o uso e a difusão da Libras e da Língua Portuguesa para acesso, bem como para a garantia do direito à educação de pessoas surdas ou com deficiência auditiva. Além disso, as escolas passaram a ter responsabilidade de garantir a educação bilíngue para os surdos brasileiros, sugerindo-se que todas as instituições oferecessem o ensino de Libras no contexto escolar.

A educação bilíngue de surdos no Brasil está amparada pelo Plano Nacional de Educação (PNE) e é recomendada pelo Ministério Nacional da Educação (MEC), como sendo uma proposta válida e eficaz para o ensino das duas Línguas reconhecidas pelo país, Língua Portuguesa e Libras, necessárias para a inclusão social efetiva dos sujeitos surdos, pelo entendimento que a primeira língua é Libras (L1) e a segunda língua é português (L2) na modalidade escrita. Há várias discussões pedagógicas questões relacionadas as propostas bilíngues nas políticas linguísticas, nas políticas públicas e nas políticas educacionais. Ainda se discute sobre se a primeira língua é a Portuguesa, porém segundo Quadros (2005, p. 26-27), “as políticas públicas de educação são de ‘assimilação’ não só linguística, mas cultural também. Se o aluno não consegue assimilar um currículo em português organizado de uma determinada forma, ele é visto como não capaz”. Ainda é produzido o modelo de escola inclusiva no Brasil, porém com suas mudanças recentes, a educação bilíngue, que vem se constituindo em algumas partes do país, está diretamente relacionada a variáveis ligadas as trajetórias dos próprios surdos que estão sendo marcadas através de diferentes pesquisas.

O Decreto nº 5.626/2005, em seu capítulo VI, artigo 22 determina que:

I - escolas e classes de educação bilíngue, abertas a alunos surdos e ouvintes, com professores bilíngues, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental; II - escolas bilíngues ou escolas comuns da rede regular de ensino, abertas a alunos surdos e ouvintes, para os anos finais do ensino fundamental, ensino médio ou educação profissional, com docentes das diferentes áreas do conhecimento, cientes da singularidade linguística dos alunos surdos, bem como com a presença de tradutores e intérpretes de Libras - Língua Portuguesa (BRASIL, 2005, n.p.).

Esse artigo 22 representa a proposta de educação bilíngue que “busca respeitar o direito do sujeito surdo no que se refere ao acesso aos conhecimentos sociais e culturais em uma língua que tenha domínio” (SKLIAR, 1998 apud VICTOR et al., 2010). É importante ressaltar que a educação dos surdos que se desenvolve na educação bilíngue com duas línguas possibilita a produção e construção linguística. No que tange a educação de surdos, a professora Adriana Thoma (2016, p. 756) apresenta que:

[...] a fim de demonstrar como a população escolar surda vem sendo subjetivada, normalizada e conduzida para uma participação ativa e produtiva no mundo contemporâneo por meio do imperativo da língua de sinais, da cultura surda e da formação bilíngue, que visa a fazer com que os sujeitos surdos sejam incluídos na escola, no mercado de trabalho, na economia e no consumo.

Com relação à inclusão do sujeito surdo com uma participação produtiva e ativa no mundo, à docência em Libras se abre como uma conquista do movimento surdo abrindo possibilidade para professores surdos trabalharem no Ensino Superior como professor de Libras. Sendo que a criação dos cursos de Letras-Libras e da Pedagogia Bilíngue também são orientações dessas regulamentações, porém também são aceitas a formação em Pedagogia para aqueles que concluíram cursos de bacharelado para atuar como docentes de Libras, bem como a possibilidade da certificação da proficiência de Libras, reconhecido pelo MEC, por meio da Proficiência de Língua Brasileira de Sinais - PROLIBRAS. O reconhecimento da Libras, a regulamentação e ampliação do mercado de trabalho para docentes surdos, visto que a disciplina de Libras é implementada na formação superior, o que possibilitou aos surdos o acesso aos espaços acadêmicos não só como alunos, mas também como docentes.

O lugar de docente surdo para a disciplina de Libras é disposto também no PNE, na Meta 4.13, em que os “professores de libras” serão “prioritariamente surdos” (OBSERVATÓRIO DO PNE, 2018, p. 57). Logo, os docentes surdos passam a fazer parte de um contexto profissional do Ensino Superior, orientado pelo tripé: ensino-pesquisa-extensão.

Eu desconhecia muitas dessas leis, entretanto com o ingresso no curso de especialização fui aprimorando a minha formação como docente de Libras. Para atuar na educação, realizei o exame PROLIBRAS para ensino e curso complementar de Formação Pedagógica. A

especialização em Libras e formação pedagógica favoreceu o meu crescimento intelectual e contribuiu para o olhar da diferença, e a atuação como professora contribuía na reflexão sobre a língua de sinais, cultura e formação dos surdos.

E é sobre a formação dos professores, mais especificamente no campo da produção acadêmica surda, que tenho por intenção desenvolver como pesquisa de mestrado. O interesse por esse tema se justifica pela necessidade de pesquisas voltadas para as diferentes áreas do conhecimento e que levam em consideração à diferença cultural dos sujeitos surdos, principalmente considerando o sujeito docente e não a deficiência como elemento distintivo. Neste sentido, penso o sujeito surdo como “[...] um sujeito possuidor de uma língua, de uma cultura e de identidades múltiplas, um sujeito social e politicamente construído, diferente” (MORAIS; LUNARDI-LAZZARIN, 2009, p. 25).

Tenho observado a recorrência de temáticas sobre a inclusão de surdos, a importância da língua de sinais na educação de surdos, o acesso a escolas de surdos no período de aquisição da língua e alfabetização bilíngue. Esses temas, tais como os conceitos de processos de subjetivação, cultura e bilinguismo são recorrentes nas produções da área. Assim como essas produções acadêmicas apresentam questões políticas, pois se discute sobre a educação bilíngue e demais questões hegemônicas, mas percebo que as políticas de educação desconsideram a posição da comunidade surda nessas pesquisas.

Ainda sobre as produções escritas dos surdos, Perlin (2003, p. 57) salienta que a “escrita do surdo não vai se aproximar da escrita ouvinte”, porque o surdo sinalizante é usuário de um “sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos” (BRASIL, 2002). O uso da língua de sinais e o compartilhamento da experiência de ser surdo marca a surdez como diferença e não como deficiência, pois os surdos são capazes de se comunicar e aprender na sua língua. A diferença de modalidade, e por consequência de estrutura, entre a língua de sinais (L1) e língua portuguesa (L2), a escrita dos surdos é influenciada pelas duas línguas.

Na data de 10 de setembro é o dia mundial das Línguas de Sinais, pois essa data estimula a discussão da falta de acessibilidade quanto nos ambientes virtuais. Lembrando que no Congresso de Milão de 1880, foi proibido de usar Língua de Sinais, somente o método Oralismo, entretanto apenas um professor surdo que participou neste evento e não teve direito a votar, pois a maioria ouvinte era soberana.

Na decisão do congresso, foi apresentado que os surdos seriam capazes de desenvolver de forma oral e com leitura labial. Para o professor surdo, que participou do referido congresso acabou perdendo, pois não era possível lutar contra a soberania ouvinte, pois estava sozinho.

Foi um período de 100 anos sem sucesso na aquisição da língua e no processo de aprendizagem dos sujeitos surdos. Atualmente com a lei que aprova a Libras como primeira língua do surdo, e segunda língua do país, a educação bilíngue e a educação inclusiva, pois ainda estão no debate do Brasil, os educadores acreditam que as educações bilíngues e/ou inclusivas são determinantes para o desenvolvimento dos educandos.

Por isso, a formação dos professores está se modificando nas etapas significativas, após conquistas das leis que movimentam, tais como: o Decreto 5.626/05; a configuração do Curso de Letras/Libras (2006-2018), com sua primeira turma de 2008 e a primeira turma de EAD 2018, a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva de 2008, e pelo Governo Federal para formação dos professores surdos do Plano Viver sem Limites¹⁴ pelo Decreto nº 7.612 que foi aprovado no ano 2011 que se constrói o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, seguindo as aulas presenciais da UFRGS, parceira com a INES, o curso Pedagogia Bilíngue.

Gesser (2006, p. 196) enfatiza sobre “a importância de pensar na formação de professores surdos” principalmente nas “questões voltadas para o planejamento de cursos e elaboração de materiais didáticos/pedagógicos”. Neste sentido, observamos a elaboração e desenvolvimento do curso de Letras-Libras, um curso superior bilíngue, mas na educação básica, ainda não encontramos contextos bilíngues como no curso superior citado. Professores surdos que atuam no ensino superior passaram por diferentes processos formativos e isso influencia em suas produções.

Reis (2015), apresenta que foi crescente o número de sujeitos surdos no período de 1997 até 2015. Na época já eram 174 professores surdos no ensino superior aprovados em concursos públicos. A mesma pesquisadora fez uma palestra no III Encontro Nacional de Professores da Língua Brasileira de Sinais no Ensino Superior (ENPLES), que aconteceu nos dias 21 a 23 de março de 2018, afirmando que havia atualmente 279 professores surdos concursados nas instituições de ensino superior. Entretanto, não se sabe o número total de professores surdos incluindo as instituições privadas, e de novos professores aprovados após a conclusão da pesquisa. Com base na pesquisa de Reis, percebi a importância na formação continuada, da participação dos professores surdos em participar nos processos formativos para aperfeiçoar

¹⁴ O plano *Viver sem Limites* é um plano que contempla vários seguimentos como saúde, habilitação, trabalho, assistência social e educação. Foi colocado pelo governo como meta para os próximos quatro anos atender além de outros seguimentos preparar profissionais para a formação de professores com a criação de 27 cursos presenciais de Letras Libras e 12 cursos de Pedagogia Bilíngue, em parcerias com as universidades federais sendo um foco de formação profissional. Fonte: <http://www.planalto.gov.br/ccivil>. Acesso em: 17 set. 2018.

seus estudos e potencializar as suas contribuições em ações desenvolvidas e melhorias nas produções acadêmicas.

Minha observação das conversas com os docentes surdos no Ensino Superior, percebi os anseios de alguns surdos em publicar os artigos para contribuir para a sua formação acadêmica. Ao submeter trabalhos ou artigos para revistas ou congressos, como os avaliadores são em sua maioria sujeitos ouvintes, os mesmos não aceitam ou compreendem o processo de escrita do sujeito surdo, o qual carrega questões linguísticas. Enfim, infelizmente há uma dificuldade em nos perceber a produção escrita surda, devido a mesma ser realizada na segunda língua (L2).

Tendo em vista que a carreira docente no Ensino Superior passa a fazer parte de um contexto profissional orientado pelo tripé: ensino-pesquisa-extensão. Com a abertura das portas das universidades para professores surdos por meio de concurso público, os mesmos começam a fazer parte desse mundo acadêmico que os exige também a publicação entre outras atribuições burocráticas, sendo que ambos exigem dos mesmos o registro escrito.

Neste sentido, a conquista vem exigindo dos professores surdos do Ensino Superior, que além de ministrar aulas da disciplina de Libras, eles também devem desenvolver pesquisas e publicá-las na modalidade escrita. As publicações acadêmicas de professores surdos são importantes também para divulgar a pesquisa e conhecimento na perspectiva do sujeito surdo no que remete a educação de surdos.

O artigo 7 do Decreto 5.626 (BRASIL, 2005):

Art. 7º Nos próximos dez anos, a partir da publicação deste Decreto, caso não haja docente com título de pós-graduação ou de graduação em Libras para o ensino dessa disciplina em cursos de educação superior, ela poderá ser ministrada por profissionais que apresentem pelo menos um dos seguintes perfis:

I - professor de Libras, usuário dessa língua com curso de pós-graduação ou com formação superior e certificado de proficiência em Libras, obtido por meio de exame promovido pelo Ministério da Educação; Libras, usuário dessa língua com formação de nível médio e com certificado obtido por meio de exame de proficiência em Libras, promovido pelo Ministério da Educação; III - professor ouvinte bilíngue: Libras - Língua Portuguesa, com pós-graduação ou formação superior e com certificado obtido por meio de exame de proficiência em Libras, promovido pelo Ministério da Educação. §1º Nos casos previstos nos incisos I e II, as pessoas surdas terão prioridade para ministrar a disciplina de Libras.

Tal prioridade também é apresenta no PNE, como citado anteriormente e isso é um grande anseio para os professores surdos em sua qualificação nas oportunidades dentro da Universidades como profissionais, que promove a qualidade, o conhecimento, e a educação desenvolvido. Lembrando que no Plano Viver Sem Limites, foram 27 cursos de Letras Libras criados e 12 de Pedagogia Bilíngue que promove a educação dos profissionais.

E o artigo 5 do Decreto 5.626 trata de formação de docentes para o ensino de Libras na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, estabelece que essa formação deve ser realizada em curso de Pedagogia ou curso Normal Superior, em que Libras e Língua Portuguesa escrita tenham constituído línguas de instrução, viabilizando a formação bilíngue. A pesquisadora Bianca Pontin, apresentou na qualificação do seu projeto de Tese em 2018, que os surdos têm de forma obrigatória o contato com a Língua Portuguesa, como segunda língua. Entretanto, historicamente, os surdos em sua maioria não têm uma boa relação com a língua portuguesa na sua modalidade escrita, devido ao fato das escolas não contarem com a presença de professores fluentes em Libras.

A constituição linguística dos professores surdos está atrelada a condução de sujeitos ouvintes, pois sua produção escrita acadêmica perpassa por normas ouvintes. A acessibilidade do sujeito surdo depende da condição linguística e da presença de profissionais Intérpretes e Tradutores de Libras (Tradução da estrutura da Língua Portuguesa escrita para a Libras e vice-versa).

3 PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO OU MODOS DE SER PROFESSOR SURDO

[...] a necessidade de viver em grupo e a experiência do olhar são marcadores que nos permitem falar de identidades surdas fundadas em uma alteridade e uma forma de ser surdo. Longe de defender uma pretensa essência surda, nosso objetivo é mostrar que a expressão ser surdo abrange uma experiência de ser, de estar no mundo, que é vivida no coletivo, mas sentida de maneiras particulares.

(Maura C. Lopes e Alfredo Veiga-Neto, 2010)

O percurso do “eu”, ou seja, da minha identidade surda está implicada na minha trajetória como aluna de escola de Educação Básica, de Graduação e agora de Pós-Graduação, na minha experiência com o outro, o ouvinte e também com os pares, os surdos. Com relação aos aspectos teóricos-metodológicos, a minha experiência docente e acadêmica e considerando os conceitos que pretendo articular na presente proposta de pesquisa estou me pautando no campo dos Estudos Culturais articulado ao campo dos Estudos Surdos.

Para isso, analisei narrativas de professores surdos com relação a sua formação continuada no que remete ao seu trabalho de extensão em Instituições de Ensino Superior. Ao ler um texto de Michel Foucault intitulado *O que são as luzes?* do livro *Ditos e Escritos*, conheci a palavra *Aufklaurang*. Pelo meu entendimento, este termo significa uma maneira de “saída”, tipo uma “solução”. Foucault apresenta Kant para falar sobre o estado de menoridade que se faz o uso de lugar da consciência:

Kant indica imediatamente que a “saída” que caracteriza a *Aufklärung* é um processo que nos liberta do estado de “menoridade”. E por menoridade” ele entende um certo estado da nossa vontade que nos faz aceitar a autoridade de algum outro para nos conduzir nos domínios em que convém fazer uso da razão. (FOUCAULT, 2013, p. 337).

O termo menoridade tem relação com minha proposta de pesquisa sobre as implicações da norma ouvinte em relação a escrita surda, pois a escrita surda tem encontrado desafios com relação a acesso a editais e publicações e revistas. A norma ouvinte tem imposto aos professores surdos limitações na expressão da sua linguagem que é visual e gestual. Os surdos se apresentam como uma minoria linguística, logo a sociedade ouvinte na maioria das vezes não aceita a autoria surda em sua primeira língua e isso, apesar de criticado pelos surdos, continua sendo recorrente, pois parte-se do princípio que o conhecimento também é validado pelas normas de escrita de ouvintes. O professor surdo que usa da língua escrita como segunda língua,

é visto pela sociedade de maneira inferior pois escreve de modo diferente e corrobora ao aceitar a língua do outro para ser incluídos.

No processo da vida acadêmica, muitos sujeitos surdos se encontram no estado de minoridade e assim nem sempre tentam sair desse estado. Para o sujeito surdos se faz necessários aceitar a autoridade da língua portuguesa como a norma imposta pelo ouvinte. Nessa aceitação, o sujeito surdo também enfrenta as críticas que se direcionam para a não aceitação da estrutura da língua portuguesa dentro da forma de pensar surda. Com isso, não se pratica a sua liberdade de escrita e de expressão, sendo que no estatuto de Direitos Humanos é dito que “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos” - Artigo nº 1 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948. Assim, me arrisco a argumentar que lutar pelo direito da sua língua, por parte dos surdos, significa lutar pelo direito de dignidade.

Compreendo que o uso de Libras é a sua liberdade de comunicação, como a primeira língua e a Língua Portuguesa como modalidade escrita. A humanidade precisa reconhecer a Libras como elemento que demarca uma diferença para que se desenvolva a educação dos surdos. A ideia de diferença, para Skliar (1997), não deixa de ser recente na educação dos surdos. Estes perderam muito através das representações colonialistas, que narravam a surdez como uma deficiência passível de medicalização e de normalização. As línguas de sinais eram proibidas e os surdos eram obrigados a aprender a falar a partir de uma perspectiva oralista. O conceito de diferença que utilizo neste contexto é este. Silvio Gallo (2005, p. 214) problematiza no texto intitulado *Sob o signo da diferença: em torno de uma educação para singularidade*, colocando que: “[...] a diferença indica a alteridade, isto é, a característica de ser outro o que possibilita a distinção entre coisas ou indivíduos”.

Com a mudança de perspectiva em relação a surdez, entretanto há um novo modo de ver os sujeitos surdos que vivem na perspectiva cultural e linguística da surdez. Esse modo se constitui em novas lutas que almejam uma política linguística de igualdade no que remete ao uso da L1 e L2 pelos sujeitos surdos. A luta dos surdos no uso de sua língua materna também se faz nos espaços acadêmicos, pois professores surdos enfrentam desafios diários na publicação de suas pesquisas e no trabalho com a extensão acadêmica, o desafio está no entendimento da sociedade ouvinte em compreender que a Língua Portuguesa se constitui como a sua segunda língua.

Pensando nessas questões enfrentadas pelos surdos em relação a sociedade ouvinte, penso que a presente pesquisa problematiza as dificuldades encontradas pelos ouvintes, em sua maioria, em compreender a diferença linguística do sujeito surdo. O uso de duas línguas pelo sujeito surdo apresenta-se como momento político de novos discursos que surtem efeitos para

a comunidade surda. Assim, “levando em consideração que todos os discursos, incluindo aqueles que são objeto de nossa análise e o próprio discurso que construímos como resultados de nossas investigações, são parte de uma luta para construir as próprias versões de verdade” (PARAÍSO, 2012, p. 27).

A surdez na perspectiva cultural e linguística apresenta novos desafios para a sociedade ouvinte e para o sujeito surdo, pois a compreensão da diferença linguística e cultural também se dá de forma política e hegemônica.

Se entendemos o majoritário, a língua maior, como estado de poder e de dominação, ela pressupõe a sistematização e o esquematismo, luta para ser modelo e para manter-se modelo. No âmbito da língua menor, porém, o jogo é outro. O devir minoritário é a potência de criação que se contrapõe a um estabelecido que já não pode criar. É por isso que a língua menor precisa de línguas menores: mesmo para manter-se enquanto tal, para estar viva, ela precisa ser atravessada pelos devires minoritários, pelos potenciais criativos. É também por essa razão que não se pode falar em um “devir-maior”: se o majoritário é o sistema homogêneo, então ele já o é de antemão, não pode vir a ser. O minoritário, ao contrário, justamente por não ser o sistema homogêneo, o estabelecido, pode devir, pode vir a ser, pode criar e proliferar (SOUZA; GALLO, 2010, p. 105).

Pensar as questões linguísticas dos surdos que desafiam a sociedade ouvinte se apresenta como uma possibilidade de mudar o pensamento, ou seja, problematizar a norma ouvinte que apresenta ‘dificuldades’ na compreensão de uma cultura e também de um modo de ser próprio do sujeito surdo que se dá mediante o uso da sua língua materna. Pensando na quantidade de professores surdos e relacionando a quantidade de publicações dos mesmos, se faz relevante compreender a ‘dificuldade’ que se encontra nessa relação surdo-ouvinte.

Como apresenta Souza e Gallo (2010), se valendo de Deleuze e Guatarri, a linguagem é política, pois ela para mandar e fazer obedecer, ou seja, ela desempenha a sua própria obediência. Assim, ela vai além da sua função de comunicação e informação, pois ela apresenta a função política de servir de instrumento de obediência.

3.1 Subjetivação

Os processos de subjetivação são investimentos dos/nos indivíduos, que podem produzir sujeitos a partir do domínio de si, da liberdade, da sua construção de vivência implicadas por suas experiências. Esse termo tem diferentes perspectivas nos humanos que produzem suas experiências. Neste caso, a experiência dos professores surdos acerca da produção acadêmica implica na falta de autonomia desses sujeitos durante o processo. Isso ocorre devido à exigência

da escrita na língua portuguesa e também pelo fato da norma ouvinte não reconhecer as minorias linguísticas.

Já na escola, muitas vezes, os estudantes surdos ao desenvolverem as competências linguísticas para a escrita podem não estar relacionando os significados e/ou conceitos das palavras escritas ao que sinalizam. A língua de sinais é a língua materna para os surdos e isso geralmente não é considerado pela política linguística ouvinte. Assim, no contexto acadêmico, a norma ouvinte não considera a minoria linguística nas produções científicas, pois os professores ouvintes e surdos estão implicados no mesmo processo de produção escrita que atende às regras da Língua Portuguesa. Não há modos de avaliação diferenciados com relação a escrita dos professores surdos, tanto em muitos programas de pós-graduação quanto em diversas revistas.

Na Tese de Pedro Witches, intitulada *Governamento linguístico em educação de surdos: práticas de produção do surdus mundi no século XX*, é dito que a formação de saberes acerca da surdez e dos modos de ser surdo, reflete as práticas pedagógicas e as discussões sobre políticas linguísticas. Relaciono essas questões com a produção acadêmica que provoca modos de ser professor surdo a partir da escrita. O não reconhecimento e os artigos não aprovados nas revistas têm relação com a escrita da língua portuguesa por surdos por não ser na sua língua materna e por perpassar a tradução da Libras para Língua Portuguesa. Larrosa (1994, p. 42), refere que a “experiência de si, em suma, pode ser analisada em sua constituição histórica, em sua singularidade e em sua contingência, a partir de uma arqueologia das problematizações e de uma pedagogia das práticas de si” principalmente a valorização da língua de sinais e da cultura surda.

Tais práticas de subjetivação possibilitam a limitação do entendimento dos professores surdos em relação aos seus lugares no que se refere à produção acadêmica. O sistema possibilita que as normas ouvintes impeçam professores surdos de publicar nas formas de escrita que os representam e que os colocam em processo de produção de si enquanto surdos. Vale pensar que a escrita surda é diferente da escrita ouvinte, porém as relações do poder que precisamos mostrar a nossa força, quando eles nos dominam, conforme Castro (2009, p. 387) diz que o Foucault fala sobre a possibilidade da resistência:

[...] eu quero dizer que as relações de poder suscitam necessariamente, reclama a cada instante, abrem a possibilidade de uma resistência; porque há possibilidade de resistência e resistência real, o poder daquele que domina trata de manter-se com tanto mais força, tanto mais astúcia quanto maior a resistência. Desde modo, é mais a luta perpetua e multiforme o que eu trato de fazer aparecer do que a dominação obscura e estável de um aparato uniformante.

Assim, a nossa relação de escrita exige uma dominação das normas ouvintes, porem pensar que as formas linguísticas da minoria para os sujeitos surdos são diferentes por causa dos processos de subjetivação que traz na sua escolarização ou na sua instituição, ou na sua família ou na sua comunidade surda.

[...] a pratica do governo, por um lado, são práticas múltiplas, já que muita gente governa: o pai da família, o superior de um convento, o pedagogo, o professor em relação a criança ou ao discípulo: há portanto muitos governos em relação aos quais o do príncipe que governa seu Estado não é mais que uma das modalidades. Por outro lado, todos esses governos são interiores à própria sociedade ou ao Estado. É no interior do Estado que o pai da família vai governar a sua família, que o superior do convento vai governar seu convento, etc. Há, portanto, ao mesmo tempo, pluralidade das formas de governo e imanência das práticas de governo em relação ao Estado [...]. (FOUCAULT, 2008, p. 124).

Isso pode também ser considerado na condução das condutas dos professores surdos em relação à escrita de si que se estabelece com a norma ouvinte para padronizar a sociedade. Ao ser governado por outros e não do ponto de vista do sujeito surdo, que relaciona com os processos de subjetivação por suas formas de relações consigo mesmo, as técnicas, os exercícios e as práticas são impostas por uma sociedade ouvinte.

Na perspectiva de Foucault, os modos de subjetivação como os modos de objetivação explicam como uma medida de práticas da constituição do sujeito com objeto de uma forma determinada pelo conhecimento e pelo poder. De acordo com Castro (2009, p. 408):

Com efeito, os modos de subjetivação e de objetivação não são independentes uns dos outros; seu desenvolvimento é mútuo. Se, como Foucault, chamamos “pensamento” ao ato que instaura, segundo diferentes relações possíveis, um sujeito e um objeto, uma história do pensamento seria a análise das condições em que se formaram e modificaram as relações entre o sujeito e o objeto para tornar possível uma forma de saber.

Essas condições de relação entre sujeito e objeto estabelecem a histórica dos processos da subjetivação dos professores surdos na produção acadêmica como um processo de escrita de si, a possibilidade de como se desenvolve a sua aquisição de língua e a sua cultura. Larrosa (1994, p. 2) estabelece um viés em relação ao tipo de práticas pedagógicas que ele considera. O referido autor considera “aquelas nas quais se produz ou se transforma a experiência que as pessoas têm de si mesmas” (LARROSA, 1994, p. 2). Além disso, a única condição que não seja norma ouvinte, mas sim importante nas práticas pedagógicas e a experiência de si que estabelecem sua língua natural, sua expressão e suas ideias que são produzidas em processo de subjetivação, entendendo a sua cultura e suas formas de escrita, que é uma certa experiência de

si, não sendo fabricado pela norma ouvinte que a Libras não a substitui a língua portuguesa que para nós como professores surdos no Ensino Superior é obrigatório. No tanguê do Larrosa (1994, p. 38):

[...] uns exemplos: poderiam ser “autoconhecimento”, “autoestima”, “autocontrole”, “autonomia”, “auto-regulação” e “autodisciplina”. Essas formas de relação do sujeito consigo mesmo podem ser expressadas quase sempre em termos de ação, com um verbo reflexivo: conhecer-se, estimar-se, controlar-se, impor-se normas, regular-se, disciplinar-se, etc.

Em termos estão relacionados com a condução da pessoa surda e “costumam articular-se normativamente” (LARROSA, 1994, p. 39) nas questões da escrita dos professores surdos que devem atender a norma ouvinte, o que se apresenta, muitas vezes como uma limitação para os sujeitos surdos. O professor surdo ao não conseguir desenvolver sua escrita de acordo com o padrão da sociedade resulta no não aprofundamentos do conhecimento. Há movimentos de pesquisadoras para modificar a forma de publicação dos artigos como também a tradução dos mesmos em Libras, essa ideia foi apresentada pela primeira vez por Ronice Quadros juntamente com a Marianne Stumpf em 2018, ambas professoras pesquisadoras da UFSC publicaram o primeiro artigo traduzido em Libras na Revista Roseta que foi divulgado também no *Facebook*.

Para Larrosa (1994, p. 42):

[...] a própria experiência de si não é senão o resultado de um complexo processo histórico de fabricação no qual se entre cruzam os discursos que definem a verdade do sujeito, as práticas que regulam seu comportamento e as formas de subjetividade nas quais se constitui sua própria interioridade. É a própria experiência de si que se constitui historicamente como aquilo que pode e deve ser pensado. A experiência de si, historicamente constituída, é aquilo a respeito do qual o sujeito se oferece seu próprio ser quando se observa, se decifra, se interpreta, se descreve, se julga, se narra, se domina, quando faz determinadas coisas consigo mesmo, etc. E esse ser próprio sempre se produz com relação a certas problematizações e no interior de certas práticas.

É um sujeito de ser eu do que seu processo de subjetivação que nos reconhecemos, onde há uma verdadeira natureza do seu sujeito humano que pode desenvolver-se ou recuperar-se na constituição de sentido de quem somos nas históricas que contamos a respeito nas construções narrativas que produzem sua própria história de seus modos de processos de subjetivação. Nessa perspectiva:

O que somos ou, melhor ainda, o sentido de quem somos, depende das histórias que contamos e das que contamos a nós mesmos. Em particular, das construções narrativas nas quais cada um de nós é, ao mesmo tempo, o autor, o narrador e o personagem principal. Por outro lado, essas histórias estão construídas em relação às histórias que

escutamos, que lemos e que, de alguma maneira, nos dizem respeito na medida em que estamos compelidos a produzir nossa história em relação a elas. (LARROSA, 1994, p. 13)

As teorizações Foucaultianas, a partir da *Vigiar e Punir* e *História da Loucura* apresentam o saber e poder no interior dos processos de produção do sujeito. Com relação aos processos de subjetivação dos professores surdos a relação na produção acadêmica entre a publicação e escrita que tangem a relação de saber e poder da norma ouvinte. Como a primeira língua dos professores surdos é a Libras, os mesmos passam por um processo de subjetivação ao atender as normas escritas ouvintes. Logo, a experiência de si dos sujeitos surdos implica na produção de um *éthos* surdo contemporâneo, que é compreendido como:

[...] aqueles que, de distintas formas e intensidades de participação na comunidade surda, se autodeclaram pertencentes a um grupo ou comunidade surda específica ou que afirmam ter uma identidade surda. Nesse sentido, queremos marcar que a diferença surda, inscrita no corpo com surdez, inscreve os sujeitos em práticas construídas coletivamente a partir de condições de vida que se impõem aos sujeitos, exigindo deles, quando próximos de seus semelhantes, a criação de formas específicas de se comunicar e de se relacionar a partir do olhar, de uma cultura visual. Portanto, queremos dizer que está na história de sobrevivência, nas experiências visuais, nas condições de criação da língua de sinais, nas práticas culturais, nas mobilizações e nas muitas maneiras de levar a vida como obra de arte sendo construída cotidianamente e nas muitas práticas que engendram, aquilo que denominamos ser um *éthos* surdo ou uma atitude moderna surda. Um *éthos* que carrega consigo os significados da Modernidade e todas as suas normativas, discursos, formas de subjetivações, mas também todas as possibilidades de liberdade que permitem, entre outras experiências, a contraconduta (LOPES; THOMA, 2013, p. 10, grifos das autoras).

E além dessas questões o meu projeto compreende também esse *éthos* surdo com relação ao professor surdo, o qual carrega também consigo a normativa da escrita em Língua Portuguesa como uma exigência para a sua formação continuada e sua qualificação profissional como docente de Ensino Superior.

3.2 Subjetividade surda produtiva

Pensar na subjetivação do processo da produção acadêmica dos professores surdos no Ensino Superior e nas produções escritas como objeto da pesquisa, conforme o Foucault (2006, p. 242) é pensar no: “conjunto das práticas discursivas ou não discursivas que faz alguma coisa entrar no jogo do verdadeiro ou falso e o constitui como objeto para pensamento”, que define a situação. É um jeito de olhar para objetos e situações simples com um pensamento que constituímos em relação a fatalidade das práticas, dos saberes, dos sujeitos, e até mesmo, um não saber por uma nova configuração de um campo de práticas.

Entendo que este conceito e o objeto que pesquiso são atuais e fazem parte da vida profissional dos professores surdos. Também percebo que neste processo não há uma resposta certa, pois é necessário compreender a construção/desconstrução das noções de verdadeiro/falso, certo/errado, bonito/feio, doença/saudável, etc. Esse pensamento me permite repensar o que é processo de subjetivação, questionar de a subjetividade do professor surdo vem sendo produzida, não como uma verdade absoluta e sim algo construído a partir das vivências da produção acadêmica. Subjetividade que está sendo produzida por nós em certa época sob certas circunstâncias, pois com as lutas dos movimentos surdos tenho consciência que nós – surdos e ouvintes – produzimos essas ‘verdades’.

Ao relacionar a minha trajetória com os estudos de Foucault pude entender que em relação minha forma de aprender sempre foi conduzida pelas práticas discursivas constitutivas dos saberes reconhecidos como verdadeiros de uma determinada época. Do mesmo modo, mecanismos e exercícios de poderes relacionados a produção de saberes e o sujeito conduzindo a análise da constituição de si mesmo como sujeito, nas subjetividades nos movimentos surdos e na cultura, entendidos como articulados a partir dos professores surdos nos processos das produções acadêmicas no Ensino Superior, como um espaço de luta pelo reconhecimento da Língua de Sinais e a Educação dos Surdos. Encontrei nas palavras da primeira doutora e pesquisadora surda do Brasil: “Para o movimento surdo, contam as instâncias que afirmam a busca do direito do indivíduo surdo ser diferente nas questões sociais, políticas e econômicas que envolvem o mundo do trabalho, da saúde, da educação, do bem-estar social” (PERLIN, 1998, p. 71).

Na Contemporaneidade, o movimento tem incentivado a ampliação dos espaços dos professores surdos, através de discursos de articulações entre as produções escritas com as lutas/barreiras, buscando Políticas Públicas que atendam a diferença e os desafios do dia-a-dia. Dificuldades estas, que vem à tona já nos primeiros dias da vida acadêmica. Esse movimento acadêmico, poderá proporcionar a conquista nos espaços políticos dos acadêmicos surdos e estimulá-los com reconhecimento pelo Lei 10.436, respeitar a sua primeira língua nas produções escritas que obedecem às suas estruturas, bem como diminuir o prejuízo em seu aprendizado, o que já é fato histórico.

Com relação aos processos de subjetivação do professor surdo, há possibilidades de dar condições para que a língua de sinais propicie o desenvolvimento linguístico e cognitivo dos sujeitos surdos, favorecendo a construção do seu processo de produção acadêmica. A aquisição da Língua de Sinais como primeira língua e o desenvolvimento da Língua Portuguesa como

segunda, oportuniza a publicação das produções acadêmicas desenvolvidas pelos professores surdos.

Contextualizando nas escolas que eles frequentaram como alunos, tem suas diferenças no processo de aprendizagem na escrita, no espaço de construção de lutas de desenvolvimento social, não só as escolas, mas sim o reconhecimento das subjetividades dos professores surdos, problematizar as dificuldades das produções acadêmicas.

Promover as estratégias de desenvolver os seus trabalhos a serem divulgados, como os elementos de uso: tradução de vídeo em Libras com legenda, e/ou as escritas da primeira língua, e como submeter esses trabalhos para os congressos aceitar as suas singularidades linguísticas.

Observo a elaboração e desenvolvimento do curso de Letras Libras, Pedagogia Bilíngue e outros como Licenciaturas, um curso superior bilíngue, na educação básica os contextos bilíngues são diferentes, pois atendem há um outra faixa etária e demanda. Professores surdos que atuam no ensino superior passaram por diferentes processos formativos e isso pode, ou não, influenciar em suas produções. A sua produção acadêmica está implicada a sua formação inicial e continuada, pois depois de realizar o concurso e ser aprovado a sua produção acadêmica vai ser diferente. Há professores surdos com diferentes cursos de formação e com diferentes carreiras acadêmicas, há o que ingressam em cursos de Mestrado e Doutorado e há os que se limitam a sua formação inicial.

Penso que o investimento dos professores surdos na sua formação continuada se faz necessária via desenvolvimento de pesquisa e conseqüentemente a publicação de artigos para o reconhecimento da pesquisa. Para que os professores surdos do Ensino Superior possam continuar no jogo econômico, se faz necessário a sua participação na extensão e na sua formação continuada, ou seja, é necessário o investimento em si.

Bruna Branco, integrante do Grupo SIN AIS, apresentou em sua qualificação de Mestrado a preocupação no investimento em si com relação a escolha do Curso Letras/Libras como formação, pois o curso está sendo visado para aprovação futura em concursos públicos. Por sua formação continuada, a maioria dos professores surdos pensa como investimento em si, e investir os seus trabalhos produzidos como produção acadêmica na sua vida profissional e sua vida acadêmica nos processos de construção das limitações da sua escrita. Sendo a compreensão das leituras para embasar suas pesquisas fundamental para publicar os seus conhecimentos, ou seja, seus artigos. Para que assim a publicação surda possa dar visibilidade da construção de si mesmo.

Para Patricia Rezende (2010, p. 158-159), isso é consequência de: “Uma constituição na norma ouvinte, uma norma que mata as línguas de sinais e as culturas surdas”. Uma reflexão

que possa ajudar na política linguística para os acadêmicos surdos nas produções escritas, para que as políticas públicas compreendam as estruturas diferenciadas da identidade cultural, uma pluralidade. Há vários tipos de identidades surdas, de acordo com o autor Hall (1997, p. 26):

O que denominamos "nossas identidades" poderia provavelmente ser melhor conceituado como as sedimentações através do tempo daquelas diferentes identificações ou posições que adotamos e procuramos "viver", como se viessem de dentro, mas que, sem dúvida, são ocasionadas por um conjunto especial de circunstâncias, sentimentos, histórias e experiências única e peculiarmente nossas, como sujeitos individuais. Nossas identidades são, em resumo, formadas culturalmente.

Na modernidade, os sujeitos surdos estão tendo mais contato com a escrita, pois com a tecnologia das redes sociais, em especial, o *whatsapp*, os sujeitos surdos estão utilizando esse recurso e isso tem influenciando na produção de sua escrita. Eu percebi uma notável mudança com o uso desse recurso, pois para os surdos é importante ter uma relação mais efetiva com a leitura e escrita da Língua Portuguesa. Para que os professores acadêmicos surdos possam realizar a formação continuada se faz necessário fazerem uma produção escrita em situações cotidianas, bem como de trabalhos solicitados em aulas de Mestrado e Doutorado, por exemplo.

Pensando com Foucault em relação ao 'modo de ser', no que remete ao modo de ser surdo não implica na dificuldade da escrita, mas sim ao modo de escrever dos sujeitos surdos que é singular e escapa ao padrão ouvinte. Há um entendimento desse jeito de escrever surdo na Educação Básica, entretanto isso proporciona o aumento do abismo entre surdos e ouvintes no que remete as oportunidades profissionais e acadêmicas em que o entendimento não é o mesmo na maioria das vezes.

4 DAS ENTREVISTAS: NARRATIVAS SURDAS SINALIZADAS

A presente investigação tem como base a seguinte questão: *Quais as implicações das normas pensadas por e para ouvinte nos processos de subjetivação do professor surdo, quanto a produção acadêmica, no Ensino Superior?* Tendo como objetivo problematizar as implicações da norma ouvinte nos processos de subjetivação do professor surdo no Ensino Superior. Escolhi esse objeto de pesquisa, pois minha experiência profissional no Ensino Superior me trouxe muitas inquietações para pensar no espaço acadêmico no que se refere a docência surda. Eu observava as narrativas de professores surdos e percebia a implicação da norma ouvinte no ambiente acadêmico como resultado da construção dos professores surdos enquanto sujeitos. Devido a isso, elegi como campo empírico da presente pesquisa as narrativas de cinco professores surdos que atuam no Ensino Superior, sendo dois do Rio Grande do Sul, uma do Rio Grande do Norte, uma de Santa Catarina e uma de Minas Gerais.

No processo de pesquisa, o maior obstáculo foi contatar os cinco professores surdos para agendar as entrevistas que, devido a distância geográfica, foram realizadas via *Skype* com chamada de vídeo, pois este programa permite a gravação para salvar de forma visual sendo a Libras, uma língua visual. Primeiro fiz o convite por e-mail para sete professores surdos, entretanto alguns demoraram para me dar retorno. Logo fui selecionando os professores mais receptivos e dispostos a participar das entrevistas em tempo hábil. Outra dificuldade que encontrei, foi a falta de compreensão da escrita dos e-mails enviados por mim. Em meio a esse obstáculo, fui bem-sucedida ao contatar cinco professores surdos. Uma das entrevistadas conheci no percurso da pesquisa, pois os outros quatro eu já conhecia. Como eu estava interessada em entrevistar também professores do Nordeste, o colega doutorando que é natural da referida região e está inserido no Programa de Pós-Graduação em Educação da Unisc indicou uma professora surda de seu Estado. Ao fazer contato com a mesma, ela se mostrou receptiva e muito simpática.

Para minha grande surpresa tive o aceite de cinco professores, pois eles interessaram pela minha pesquisa e afirmaram que ela é fundamental aos acontecimentos do espaço acadêmico em instituições do Brasil. De acordo com os mesmos, eles vivem um movimento político em resistir a norma ouvinte, isto é, o sujeito pode resistir e não querer se adequar a norma ouvinte.

Após o primeiro contato e aceite por parte dos professores, iniciei as entrevistas com chamadas de vídeo no período maio a junho de 2019, as quais foram gravadas para posterior transcrição da Libras para língua portuguesa. A importância de entrevistadas filmadas, pois no fato que é uma maneira de registrarmos e expressamos a nossa língua, o que mostra o respeito

pela cultura e é essencial para os professores surdos pelo entendimento. Foi um momento muito tenso para mim, pois estava angustiada e com receio de não conseguir realizar todas as cinco entrevistas em tempo hábil ou dos professores desistirem de participar.

As entrevistas realizadas com os professores surdos foram compreendidas por mim como narrativas, nas quais é “possível reconstruir as significações que os sujeitos atribuem ao seu processo de escolarização, pois falam de si, reinventando o passado, ressignificando o presente e o vivido para narrar a si mesmos” (ANDRADE, 2012, p. 174-175), como um modo de construir em si, suas próprias experiências por meio de seu caminho percorrido e de relatos da suas vivências. A perspectiva da narrativa é posicionada como “uma produção cultural, social, política e histórica e não como um dado fixo, estável, igual a todos os outros e ancorado em práticas sociais e culturais que se querem mais ou menos precisas e iguais” (ANDRADE, 2012, p. 179).

As entrevistas narrativas com os professores surdos no Ensino Superior me provocaram a pensar na limitação das produções acadêmicas escritas e nas relações de poder que está imersa a atuação dos professores surdos. Para Larrosa (2014, p. 102) não podemos procurar averiguar o que há por trás das palavras, “mas sim que há adiante, até onde se dirigem, de que maneira podem encarnar em nós (que somos carne de palavras, também de palavras apodrecidas), o que é que podem mover ou mobilizar ou incitar ou suscitar em nós”.

Na mesma linha de pensamento, Reis (2015, p. 68) apresenta a entrevista narrativa como uma ferramenta instigante, a qual em alguns momentos “envolve um acontecimento da vida profissional ou mesmo das experiências do próprio sujeito como intelectual e em outro momento a narrativa gira em torno da vida profissional como professor”.

Em consonância com Thoma e Bandeira (2010, p. 141):

As recorrências nas narrativas dos professores surdos quando escrevem sobre seu ingresso na escola e sobre suas experiências como alunos em escolas especiais ou de inclusão – onde a representação sobre a surdez e os surdos segue sendo a de incapacidade, onde as marcas da normalidade estão presentes e colocam os surdos em um lugar de inferioridade -, mostram as resistências ao discurso que fala sobre eles e elas como anormais ou deficientes e contam sobre como cada um foi se constituindo enquanto sujeito surdo e articulando outras possibilidades, outros modos de se ver e se narrar os surdos e a surdez.

Articulado ao modo como estou compreendendo as narrativas no presente estudo e com relação as entrevistas sinalizadas na gravação de vídeos, pude perceber por meio dos relatos que os professores surdos se narram de modo a demonstrar seus sentimentos e seu percurso de vida como um desabafo. As narrativas se apresentaram como um conjunto de saberes e

conhecimentos no que diz respeito a subjetivação dos mesmos em cada história de vida. Também me encontrei nessas narrativas por ter uma história parecida.

Nesse processo de tradução e análise também contei com apoio de dois professores pesquisadores ouvintes que conhecem a cultura surda e a Libras: que são a tradutora¹⁵ e colega Daiane Kipper e com o apoio do orientador do trabalho Camilo Darsie. Escolhi a Daiane por sempre me acompanhar o meu trabalho e por conhecer a minha pesquisa o que me faz me sentir segura com ela, pois para ela também é importante essa experiência da tradução de Libras para língua portuguesa. Também pude contar com a mesma, nas questões da análise das narrativas. Trabalhamos juntas uma vez ou duas por semana se intensificando nos últimos dias anteriores a entrega da dissertação. Essa parceria, contribuiu muito para a tradução e entendimento para estabelecer as análises teóricas tendo como referência os Estudos Surdos articulado com Estudos Foucaultianos.

O desafio foi fazer a tradução das narrativas de Libras para Língua Portuguesa na transcrição a punho, pois era necessário pausar as gravações várias vezes. Nesse processo, cada transcrição levou em média duas horas para ser realizada. Para realizar as entrevistas via *Skype*, tive que fazer um teste para ver se conseguiria gravar e salvar as mesmas em meu computador. Mesmo assim, depois de realizar todas as entrevistas, apareceu uma notificação de que o arquivo ficaria salvo por somente 30 dias, o que me deixou desesperada, pois eu poderia perder os vídeos tão valiosos para minha pesquisa. Logo, chamei um técnico de informática para conferir se perderia realmente o arquivo. Com o apoio dele, descobri que poderia salvar os vídeos gravados no próprio programa de *Skype* em outra pasta, assim não perderia os vídeos. Assim consegui salvar todas as entrevistas gravadas em Libras em um arquivo seguro. Isso foi um alívio para mim, pois pude transcrever as gravações dentro de um tempo maior.

Em vista desta pesquisa, captei e notei algumas narrativas como status na importância de produzir algumas reflexões e contribuições e como percebendo os problemas na realidade que muitas vezes não são visíveis no Ensino Superior.

Nas entrevistas narrativas, foi um grande desafio contatar ao vivo com os professores pesquisados e conversar sobre suas limitações da sua vivência nos processos de produção acadêmica no Ensino Superior. Ao observar tais angústias que narravam encontrar a maior limitação nas barreiras linguísticas, provocando em mim o sentimento de empatia, pois estou vivendo as mesmas experiências como pesquisadora e professora surda.

¹⁵ Tradução que foi realizada da Libras para a língua portuguesa escrita.

A partir de agosto comecei transcrição da Língua de Sinais para Língua Portuguesa, o que me permitiu escutar com os olhos nas narrativas sinalizadas. Durante a transcrição eu sublinhava as recorrências e o que também me chamava atenção. Eu lia e relia várias vezes o texto transcrito com finalidade de identificar nas narrativas questões que mereciam destaque no presente estudo. O processo de análise iniciou em outubro, junto com a colega Daiane de forma voluntária, a qual explicava de forma teórica relacionando com os autores que embasam o meu estudo.

Como existe uma implicação linguística na realização do presente trabalho, pois há o envolvimento de duas línguas com diferentes modalidades – língua portuguesa escrita e Libras visual – o processo exigiu um tempo maior para a pesquisadora surda, devido também a disponibilidade de tempo da tradutora ouvinte. Assim, a pesquisa de campo seguiu quatro etapas: 1- Entrevista visual pela presença do vídeo gravado por mais de 40 minutos, cada; 2- Tradução de Libras para Língua portuguesa em cada uma pausa que levou por mais ou menos 4 horas, cada; 3- Digitação em língua portuguesa das Transições realizadas a punho; 4- Enfim, as análises teóricas em Libras e língua portuguesa (as quais eram compreendidas por mim inicialmente em Libras e depois traduzidas para língua portuguesa escrita).

Tive a oportunidade de compreender a perspectiva cultural dos professores surdos como se constitui a sua resistência do seu âmbito acadêmico com a sociedade ouvinte. Entendendo a cada vulneral de um sujeito surdo que são capazes de narrar sobre si pois adquire a sua produção de verdade, como uma forma natural de relatar a sua vivencia e não passem das suas ideologias e sim são estereótipos que são constituídos a nossa maneira de ser e de ver o mundo que nos rodeia. A razão de ver os professores surdos como habitam a sua formação nas instituições, como a base nas narrativas produzidas, as normas em que o professor surdo se constitui sua subjetividade. No próximo subcapítulo apresento os sujeitos da pesquisa e as histórias de vida de cada um, narradas nas entrevistas produzidas neste estudo.

4.1 Sujeitos da pesquisa: professores surdos

Escrevo esse subcapítulo para contar aos leitores do trabalho quem são os professores surdos no Ensino Superior que escolhi para entrevistar. Optei por pseudônimos para não identificar os professores pesquisados e assim proteger suas identidades. Para a escolha dos pseudônimos, selecionei nomes de cinco surdos famosos para substituir os nomes verdadeiros:

1) Eduard Huet¹⁶ que foi fundador de uma Instituição, atual Instituto da Educação dos Surdos – Rio de Janeiro em 1857, o qual residia anteriormente em Paris, na França e no ano de 1956 se mudou para o Brasil; 2) Helen Keller, além de ser surda, também era cega, foi uma escritora, conferencista e ativista social norte-americana; 3) Charlotte Elizabeth Tonna foi uma popular escritora e romancista que nasceu na Inglaterra, em 1790; 4) Emanuelle Laborit é uma atriz francesa e diretora do Teatro Visual Internacional na França, lançou seu livro *O voo da Gaivota*; 5) Marlee Matlin atriz norte-americana que é a única surda a ganhar um Oscar.

Escolhi esses famosos, pois me inspiram em cada professor pesquisado com sua luta, sua conquista, pela batalha que é muito gratificante de mostrar sua competência, seu jeito de ser surdo, sua energia e sua vontade de disseminar o potencial do seu trabalho. Por isso também estabeleci uma relação visual com as características dos professores entrevistados e o perfil de cada famoso escolhido. Segue abaixo, uma tabela que ilustra a formação e Estado de cada um:

¹⁶ Pela pesquisa não há certeza que nos anos 50 a 90 só assinava como E. Huet ou E. D. Huet nos documentos achados pelo Instituto de Educação dos Surdos de Paris, então a partir dos anos 90, passou a ser o nome Eduard Huet.

Tabela 1 – Professores sujeitos da pesquisa das produções acadêmicas

Pseudônimo	Homem/Mulher	Estado	Formação
Eduard Huet	Homem	Rio Grande do Sul	Doutorando em Letras (UFRGS) Mestre em Educação (UNISINOS) Licenciatura em Letras/Libras (UFSC) Licenciatura em Computação (UNISC)
Helen Keller	Mulher	Minas Gerais	Doutorado em Educação (UFU) Mestrado em Educação (UFSC) Pedagogia (PUC)
Emmanuelle Laborit	Mulher	Santa Catarina	Pós-Doutorado (PDH) (UCP) Lisboa-Portugal Doutorada em Informática na Educação (UFRGS) Superior de Tecnologia em Informática (ULBRA) Graduação complementar em Educação dos Surdos (UNISC) Professora
Charlotte Elizabeth Tonna	Mulher	Rio Grande do Sul	Doutorando em Linguística (UFSC) Mestrado em Educação (UFSM) Licenciatura em Letras/Libras (UFSC)
Marlee Matlin	Mulher	Rio Grande do Norte	Mestrado em Ambiente, Tecnologia e Sociedade (UFERSA) Especialização em Libras (UNICID)

			Licenciatura em Letras/Libras (UFSC)
--	--	--	--------------------------------------

Fonte: elaborada pela autora.

Após a escolha dos nomes, analisei o Currículo Lattes de cada professor surdo e organizei uma tabela para ilustrar de forma visual os números de produções acadêmicas dos mesmos. Os cinco professores surdos entrevistados são professores da disciplina de Libras, em cursos de graduação. Um dos professores também atua no programa de Pós-graduação em Linguística da UFSC. Por ser uma minoria linguística, encontrei um número expressivo de produções, porém em longo espaço de tempo. Como esses sujeitos precisam se submeter a norma majoritária ouvinte, acredito que tais número expressam conquistas em um espaço de disputa de poder e resistência surda.

Tabela 2 – Quantidades de produções acadêmicas dos professores surdos pesquisados

Professores surdos	Eduard Huet	Marlee Matlin	Helen Keller	Charlotte Elizabeth Tonna	Emmanuelle Laborit
Ano de início como professor	2000	2000	1997	2005	2007
Inserção em Linha de Pesquisa					1
Participação em Projeto de Extensão	26	14	6	3	6
Projeto de Pesquisa	3	3	1	7	9
Projeto de Ensino			1		
Desenvolvimento de projetos	2		1	1	
Artigos publicados	1		2	1	14
Livros publicados					
Livros organizados			1		8
Capítulos de Livros publicados	1	1	6	2	30
Texto de Jornais/revistas	1		2	3	2
Trabalhos em anais de congressos	4	2	2	14	6
Resumos em anais de congressos	6	1	2		7
Resumos expandidos					16

Apresentação de Trabalho evento	26	18	46	43	11
Outras produções	1		1	2	12
Citações					38

Fonte: elaborada pela autora com base no currículo Lattes dos professores surdos.

De acordo com as produções narrativas, é importante compreender melhor os conceitos utilizados por implicação, norma ouvinte, Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa, a limitação das produções acadêmicas. Na sequência, me detenho a história de vida de cada professor surdo.

4.1.1 Eduard Huet

A entrevista aconteceu no dia 28 de maio de 2019. Eduard Huet é natural de Porto Alegre, mas viveu, desde criança, em Santa Cruz do Sul. Hoje mora em Porto Alegre – RS. Com 16 anos, conheceu a Libras e conhece Língua Portuguesa desde criança de forma diferente dos ouvintes, porém se desenvolveu melhor com a Libras.

Quando soube do Curso de Letras Libras, achou que seria uma oportunidade de aprender melhor Língua Portuguesa e Libras ao mesmo tempo. Porém quando entrou, viu que não era o que imaginava. Eram transmitidos os conteúdos com ensino de Libras. De qualquer forma, isso ajudou ele a entender melhor a sua cultura, o seu conhecimento focado na Libras. No mesmo tempo, começou a ser Tutor do Ensino à Distância (EAD) da UFRGS, a convite da professora Adriana Thoma em 2008. Em 2011, foi contratado como professor substituto e aprendeu muitas coisas, como as informações sobre produções acadêmicas.

Antes de começar o seu curso de graduação, estudava no Colégio Marista São Luís, porém não conseguiu se integrar, pois era bem difícil de entender o seu processo de aprendizagem. Então, a preocupação dos pais (a mãe é professora aposentada) era incentivar o filho a estudar em uma escola de surdos, o que aconteceu na Escola Especial Concórdia localizada em Porto Alegre. Ali, aprendeu muito em nove meses, mas teve que voltar para Santa Cruz do Sul e estudar na Escola Estadual de Ensino Fundamental Gaspar Bartholomay, onde existia classe especial para surdos. Aprendeu as duas línguas que ajudaram muito no desenvolvimento de sua aprendizagem, acreditando na sua capacidade de se desenvolver em duas línguas, principalmente em sua primeira língua- Libras e depois a segunda língua – língua portuguesa escrita. Foi o fundador da Associação dos Surdos de Santa Cruz do Sul (ASSCS), onde exerceu o cargo de presidente entre os anos 1999 e 2007.

O professor surdo Eduard Huet trabalha desde 2015 como efetivo na disciplina de Língua Brasileira de Sinais no Curso de Bacharelado em Letras Libras em uma universidade do Rio Grande do Sul, onde atua também como Coordenador do curso de Letras Libras.

Eduard Huet é doutorando em Letras pela UFRGS e também é Mestre de Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), curso concluído em 2014. O Mestrado foi realizado com bolsa da CAPES. Possui duas graduações, sendo a primeira Licenciatura em Computação pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) concluída no primeiro semestre do ano de 2010, curso que realizou concomitantemente com a Licenciatura em Letras Libras pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) no Polo da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) que foi concluído no segundo semestre de 2010. Ele também tem certificação de Proficiência para ensino da Libras em nível superior, realizada no ano de 2010.

Trabalha como professor e instrutor de Libras desde 2000 em instituições de ensino. Em seu Currículo Lattes, o mesmo está inserido em três Projetos de pesquisa relacionados a estudos sobre Língua de Sinais, sendo que um deles encerrou em 2018.

Eduard Huet também apresenta inserção em vinte e seis Projetos de Extensão, destes cinco estão vigentes atualmente. Os projetos apresentados se relacionam com a área de Libras interligados com outras áreas, como por exemplo: tecnologias, matemática, linguística inclusão e materiais didáticos. Como Projeto de Desenvolvimento, o referido professor apresenta, em seu currículo, dois projetos concluídos: *Jogo: Alfabeto Manual da Libras*, concluído em 2019; *Produção de vídeos acessíveis para o Curso Acessibilidade em Ambientes Culturais EAD*, concluído em 2018.

Como professor e autor surdo desenvolveu as produções de: um artigo acadêmico; um capítulo de livro; um texto escrito em jornal de notícias. Como relação a sua inserção em eventos acadêmicos, Eduard publicou quatro trabalhos completos e seis resumos em anais de congressos, bem como apresentou vinte e seis trabalhos em eventos. Como trabalho técnico apresenta em seu currículo a produção de um DVD.

4.1.2 Marlee Matlin

No dia 27 de junho realizei a entrevista com a professora surda Marlee Matlin, ela trabalha como professora de Língua Brasileira de Sinais numa universidade há cinco anos como concursada, mas tem experiência no ensino há quinze anos. Antes de entrar na Universidade, ela atuava como primeira Presidente da Associação dos Surdos de Mossoró, no Rio Grande do Norte (RN). É a primeira professora surda a entrar na universidade em que está atualmente. No

início percebeu que os professores ouvintes desconheciam a Língua de Sinais. Por isso ela se sente limitada até hoje. Os professores ouvintes ainda estão a entender a Libras. Atualmente aumentou para cinco o número de professores surdos e mais cinco professores ouvintes com fluência em Libras no Departamento de Libras. Na área de pesquisa, estão três ouvintes e sete surdos.

Como professora da instituição, manifestou a importância de abrir o curso de Letras Libras na universidade. A Reitoria aceitou e, por meio de votação, o mesmo foi aprovado. Foi lançado o 1º curso de Letras Libras na cidade de Caraúbas, no estado do Rio Grande do Norte, em 2015.

Porém, ela ainda se sente limitada porque a maioria dos ouvintes não tem conhecimento da educação dos surdos, da cultura e a escrita diferentes. Marlee Matlin também tem boa fluência na Língua Portuguesa por causa dos estímulos da família (toda família tem gerações de professores), desde criança. Com 24 anos, tardiamente, descobriu a sua Língua de Sinais em Joao Pessoa, no estado da Paraíba, e posteriormente levou a Libras para a cidade de Mossoró, no Rio Grande do Norte. Na época, algumas pessoas tinham preconceito porque pensaram que os surdos eram inferiores por causa da sua expressão diferente.

Na fase escolar inicial, estudava numa escola regular, só aprendia os verbos (passado, presente, futuro) mas não assimilava os significados das palavras. Aprendeu os significados e conceitos através das interpretes quando entrou na faculdade e a partir disso, começou o seu esforço e a força de vontade em busca das palavras que estavam adormecidas. Mas com a Língua de Sinais, ela sentiu mais conforto, pois ofereceu seu entendimento, sua clareza e menos sofrimento. Porém a L2 é algo que continua na sua vida, para poder continuar escrevendo suas produções acadêmicas para realizar e as leituras e escritas do dia a dia.

Ela tentou Mestrado em Educação, mas foi no Mestrado em Ambiente Tecnologia e Sociedade em que ela ingressou, pois teve o interesse de uma professora orientadora que queria tanto conhecer a acadêmica surda quanto a Língua de Sinais. Com a pesquisa do Mestrado, elas construíram juntas um projeto de criação de sinais nas Ciências Biológicas.

Marlee Matlin produziu, sozinha, sua proposta para ingressar no Mestrado em Educação, porém o Programa não a aceitou por causa da estrutura da escrita ser diferente. Eles exigiram estrutura correta, tendo como padrão a escrita ouvinte. Ela se sentiu mal, pois queria mostrar a sua capacidade de se desenvolver sozinha e assim conquistar o respeito pela sua língua. Ainda se sente inferior porque os professores ouvintes nessa universidade não aceitam a estrutura linguística dos professores surdos, querem que a escrita siga a mesma regra da norma escrita dos ouvintes. No dia da entrevista da seleção para o Mestrado em Educação, ela teve uma

reunião e pediu acessibilidade. Explicou para os professores da banca que o professor ou acadêmico surdo tem a escrita diferente e a Libras como primeira língua. Entretanto, os professores ouvintes ainda estavam analisando. Infelizmente, eles ainda não tinham conhecimento da Lei que dá direito a primeira Língua de Sinais e a segunda língua, na modalidade escrita. Parece que os professores ouvintes ainda encontram dificuldades em entender e compreender a Língua de Sinais como a primeira para a comunidade surda. Mesmo assim, ela ainda está na luta pelo seu direito.

Como ex-presidente da Associação dos Surdos de Mossoró e atual professora, ainda luta pela educação dos surdos. Marlee Matlin pesquisa os surdos que vivem no interior e os incentiva a estudar, entretanto as famílias não concordam porque não querem que eles percam o Benefício de Prestação Continuada-BPC¹⁷. Infelizmente, isso os torna menos desenvolvidos. A professora desenvolveu um grande esforço para estimular eles a conhecer em o mundo de Libras, mas está difícil de convencer as famílias da região.

A professora Marlee Matlin é efetiva em uma Universidade Federal do Rio Grande do Norte, desde 2014, onde trabalha no curso de Letras Libras, em que também atua como vice coordenadora, desde 2015.

A professora tem Mestrado em Ambiente, Tecnologia e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), concluído em 2016. Tem Especialização em Língua Brasileira de Sinais – Libras pela Universidade Cidade de São Paulo (UNICID), concluída no ano de 2013. Possui Graduação em Letras Libras pela UFSC concluída em 2010. No mesmo ano, realizou a Certificação do PROLIBRAS.

Trabalha como professora de Libras há dezenove anos em instituições de ensino. No seu Currículo Lattes consta sua inserção em três projetos de pesquisa, sendo que um deles está em andamento, intitulado como *Glossário em Língua Brasileira de Sinais*.

Nos projetos de extensão em que participou, quatorze apresentam relação como a Libras, comunidade, formação de instrutores, formação docente de Libras e português para surdos.

Além de ser professora é também pesquisadora surda, apresentando como produção: um capítulo de livro publicado; dois trabalhos completos publicados em anais de congressos; um resumo divulgado em anais de congresso; e dezoito apresentações de trabalhos em eventos.

4.1.3 Helen Keller

¹⁷ Benefício concedido pelo governo no valor de um salário mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover sua própria manutenção nem de tê-la provida pela sua família.

No dia 7 de junho foi realizada a entrevista com a professora surda Helen Keller, de Goiânia (GO). Ela estudava numa escola regular por meio do método oralismo e nunca teve intérprete de Libras. Somente com 15 anos começou a aprender Libras, aprendizado que aconteceu com rapidez, em apenas um mês, e assim se deu conta de que essa era a sua primeira língua. Em sua narrativa, Helen Keller apresenta que a sua família foi a base para ela desenvolver a língua portuguesa, o que segundo a mesma foi importante para o desenvolvimento da sua escrita.

Ela estava acostumada com a língua portuguesa escrita, pois ela teve muita prática de leituras desde a infância por causa do apoio familiar. Ela percebe que não sente dificuldades, porém tem empatia com a escrita dos outros autores surdos.

Na trajetória da sua infância e no seu processo educativo, a mãe dela não sabia por onde começar quando foi diagnóstico a surdez dela, com apenas um ano e meio de idade. Nesse período, o médico lhe indicou uma escola especial para crianças surdas que possuía o sistema do oralismo no Distrito Federal. Também começaria com o tratamento de fala e o uso de aparelho, enfim ela se mudou com a família para Brasília por causa dessa escola. Anteriormente, na escola de ouvintes, quando estava incluída, a mãe auxiliava na sua aprendizagem em casa e sempre a incentivou a vida toda. Quando ela estava incluída, em escolas de ouvintes, não era fácil a convivência com as crianças ouvintes e por isso ficava extremamente agressiva. O mais triste é que a mãe dela ouvia de outras mães que ela atrapalhava o desenvolvimento verbal de seus filhos.

Foi para escola regular com seis anos, por meio período, e no contra turno recebia atendimento especial. Além disso, também tinha aulas de reforço escolar, natação e uma série de atividades que contribuíram para o seu desenvolvimento. Com esse tratamento, sempre foi muito comunicativa.

Depois, mudou-se para Goiânia, onde ingressou em uma escola particular através de uma amiga conhecida. Os professores eram atenciosos, pois tinham muita vontade para lhe ensinar o papel compartilhado com seus pais. Ela estava nos anos finais do ensino fundamental e continuou na escola particular, apesar de não ter acesso à língua de sinais e nem intérprete de Libras, pois contava apenas com o seu esforço e a ajuda de colegas próximos e professores que se sensibilizaram com a situação. Com livros aprendeu muito e também com o pai, que era muito próximo das leituras.

Com 15 anos, descobriu o seu mundo de Libras quando entrou na Associação dos Surdos de Goiânia e aprendeu em apenas um mês a língua devido a sua participação na associação.

Entrou em escola da rede pública que tinha uma intérprete de Libras e assim ficava mais tranquila por tê-la na sala de aula, sem precisar se esforçar para entender leitura labial dos professores. Quando se formou no ensino médio, ela desenvolveu melhor o seu processo de aprendizagem a partir dessa acessibilidade na escola.

Antes de entrar no Curso de Pedagogia, ela foi convidada para trabalhar com as crianças surdas numa escola de surdos. Isso a deixou desesperada por causa da utilização de língua portuguesa. Vários professores utilizavam muito bem a Libras, mas tinham problemas com a didática e metodologia, porque estavam acostumados a trabalhar com o currículo escolar de ouvintes.

Com muitas participações em congressos, eventos e cursos desenvolveu muito sua carreira profissional e por isso decidiu fazer Mestrado na UFSC na sua própria língua, para surpresa da sua mãe. Ela também relata que os professores ouvintes do programa de Mestrado se demonstraram conscientes por aceitar a sua diferença cultural. Assim ela relata que pode entender os Estudos Culturais articulados aos Estudos Surdos.

Após terminar o Mestrado, teve uma boa fase na escola pela oportunidade de dialogar com os colegas surdos na língua de sinais. Com o Mestrado, Helen Keller ampliou a percepção do seu mundo, sempre trabalhou como voluntária por quatorze anos na Associação e também na FENEIS durante quatro anos.

Desde 2008, é professora titular e pesquisadora em uma Universidade Federal na cidade de Uberlândia em Minas Gerais na área e atua na área da Educação Especial e Libras. Exerceu ainda o seu cargo de Coordenadora-Geral da Coordenação-Geral da Política Pedagógica da Educação Bilíngue da Diretoria de Políticas de Educação Bilíngue de Surdos da Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação do Ministério da Educação, desde janeiro até julho de 2019.

Helen Keller atua como professora Pesquisadora no Curso de Extensão do Programa de Formação Continuada de Professores na Educação Especial *Atendimento Educacional Especializado para Alunos Surdos* no ano de 2011, naquela universidade. Trabalhou como Coordenadora Local no Exame de Certificação PROLIBRAS nos anos de 2011 e 2015. Além destas experiências, é Intérprete de Sinais Internacionais em vários eventos. Também atua como membro de corpo editorial e como revisora de periódicos.

A professora surda Helen Keller possui Doutorado em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), em 2015, e também é Mestre de Educação pela UFSC, concluída em 2006. Realizou o seu curso de graduação em Pedagogia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás, concluído em 2004.

Tem experiência na área de Educação de Surdos desde 1997, há 22 anos atuando no Ensino de Libras. Teve como projetos desenvolvidos e concluídos até 2017: um projeto de pesquisa desenvolvida por *CIF: disseminação e aplicabilidade*; seis projetos de extensão relacionados com a formação continuada dos professores, atendimento educacional especializado para alunos surdos e acessibilidade; um projeto de ensino que foi desenvolvida pelo *Curso de Aperfeiçoamento em Atendimento Educacional Especializado para Alunos Surdos*, em 2010; um desenvolvido pela *Usabilidade do Software Identificador de Sinais* em 2013; e por um DVD produzido.

Como professora, pesquisadora e autora surda tem produzindo vários trabalhos, dentre eles: um artigo completo em periódico; participou da organização de um livro; escreveu seis capítulos de livros; tem a publicação de dois textos em jornais de notícias. A sua participação em eventos acadêmicos é composta pela publicação de: dois trabalhos completos; três resumos em anais de congressos acadêmicos.

4.1.4 Charlotte Elizabeth Tonna

No dia no 11 de junho entrevistei a professora surda Charlotte Elizabeth Tonna, de Caxias do Sul/RS. No momento da entrevista, ela estava afastada da atividade por quatro anos porque estava cursando doutorado na UFSC. Na universidade em que ela atua como professora, só há três professores surdos e seis ouvintes atuando no departamento de Educação Especial. Nessa instituição não tem Departamento de Libras, por isso ela está no Departamento de Educação Especial. Para ela, esse setor se difere do Departamento de Linguística, pois ele se direciona mais para as políticas públicas de acessibilidade e inclusão, eventos e movimentos com essa ênfase. Na UFSC o direcionamento é mais específico em Libras como na UFRGS se direciona para a linguística, produções visuais e vídeos em Libras. Na UFSM, onde ela leciona, se dá ênfase ao português nas produções escritas e por isso ela precisa do auxílio das colegas ouvintes. E também alguns surdos pedem seu auxílio na escrita da língua portuguesa.

Charlotte Elizabeth Tonna apresenta boa escrita, por sua vivência na escola, pois ela só estudou em escola de surdos, a Escola Estadual Especial de Ensino Médio Helen Keller, até concluir o Ensino Médio. O mais interessante é que ela ingressou nesta escola com apenas oito meses, ainda bebê. Ela ia para escola apenas duas ou três vezes por semana até os seis anos, quando começou a cursar o 1º ano de Ensino Fundamental, ela passou a ir diariamente. Aprendeu a escrever com cinco anos, com apoio dos seus pais em casa, os quais ensinavam para ela as palavras em língua portuguesa. Na época, era adotada Comunicação Total, o que a

ajudou a desenvolver língua portuguesa de forma escrita. Com 15 ou 16 anos, ela passou a se desenvolver mais por influência da tecnologia como *Messenger*, *Chat* e outras redes sociais que contribuíram para entender e compreender as palavras e seus significados. Ela acredita que a internet a ajudou a desenvolver a sua escrita. Outro fator que ela acredita ter contribuído para sua aprendizagem da L2, foi a exigência dos pais em casa. Eles exigiam que ela lesse e depois explicasse para eles o que ela leu e o que entendeu. Os gibis também a estimularam a ler com mais agilidade, pois a escrita vinha acompanhada das imagens de forma contextualizada. Com isso ela começou a gostar de ler. Sempre tirava dúvidas com seus pais sobre as palavras escritas. Quando ela pedia para os pais o conceito de uma palavra, eles mostravam outros termos parecidos. A família foi a sua base fundamental para o estímulo da língua escrita, mas ainda tinham pouco conhecimento de Libras para poder se comunicar com ela.

Os pais quiseram matricular a filha numa escola normal por causa das outras irmãs (ouvintes), mas ela não se adaptou e preferiu voltar à escola antiga, só para surdos. Esta escola, Helen Keller, tinha uma professora ouvinte que ensinou ela e a turma surda a desenvolver melhor a língua portuguesa escrita. Ela tinha muita sensibilidade ao ensinar. Essa professora e o professor Carlos Skliar haviam ido a um congresso Bilíngue em Venezuela para trazer suas didáticas e metodologias para a educação dos surdos.

Ela tem um projeto de extensão (na UFSM em parceria com a Escola Estadual Helen Keller em Caxias do Sul) para o Ensino Médio, com o objetivo de aconselhar os surdos, dar dicas para lidar com puberdade. Os encontros acontecem duas vezes por mês e estimulam os surdos a terem autonomia, pois é apresentado para eles como funcionam os trabalhos como voluntários e remunerados, para movimentá-los também de forma política.

A sua experiência se dá na área da Educação de Surdos, Letras, Cultura, Linguística e principalmente na área de Libras. Trabalha também voluntariamente nas ações sociais relacionadas com a Comunidade Surda e é militante do Movimento Surdo que luta pelas melhorias para a Educação de Surdo.

Em julho de 2014, foi nomeada como professora assistente em uma universidade do Rio Grande do Sul, aonde a professora Charlotte, atualmente, é professora assistente de Libras do Centro de Educação em uma Universidade Federal na cidade de Santa Maria - RS. Trabalha como voluntária nas ações sociais relacionadas com a comunidade surda como da Legenda Nacional de Cinema. Anteriormente atuou como professora de Libras em Pelotas, de 2009 a 2011. Na cidade de Canela também foi professora municipal de Libras, de 2011 até 2013. Foi aprovada em Proficiência em Língua Portuguesa na UFSC em 2013 e também tem certificação

do PROLIBRAS. É Intérprete de Sinais Internacionais (Gestuno/SI). Além das funções e das lutas, ainda coordena a Campanha Legenda Nacional no Rio Grande do Sul desde 2005.

A professora possui graduação em Letras Libras pela UFSC, concluída em 2010. Como pós-graduação tem Mestrado em Educação pela UFSM, curso concluído em 2013. Atualmente a professora Charlotte está cursando Doutorado em Linguística pela UFSC. Obteve Capacitação de Instrutores de Libras em 2005 e certificação do PROLIBRAS no ano 2007.

Ensina de Libras desde 2005 em diferentes instituições. Com relação a pesquisa, apresenta sete trabalhos concluídos até 2014. E apresenta três projetos de extensão, sendo que um deles ainda está em andamento, chamado *Círculo de Cultura Surda*. Também apresenta três projetos: dois concluídos e um em andamento, relacionados ao *Movimentos Surdo*.

Atualmente é professora de Libras, militante, pesquisadora e autora surda, produzindo os seguintes trabalhos: um artigo aceito para publicação; dois capítulos de livros publicados; três textos em jornais de notícias/revistas; quatorze trabalhos completos publicados em anais de congressos; quarenta e três apresentações de trabalho; e duas outras produções bibliográficas.

4.1.5 Emmanuelle Laborit

Em 11 de junho, entrevistei Emmanuelle Laborit, a qual trabalha como professora, pesquisadora e orientadora em uma universidade de Santa Catarina, onde teve o desafio de conhecer e ler artigos, identificar introdução, metodologia, análise de discussão, conclusão e as referências. Alguns conceitos que ela não conhecia, pois se sentia insegura e com o estudo ela se desenvolveu.

Na época de 2008, trabalhou no Programa de Pós-Linguística (PPGLS). Nesse programa existia a resolução que a exigia publicar oito artigos em três anos. Caso não cumprisse, precisaria se desvincular do programa. Isso foi um grande desafio: produzir aos poucos, sozinha e as vezes com os colegas, a orientação dos alunos. A professora diz que lê muito sozinha, mas na maioria das vezes pede auxílios para os colegas ouvintes, pois sozinha ela percebe que é mais difícil de organizar e entender as estruturas da norma ouvinte.

Antes de encarar o mundo da produção acadêmica, ela conta que ficou surda com nove meses de idade por causa de muito uso de antibióticos para baixar a febre. Teve sua infância feliz, em alguns momentos bons e outros ruins, pois faltava boa comunicação com a família. Era difícil encontrar uma boa escola e havia dificuldade na aprendizagem de português.

Frequentou muitas aulas de fonoaudiologia e brincava com outros surdos, onde inventavam os gestos, porque na época não era tão valorizada como hoje é a Libras.

Ela trocou muitas escolas porque seu pai era bancário e por isso se mudavam de cidades várias vezes. A última escola que ela frequentou por mais tempo, onde se formou no Ensino Médio, foi a Escola Especial Concordia em Porto Alegre. No Ensino Superior, aprendeu com o sistema *SignWriting* na PUC de Porto Alegre e trouxe esse sistema para a sua pesquisa para Doutorado.

Um pouco antes de 10 anos, conheceu a sua Língua de Sinais na Escola Helen Keller em Caxias do Sul, no RS. A cada dia aprende sinais novos, até no Curso de Letras Libras, onde coordena educação a distância da UFSC. E aprendeu muitos sinais internacionais, pois já participou em vários Congressos Mundiais de Surdos e outros eventos internacionais.

Já trabalhou como coordenadora da mesa da educação, em comitê de pesquisa, e na seleção de trabalhos apresentados com outros especialistas. E sempre reforça a necessidade de publicar os artigos para expandir o conhecimento dos surdos ao público em busca do seu entendimento com a comunidade surda.

A referida professora surda possui Pós-Doutorado pela Universidade Católica Portuguesa (UCP) de Lisboa, Portugal, concluído em 2014. Tem Doutorado em Informática na Educação pela UFRGS, curso concluído em 2005. Formou-se em duas graduações, sendo a primeira Superior de Tecnologia em Informática pela Universidade do Brasil (ULBRA) em 2000, e a segunda em Educação de Surdos pela UNISC em 2004.

Profissional curiosa e versátil, íntima das Letras, Emmanuelle Laborit percorre caminhos pelos quais requisita a companhia da escrita, da Libras, das letras, companheiros fiéis na sua constituição como professora de Libras e Intérprete de Língua de Sinais, percursos que a conduziram e consolidaram na sua atuação em comitês científicos de congressos e como pesquisadora atuante e profícua em sua área de atuação. É personalidade com identidade constituída e consolidada por sua competência, respeitada entre seus pares.

Atualmente é professora adjunta em uma universidade Federal do Estado de Santa Catarina onde atua também com o membro do grupo especializado em *Língua de Sinais da World Federation of the Deaf na Finlândia (WFD)*.

Trabalha como professora de Libras desde 2007 em instituições de ensino. No seu Currículo Lattes, consta ainda a função de orientadora da Linha de Pesquisa chamada *Língua Brasileira de Sinais* onde desenvolve pesquisas nos diferentes campos de linguística como objeto e a aplicação direta ou indireta na educação bilíngue e inclusão social. A pesquisadora está inserida em nove projetos de pesquisa relacionados a estudos sobre Língua de Sinais, Sinais

internacionais, *SignWriting*, linguísticas, tradução, glossário de termos jurídicos e dicionário. Desses, seis já estão concluídos e três estão em andamento.

Com relação a sua participação na Extensão, Emmanuelle Laborit apresenta inserção em seis Projetos de Extensão, três dos quais estão vigentes. Os projetos apresentados se relacionam com a área de Libras interligados com outras áreas, como, por exemplo: tradução, intérpretes, glossário, formação de profissionais, ensino de espanhol.

Como professora e autora surda, Emmanuelle desenvolveu as seguintes produções acadêmicas: quatorze artigos completos publicados em revistas; teve participação na organização de oito livros; escreveu trinta capítulos de livros; publicou dois textos em jornais. Com relação a sua participação em congressos, a professora publicou seis trabalhos completos, dezesseis resumos expandidos e sete resumos em anais de eventos

5 PROFESSOR SURDO NO ESPAÇO ACADÊMICO: ENTRE DUAS LINGUAS

Existe um olhar colonizador sobre nossos corpos, saberes, produções e, para além de refutar esse olhar, é preciso que partamos de outros pontos.

(Djamila Ribeiro, 2017)

Para analisar as narrativas sinalizadas dos cinco professores surdos entrevistados, organizei o capítulo analítico em cinco subcapítulos: no primeiro apresento a condição linguística na docência surda, marcada pela resistência entre duas línguas; o segundo aborda as implicações dos sinônimos e conceitos no tensionamento entre duas línguas; o terceiro apresenta sobre o acesso aos editais e normas e as implicações entre o tempo ouvinte e o tempo surdo; e o quarto apresenta a relação entre produções e publicações surdas.

5.1 A condição linguística na Docência Surda: Língua Portuguesa e Libras

As experiências desses grupos localizados socialmente de forma hierarquizada e não humanizada faz com que as produções intelectuais, saberes e vozes sejam tratadas de modo igualmente subalternizado, além das condições sociais os manterem num lugar silenciado estruturalmente.

(Djamila Ribeiro, 2017)

A fala de Djamila Ribeiro, apresentada acima, se refere ao grupo de mulheres negras como um grupo que socialmente tem sido subalternizado mediante discursos hegemônicos. Eu como mulher, surda e professora de Libras me encontro com essa fala, ao pensar nas professoras e professores surdos de Libras. No momento atual, mediante às políticas educacionais, professores surdos resistem em sua docência surda. Na aula de 1º de março de 1978, do curso Segurança, Território e População, Foucault (2008) explica que na contemporaneidade a resistência não é ser contra o que é autoridade, mas sim uma recusa aos valores apresentados pela sociedade, ou seja, lutar para ser conduzido de outras formas. Veiga-Neto e Lopes (2012, p. 62) também apresentam que: “A contraconduta é inventiva e ativa; funciona como uma alternativa que também não é da ordem da resistência, se essa for entendida como um contrapoder e que, por ser um contrapoder, inscreve-se nos mesmos vasos capilares do poder”. Nesse sentido, podemos compreender que a luta da comunidade surda resultou em outra forma

de docência, que aqui chamo de “docência surda”, bem como na visibilidade da sua língua que é visual, reconhecendo a Libras em 2002.

Assim, houve a entrada dos professores surdos nas áreas de Libras, por determinação da Lei de Libras. Ainda, conforme o artigo Art. 10, do Decreto 5.626, de 2005, “as instituições de educação superior devem incluir a Libras como objeto de ensino, pesquisa e extensão nos cursos de formação de professores para a educação básica, nos cursos de Fonoaudiologia e nos cursos de Tradução e Interpretação de Libras - Língua Portuguesa” (BRASIL, 2005).

Nesse sentido, as narrativas apresentadas pelos professores surdos, nesta pesquisa, apresentam-se como espaço de resistência que também apresenta-se movimentos de resistência. Estou entendendo essa resistência, onde os professores surdos usam a razão de sua luta surda para tentar “sair” do seu estado de obediência da sociedade ouvinte com relação a escrita da língua portuguesa, como referido no capítulo três da presente dissertação. Os sujeitos surdos vivem na implicação de uma sociedade ouvinte que tenta impor sua linguística.

Somos sujeitos do processo. Existe uma dinâmica, uma força conjunta entre os professores surdos. Força interna da cultura surda, os movimentos de embates que os professores surdos estão fazendo. Luta surda que constrói. Importante construir pelos espaços de negociação, romper com possíveis meta-narrativas cristalizadas da subalternidade e fazer valer nossos direitos às políticas diferenciadas necessárias entre professores surdos e ouvintes. (REIS, 2015, p. 214).

O concurso público apresenta-se como uma estratégia para a entrada dos professores surdos no Ensino Superior. Entretanto, como resistir a norma ouvinte no espaço de professores surdos com relação as exigências internas do sistema – na pesquisa, no ensino e na extensão – e como conviver com os colegas ouvintes de modo a sentir-se incluso no ambiente de trabalho.

O que mais me chamou atenção na tese da Flaviane Reis (2015), é o fato de a autora destacar a importância do professor de Língua de Sinais, para expandir o conhecimento sobre a comunidade surda na universidade. Para ela, foi um marco histórico, o ano de 1997, em função da entrada do primeiro professor surdo na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o qual foi efetivado mas ministrar a disciplina de Língua de Sinais Brasileira na Faculdade de Letras – departamento de Linguística e Filologia. A entrada desse professor ocorreu antes da Lei 10.436 de 2002, foi importante para dar visibilidade à Libras, pois ajudou a mostrar para a sociedade ouvinte que somos sujeitos culturais que se transformam em professores-modelos-surdos que atuam o seu processo de subjetivação.

O ingresso de professores surdos nas universidades tem resultado em outras formas de ser surdo, para Lopes e Thoma (2013) os discursos que podem de algum modo, no momento

da vida de um indivíduo, subjetiva-lo de formas diferentes, esses discursos podem produzir o que podemos denominar como *éthos surdo*. O que de acordo com as autoras, se denomina como uma forma de ser surdo na Contemporaneidade. Essa forma de ser surdo, pode ser pensada também com relação à forma de ser professor surdo nas instituições de Ensino Superior.

Professores surdos em Instituições de Ensino Superior estão tensionando a estrutura de um sistema linguístico maior, ou seja, estão mexendo na estrutura do “modelo científico através do qual a língua devém objeto de estudo não é senão um modelo político através do qual a língua é por sua vez homogeneizada, centralizada, padronizada, língua de poder, maior ou dominante” (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 48). Souza e Gallo (2010, p. 103) apresentam que contra o modo maior da linguística, os filósofos Deleuze e Guattari defendem a possibilidade de “um uso menor da língua, um uso de resistência e de revolução, que faça a língua falar de outra maneira. Fazer uma língua operar em modo menor, minorar o uso de uma língua estabelecida, é fazer um uso político da língua”. Logo, levar em consideração as minorações em usos coletivos que são feitos por determinados grupos sociais que fazem balbuciar a língua majoritária, abrindo outras possibilidades de funcionamento. Nessa esteira de pensamento, posso dizer que professores surdos em espaço acadêmicos inventaram outras formas de operar linguisticamente, ao marcarem espaços de uso da Libras e fazer outros usos da língua portuguesa. Colocar em cheque a sua gramaticalidade em sua forma de expressar ela escrita, pois: “A unidade de uma língua é, antes de tudo, política. Não existe língua-mãe, e sim tomada de poder por uma língua dominante, que ora avança sobre uma grande frente, ora se abate simultaneamente sobre centro diversos” (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 49).

Nas narrativas das professoras Marlee Matlin, Helen Keller e Emmanuelle Laborit podemos perceber o lugar de tensão em que está localizado esse grupo (professores surdos), e os problemas que os mesmos têm enfrentado nas instituições em que atuam como docentes.

Eu ensino quatro disciplinas de Libras e também sou orientadora para os alunos ouvintes/surdos e ainda exigem as publicações como autoria e coautoria. Na ementa da disciplina no Curso Letras-Libras obriga os alunos a publicar um artigo junto com a professora surda. (Marlee Matlin, 27 de junho de 2019).

Pela minha experiência, mais ou menos 15 professores surdos concursados trabalham como professores de Libras e no Curso de Letras-Libras: Um professor é oralizado e é fluente em Língua Portuguesa, tem maturidade, mas pouco em Libras, porém a sociedade ouvinte o admira por ter habilidades melhores. Enfim, na prática ele não é bom quando comparado a outros professores surdos que têm práticas boas, mas não são fluentes em Língua Portuguesa, mas que trabalham, criam projetos, organizam coisas. Infelizmente a sociedade ouvinte não os reconhece. Por causa dos contatos de e-mails, facilidade de comunicação, isso é problema da relação do poder. (Helen Keller, 7 de junho de 2019)

Porém, eu confirmo que alguns professores surdos se conformam em não publicar os seus trabalhos, somente o ensino de Libras, pois as falhas podem ter vindo as bancas examinadoras para avaliar os candidatos. (Emmanuelle Laborit, 11 de junho de 2019).

Nas narrativas das referidas professoras, podemos perceber a relação de poder estabelecidas a partir da Libras e da Língua Portuguesa e a relação de dominação posta pela língua portuguesa escrita como língua maior, como expressa a fala da professora Helen Keller. A valorização profissional do professor se dá pela sua fluência em língua portuguesa e não no conhecimento da sua língua materna. Logo é possível perceber a valorização profissional do professor surdo oralizado por parte da comunidade ouvinte. Emmanuelle Laborit também sinaliza a conformação dos professores surdos em não publicar artigos e trabalhos, pois aquilo que ela chama de “banca avaliadora” geralmente é constituída, majoritariamente, por ouvintes. Logo, se dedica mais ao ensino, por esse estar vinculado a sua língua materna. As três professoras surdas enfatizam a importância dos professores surdos atuarem também nas pesquisas e na extensão, pois para terem melhor remuneração e avançarem nos planos de

carreira se faz necessário atuação também na pesquisa e extensão. Além disso, tais questões são importantes para poderem conquistar o espaço político e assim terem a mesma atuação científica que os professores ouvintes. Logo, as publicações dos surdos podem também ser uma marca política de luta para que a sociedade ouvinte conheça esse grupo minoritário.

Além disso, proponho discussões acerca da constituição dos professores surdos como instituição da resistência, da captura dos professores surdos para o processo de resistência por meio das relações de poder, e das narrativas capturadas pelos professores surdos sobre a política, intelectualidade, espaço de negociação, resistência, suas provações de uma cultura surda na incursão investigativa no território da Educação Superior. (REIS, 2015, p. 150)

Com relação a valorização das habilidades linguísticas dos professores surdos e as relações entre língua maior e menor, para a professora Helen Keller:

A sociedade vê o sujeito surdo oralizado e acha melhor, pois não reconhece, assim, a Língua de Sinais. Alguns professores surdos só trabalham com o Ensino de Libras e não com os outros trabalhos como extensão e projetos. Só querem conforto ou desistiram por causa da Língua Portuguesa como norma da sociedade ouvinte. (Helen Keller, 7 de junho de 2019).

Logo, nas falas observo que a sociedade ouvinte tem valorizado professores surdos fluentes em Língua Portuguesa (escrita e oralizada), mas não atribui valor à fluência e ao conhecimento desses professores em Língua de Sinais. Entretanto a mesma também faz uma crítica aos professores surdos que desistem da pesquisa e da extensão e permanecem apenas no ensino. Segundo Reis (2015), há um contraponto entre a sociedade ouvinte e comunidade surda. A sociedade ouvinte exige e valoriza a língua portuguesa dos professores surdos, enquanto a comunidade surda enaltece o conhecimento desse professor em sua primeira língua. Para a referida autora, a Língua de Sinais Brasileira “deve ser profunda, significativa, política, e deve ter uma base teórica de pós-estruturalismo, construindo o ser professor surdo mesmo usando a Língua de Sinais Brasileira, bem delineados e claros” (REIS, 2015, p. 103).

Trata-se da valorização da língua de sinais dos professores surdos que lecionam essa disciplina, e também como produz essa Língua ao trabalhar nos projetos de extensão e nos

artigos e trabalhos publicados em eventos. Os professores surdos quando escrevem de acordo com as normas ouvintes, precisam abdicar do direito de atribuir valor cultural da Língua. Assim, é possível perceber o processo de subjetivação do professor surdo, com relação a norma ouvinte que implica modos de ser, ou seja, um *ethos* surdo. Ao abrir mão do seu direito de se expressar na sua primeira língua, o professor surdo apresenta obediência a uma norma majoritária e assim se submete a mesma.

O papel essencial da teoria de direito, desde a Idade Média, é o de fixar a legitimidade do poder: o problema maior, central, em torno do qual se organiza toda a teoria do direito é o problema da soberania. Dizer que o problema de soberania é o problema central do direito nas sociedades ocidentais significa que o discurso e a técnica do direito tiveram essencialmente como função dissolver, no interior do poder, o fato da dominação, que se queria reduzir ou mascarar, duas coisas: de um lado, os direitos legítimos da soberania, do outro, a obrigação legal da obediência. (FOUCAULT, 1999, p. 31).

Com base na abordagem do autor Foucault, o qual problematiza as relações de poder, passo a compreender a implicação dos professores surdos no espaço acadêmico. Para que os mesmos possam ser bem avaliados e assim participarem das pesquisas. Os mesmos desejam produzir pesquisa, mas para isso precisam se submeter a norma ouvinte, ou seja, precisam produzir na maioria das vezes na sua segunda língua e assim renunciam aos direitos linguísticos como o uso da primeira língua. A lei de Libras possibilitou ao espaço acadêmico conhecer a Língua de Sinais e a cultura surda. No entanto, a língua de sinais ainda conquistou o status como língua, como é possível destacar na narrativa da professora Helen Keller. A exigência que o surdo tenha as mesmas habilidades que os ouvintes com a estrutura da língua portuguesa ainda permeia nesses espaços, pois seu domínio em sua primeira língua ainda não é valorizado no sentido profissional. Logo, se faz necessária a resistência surda mediante as normas ouvintes, ou seja, sua luta pela sua diferença linguística. O *ethos* do professor surdo na Contemporaneidade perpassa pela luta com relação ao reconhecimento da sua diferença linguística e cultural modernidade. Foucault (2013, p. 342) apresenta que:

[...] ser moderno não é reconhecer e aceitar esse movimento perpetuo; é ao contrário, assumir uma determinada atitude em relação a esse movimento; e essa atitude voluntaria, difícil, consiste em recuperar alguma coisa de eterno que não está além do instante presente, nem por trás dele, mas nele.

Ao encontro de Foucault, Reis (2015, p. 118) apresenta que “a cultura surda pode ser estruturada nos professores surdos na Educação Superior, como a forma de ser professor surdo nas salas de aulas e eventos como congressos, seminários, encontros e reuniões usando a Língua

de Sinais Brasileira”. A referida autora defende a importância dos professores surdos em encontrar um jeito de ensinar no Ensino Superior. Bem como, a importância das lutas políticas para essa negociação da cultura surda no sistema educacional.

A condução das condutas dos professores surdos pela sociedade ouvinte tem obedecido as regras estruturais da língua portuguesa, essa imposição ao professor surdo pode ser percebida como um investimento político e econômico no corpo surdo. A sua utilização econômica “é, numa boa proporção, como força de produção que o corpo é investido por relações de poder de dominação; mas em compensação sua constituição como força de trabalho só é preciso se ele está preso num sistema de sujeição” (FOUCAULT, 2009, p. 29). Logo, um sujeito surdo produtivo no âmbito do sistema educacional, em Universidades (Públicas, Privadas, e Comunitárias), é aquele que consegue submeter-se a norma ouvinte no que remete a estrutura escrita da língua portuguesa e sua capacidade de compreendê-la. Tal exigência possibilita que o professor surdo faça parte do jogo político e econômico, bem como possa manter-se em seu cargo, logo ao cumprir o que é exigido o mesmo se sente incluído como profissional.

Após suas resistências, suas vitórias, suas conquistas a constituir o seu espaço de ensino da disciplina de Língua Brasileira de Sinais no Ensino Superior, docência surda ainda se mantém atrelada a um estado de minoridade. A sua liberação desse estado do sujeito surdo, depende da sua vontade de mostrar à sociedade ouvinte a sua diferença linguística e cultural, ou seja, defender espaços de legitimação da sua escrita acadêmica não linear¹⁸. “Isso quer dizer precisamente que é necessário recusar tudo o que poderia se apresentar sob a forma de uma alternativa simplista e autoritária [...]” (FOUCAULT, 2013, p. 345).

A diferença entre sujeito e sujeição, apesar do sujeito que resiste as regras impostas pela sociedade ouvinte e a sujeição aceita as regras por ser constituído. O sujeito surdo aceita as leituras da língua portuguesa como norma então por que os leitores ouvintes não as aceitam a estrutura escrita da língua portuguesa dos surdos? O surdo tem o direito de se expressar em Libras como sua primeira língua, entretanto suas pesquisas devem ter a estrutura escrita de um português ouvintes. No entanto, os surdos têm também utilizado outros meios de comunicação, como as redes sociais, em que expressão o seu português escrito não linear, pois essas redes não apresentam normas ou exigências da escrita. É nesse espaço que surdos também estão lutando e defendendo seu lugar na sociedade.

¹⁸ A linguagem falada, oral, é linear, tanto quanto a escrita. As línguas de sinais apresentam uma estrutura não linear. Por isso entendo que a pessoa surda, ao expressar seu pensamento na forma escrita, muitas vezes, segue uma outra ordem e ignora termos não utilizados na sua primeira língua, como por exemplo: Artigo, preposição, conjunção, conjugação de verbos, entre outras regras que não fazem parte da gramaticalidade da língua sinalizada.

Como é possível perceber na minha narrativa: *E a Libras também não pode ser enganada dos sinais – Texto escrito por mim em uma rede social em novembro de 2019*). Construção ouvinte da mesma narrativa: *E na Libras as pessoas precisam utilizar os sinais referentes a cada palavra sinalizada, não podem se enganar – Tradução de Daiane Kipper para escrita ouvinte*.

As duas frases acima escritas apresentam a mesma ideia, entretanto a duas construções culturais diferentes que modificam a estrutura escrita. Na frase *a Libras também não pode ser enganada*, ser enganada não se refere diretamente a Libras, mas sim a forma de uso da mesma, dos seus sinais, pois há sinais específicos para cada palavra e ao trocá-los pode ocorrer engano na comunicação. Na frase surda, se utiliza *E a Libras*, já na frase ouvinte se utilizou a expressão *E na Libras*. Essas escolhas não são ao acaso, mas sim produto de uma construção linguística e ao mesmo tempo cultural.

Pode-se supor que haja parâmetros comuns entre a LIBRAS e o português, mas, sem dúvida, há parâmetros diferentes, caso contrário seriam a mesma língua. Então, como é possível duas línguas, como alguns parâmetros diferentes acionados internamente serem acessados ao mesmo tempo? A resposta a essa questão é óbvia: não é possível (QUADROS, 1997, p. 26).

As diferenças linguísticas têm uma implicação direta da vida dos surdos, em especial com os professores surdos em Instituições de Ensino Superior que tem uma demanda por publicações de artigos e na escrita de projetos de extensão. Professores surdos conquistaram o direito de atuar preferencialmente na disciplina de Libras no Ensino Superior, entretanto tal papel não está só atrelado ao ensino, mas a escrita também.

Também é possível pensar que a sociedade ouvinte ao entender que o português escrito do ouvinte é ‘melhor’, logo, o modo de vida ouvinte também é melhor, portanto surdos devem parecer ouvintes?

Com relação a essa questão Wichts (2018) argumenta que a Lei de Libras de 2002 reconhece a Libras como língua, mas não a oficializa, o que dentro dos termos jurídicos é diferente. Pois se a Libras fosse língua oficial, isso implicaria em outras demandas como a tradução de todos os textos oficiais para Libras, como também a substituição da língua portuguesa pela Libras. Logo, como a própria Lei apresenta: Parágrafo único. “Libras não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa” (BRASIL, 2002). Esse caráter da lei, de acordo com Wichts (2018, p. 118) “evidencia o valor atribuído à língua de sinais no País e se evidencia também sua manutenção como uma língua que ocupa um lugar inferior ao da língua vernácula, ao da língua oficial do País”. Assim o referido autor defende que o

governo linguístico contribuí para a constituição de modo de ser surdo. Nos documentos do INES, da década de 80 já era apresentado a valorização da língua portuguesa, como é apresentado na tese de Wichits (2018, p. 140), “esses elementos *psi*¹⁹ permanecem orientando as práticas de governo linguístico em educação de surdos, e é acrescentada a possibilidade individual como uma condição às capacidades de uso de resíduos auditivos na melhoria da performance linguística”.

Como podemos perceber nas narrativas das professoras Marlee Matlin e Emmanuelle Laborit, em suas experiências com suas escritas surdas:

Eu tentei os Qualis²⁰ A1, B1, mas não consegui por causa do conhecimento da educação dos surdos, mais focado na língua, cultura, surdez, surdo, infelizmente percebi que o Comitê Científico (A1, B1) não os valorizam. Porém eu entreguei o artigo para a professora (colega) ouvinte que é muito qualificada e muitas publicações aprovadas nas A1 e B1 para ela avaliar no meu artigo e disse que está tudo ótimo e não tem nenhum problema, mas para os outros é muito difícil. (Marlee Matlin, 27 de junho de 2019).

Nos artigos, eu mando para outra pessoa corrigir e colocar nos comentários ao lado do texto e isso torna mais importante e aprendo melhor. Sem comentários ou opiniões, eu não conseguiria me sentir bem só com as correções diretas. Eu prefiro entender o que relaciona o porquê, o conceito, a explicação de compreender. Já que na escola onde eu estudava, tinha muitas falhas para aprender e não tinha conhecimento. Por exemplo: uma frase e a pessoa

¹⁹ Referente ao desenvolvimento psíquico do surdo.

²⁰ QUALIS é o conjunto de procedimentos utilizados pela Capes para estratificação da qualidade da produção intelectual dos programas de pós-graduação. O Qualis Periódicos está dividido em oito estratos, em ordem decrescente de valor: A1, A2, B1, B2, B3, B4, B5 e C.

coloca as três opiniões e eu escolho uma para substituir essa frase que relaciona bem com as estruturas. (Emmanuelle Laborit, 11 de junho de 2019)

Marlee Matlin apresenta suas tentativas para aprovação em um comitê científico, entretanto esbarra nas questões, como norma da escrita ouvinte e no conhecimento do Comitê com relação a Estudos Surdos. Foucault apresenta que “todo sistema legal se relaciona com um sistema de normas” (FOUCAULT, 2008, p. 74). Também podemos dizer, nesse contexto, que há um sistema ouvinte que impera nas normas escritas das revistas e comitês científicos.

A normalização disciplinar consiste em primeiro colocar um modelo, um modelo ótimo que é construído em função de certo resultado, e a operação de normalização disciplinar consiste em procurar tomar as pessoas, os gestos, os atos, conformes a esse modelo, sendo normal precisamente quem é capaz de se conformar a essa norma e o anormal quem não é capaz. Em outros termos, o que é fundamental e primeiro na normalização disciplinar não é o normal e o anormal, é a norma. Dito de outro modo, há um caráter primitivamente prescritivo da norma, e é em relação a essa norma estabelecida que a determinação e a identificação do normal e do anormal se tornam possíveis (FOUCAULT, 2008, p. 75).

Na escrita acadêmica, predomina a norma produzida pela maioria ouvinte que consiste em uma escrita linear, conforme a língua oral, específica do modo de pensar na cultura dos ouvintes. Na cultura surda, a construção da escrita tem como base a língua visual. Também é preciso considerar que a norma ouvinte, na maioria das vezes exige que a produção seja expressa na língua portuguesa escrita, que é a primeira língua dos ouvintes aqui no Brasil. Nessa relação, a autora surda afirma que:

[...] é possível deduzir que a cultura visual usada pelo ouvinte lhe é de importância máxima para o acesso ao conhecimento, embora muito pouco reconhecida e apreciada. Já a cultura dos surdos é constituída com signos visuais específicos. Eu me recuso a dar uma descrição da cultura surda em sua essência, como pura ou unificada. Falo de uma cultura surda composta de signos culturais contemporâneos surdos e em crescente reinscrição. (REIS, 2015. p. 136)

Dialogando com a Emmanuelle, ela me confirmou que a última publicação de livro por professores surdos foi em 2012, o qual foi organizado por duas professoras surdas e apresenta vinte textos escritos por sujeitos surdos. Isso pode estar acontecendo, devido aos surdos se sentirem privados de não poderem produzir sua escrita não linear por implicações da norma

ouvinte. Por que o que é publicado pelos surdos precisam se adaptar a norma ouvinte? A publicação do surdo não poderia ser em sua forma de pensar visual e não linear?

E assim, também converso com Foucault (2009, p. 29), que afirma:

Essa sujeição não é obtida só pelos instrumentos da violência ou da ideologia; pode muito bem ser direta, física, usar a força contra a força, agir sobre elementos materiais sem no entanto ser violenta; pode ser calculada, organizada, tecnicamente pensada, pode ser sutil, não fazer o uso de armas nem do terror, e no entanto continuar a ser de ordem física.

Essa sujeição pode ser percebida na publicação das escritas surdas, como no livro *Um olhar sobre nós surdos: leituras contemporâneas*, publicado em 2012, o qual apresenta em sua contracapa que os artigos foram escritos por surdos e outros com a presença de não surdos para trazer a diferença cultural surda. No prefácio do livro é dito que os surdos profissionais que escreveram os capítulos que compõem o referido livro “sofrem as pressões no dia a dia com o desrespeito de seus direitos linguísticos e de cidadãos de nosso país pelo simples fato de serem donos de uma capacidade linguístico-comunicativa diferenciada e usarem uma língua criada por esta” (LADD; GONÇALVES, 2012, p. 16).

Eu e mais os outros autores surdos nos juntamos para publicar deste primeiro e último livro especificado nos autores surdos. Aliás, eu e a Perlin (Gládis Perlin) organizamos o primeiro livro: “Um novo olhar sobre nós surdos” (2012), dentro são vinte autores surdos neste livro. Após deste último livro, não tem mais livro somente os autores surdos para publicar. Tem alguns erros de português, mas os autores surdos resistem que deixam como é a escrita dos surdos como a segunda língua – Língua Portuguesa – e tiveram suas críticas, mas deixaram assim por sua própria estrutura diferenciada. Livraram da condução linguística da norma ouvinte. (Emmanuelle Laborit, 11 de junho de 2019).

A narrativa da professora surda Emmanuelle apresenta a resistência diante das normas da escrita ouvinte, pois ela destaca a recusa dos surdos em modificar a sua forma escrita. A resistência desses surdos também se apresenta como uma forma de informar os outros sobre a

sua própria forma linguística na escrita não linear. Para Quadros (1997) o ensino de leitura e de escrita para surdos deve levar em consideração o tipo de língua que eles estão em contato. “Para as pessoas que ouvem, “falar e ouvir” são variantes de uma mesma estrutura linguística. A leitura apresenta, em pelo menos algum nível, uma relação com o som das palavras” (QUADROS, 1997, p. 98). Nesse sentido, para a referida autora, não há associação entre sinais gráficos e sons a língua escrita é percebida somente pelo canal visual dos surdos. Logo, a língua escrita é uma linguagem silenciosa.

A escrita dos surdos é permeada também por uma marca cultural, logo se faz importante a sua publicação para que a comunidade científica tome conhecimento dessa diferença. Para que tenham a compreensão sobre as pesquisas científicas feitas pelos professores surdos que falam a sua própria língua como na escrita não linear, sua cultura surda, sua subjetividade surda que levam para o discurso científico entre os grupos de pesquisa, um marcador cultural.

Poucos eventos aceitam em Libras, principalmente a UFSC aceita Libras, por sua própria linguística. Aceita os resumos de Libras e outros ainda não. A UFSC é organizadora de evento com o apoio de várias universidades do Brasil e da América Latina: “Congresso Nacional de Pesquisas em Linguística e Línguas de Sinais; Congresso Nacional de Pesquisas em Tradução e Interpretação de Libras e Língua Portuguesa e o Encuentro de Sordos e Interpretes de Lengua de Señas da América Latin” que acontecem em outubro ou novembro em cada 2 anos, pois essa instituição aceita a primeira língua como respeito nos artigos enviados, também os palestrantes só usam Libras e os outros trabalhados com a Libras e não precisa Português como a norma ouvinte por isso neste evento ainda é pouco a ser visibilidade. O Comitê Científico do Congresso Mundial de Linguística em Maceió não aceitou a minha publicação por causa de uma língua (Libras) que não é conhecida para a comitê. Eu desenvolvi o meu trabalho como escrita de Libras. Então é um preconceito linguístico, parece que não é importante essa Língua. Quando eu comecei Doutorado (UFSC), que

me obriga a publicar um artigo Qualis A, pois se não o publica, eu não poderia qualificar. (Charlotte Elizabeth Tonna, 11 de junho de 2019)

Eu lembrei que o Registro de Libras da UFSC que é importante para os acadêmicos surdos a produzir Libras, mas não só a Língua e sim o conhecimento, mais leituras para conhecer, mais seguir as regras da ABNT de Libras. Achei um pouco estranho que a maioria dos professores e acadêmicos surdos do Brasil reclamam como é difícil de criar e produzir o artigo mas vendo que a UFSC tem a oferecer que é uma oportunidade para os autores surdos a publicar, mas alguns reclamam que precisa seguir as regras como usar as roupas, as éticas, usar os equipamentos de vídeos, e preferem acompanhar a interprete de Libras para produzir a 2º língua Portuguesa, pois tem como vantagem e desvantagem. (Helen Keller, 7 de junho de 2019)

Para minha análise, entendo que a narrativa dessas duas professoras surdas, apresentam também a resistência as normas que a própria Libras impõem. Perlin e Reis (2012) defendem que enquanto pesquisadoras surdas também se sentem militantes surdas e nessa posição sentem também resistência. “A resistência para nós é uma consequência do totêmico que nos organiza no ser sujeitos surdos. É difícil deixar de ser o que somos. É difícil deixar de sermos surdos. Portanto é uma resistência natural e não artificial” (PERLIN; REIS, 2012, p. 31). Nesse aspecto, as pesquisadoras surdas apresentam que lidam com a temporalidade presente e sentem as idas e vindas nas emaranhadas tramas de poderes do contemporâneo de forma frenética.

Sempre quando produzia os artigos e antes de publica-los, mandava alguém corrigir a Língua Portuguesa para ter norma ouvinte e as vezes pedia a mamãe (professora) me ajudou, que pode ser interprete, ou colegas ou até a mamãe. E com tempo, prefiro indicar uma pessoa que eu confio mais pois conhecia bem a correção de Língua

Portuguesa e com a teoria do meu trabalho. (Emmanuelle Laborit, 11 de junho de 2019)

*Na UFSC tem revista Registro de Libras, mas são muitas poucos produções de artigos, e ainda é um processo fracasso, pois não tem níveis como A1, A2, A3 que se encontram muito difícil **por causa da norma ouvinte que ainda é uma grande resistência**. Sou orientadora de 14 alunos do Curso Letras/Libras. (Emmanuelle Laborit, 11 de junho de 2019)*

*Nesta universidade, tem projetos, extensão, glossário de sinais para ajudar os alunos, então o problema na escrita L2. A sorte que eu conheço a LP como básico. Na produção acadêmica, eu gosto muito de escrever, prefiro escrever do que a produzir a Libras, porém compreendo que alguns professores surdos preferem Libras para produzir, claro, para mim **ainda sofro das implicações da LP como norma ouvinte**. (Marlee Matlin, 27 de junho de 2019).*

A narrativa de Emmanuelle demonstra que há um número pequeno de artigos em Libras na *Revista Brasileira de Registro em Libras*. No site da revista consta que ela foi criada para ser um meio de oficializar o registro de Língua de Sinais e também de estimular publicações de artigos científicos da área de Estudos Surdos divulgados na internet. A referida professora surda também fala da quantidade de exigências que a Revista apresenta para a publicação, pois mesmo sendo uma possibilidade de publicação na primeira língua do sujeito surdo, a revista apresenta uma vasta lista²¹ de exigências, a qual a comunidade surda não está acostumada na sua sinalização que, na maioria das vezes, se dá nos espaços não formais.

²¹ Normas de Publicação da Revista Brasileira de Vídeo Registros em Libras: A) Apresentação; B) Sobre o Artigo; C) Estrutura do Artigo; D) Fundo e Iluminação; E) Resumo; F) Imagem de Sinalizante; G) Vestuário; H) Posição e Filmagem; I) Título Autor e Tradutor; J) Sinais Principais; K) Abstract; L) Introdução; M) Desenvolvimento; N) Conclusão; O) Rodapé; P) Tabelas e Imagens; Q) Referências; R) Duração do Vídeo Artigo; S) Soletização; T) Sobre a Citação; U) Citação Direta; V) Citação Indireta; W) Citação Traduzida; X) Citação de Citação; Y) Forma da Citação. Todas essas normas são explicadas em Libras no site da referida revista.

As relações de poder do sistema do Ensino Superior e do Comitê Científico das Universidades, podem trazer implicações aos processos de subjetivação dos surdos, uma questão de dificuldade entre os candidatos surdos e os professores surdos, que podem perder o espaço dos surdos no Ensino Superior, algo que vem com uma falha do sistema educacional fortemente ancorado na língua portuguesa. Como as narrativas identificadas que as implicações linguísticas onde a língua portuguesa escrita ainda impera como primeira língua, por isso a implicação desta relação a pesquisa onde os professores surdos têm poucas conquistas devido ao problema escrita como L2. Professores surdos, são tidos como uma tensão em espaços acadêmicos no que remete ao português escrito. “As forças linguísticas identificam como política de identificação da diferença como se dá pela maioria da comunidade surda, por isso os professores surdos são vistos como tensões no ambiente linguístico entre os pares” (REIS, 2015, p. 130).

Resistir às normas ou se sujeitar as mesmas, torna-se muitas vezes espaço de militância para os professores surdos. Foucault (2013, p. 338), com base em Kant, destaca que o próprio homem é responsável por seu estado de minoridade. “É preciso conceber então que ele não poderá sair dele a não ser por uma mudança que ele próprio operará em si mesmo”. A resistência está o aumento das pressões dos professores surdos, mas ainda é uma condição de cada um tensionar a norma ouvinte para o seu espaço acadêmico, e na sociedade ouvinte como leitores para as publicações que são obrigatoriamente para a sua produção como subjetividade surda.

5.2 Sinônimos e conceitos: tensionamento entre duas línguas

Os saberes produzidos pelos indivíduos de grupos historicamente discriminados, para além de serem contra discursos importantes, são lugares de potência e configuração do mundo por outros olhares e geografias.

(Djamila Ribeiro, 2017)

A fala de Ribeiro me ajuda a pensar que no tensionamento o surdo se dá ao ter que se expressar da mesma forma que os ouvintes ao defenderem suas ideias e posicionamentos na escrita acadêmica. A privação dos surdos com relação a tradução das diferentes palavras (conceitos), pois os sinais para muitas palavras na língua portuguesa se repetem não havendo sinais sinônimos. Como por exemplo, na minha experiência de estudos no Mestrado com a palavra (conceito) POLÍCIA – no texto escrito por Foucault no livro *Segurança, território e População*:

O primeiro gesto da disciplina de fato, circunscrever um espaço no qual seu poder e os mecanismos do seu poder funcionarão plenamente e sem limites. E, justamente, se retomarmos o exemplo da **polícia** disciplinar dos cereais, tal como ela existia até meados do século XVIII, tal como vocês vão encontrá-la exposta em centenas de páginas do Tratado de polícia de Delamare, a **polícia** disciplinar dos cereais é efetivamente centrípeta (FOUCAULT, 2008, p. 59, grifos meus)²².

Durante as aulas, lemos diversos textos do referido livro, e percebi que a palavra polícia se repetia diversas vezes, tanto no escrito quanto nas discussões em sala de aula. Na tradução da intérprete a palavra estava sendo traduzida com o sinal polícia, como podemos ver na imagem abaixo:

Figura 1 – Polícia



Fonte: registros fotográficos da autora (2019).

O sinal apresentado na imagem acima se refere ao “profissional que, trabalhando na polícia, zela pela manutenção da ordem, pela segurança dos cidadãos”²³. Ao ver tal sinal sendo realizado com a configuração de mão da imagem abaixo, minha percepção era levada a pensar que a palavra polícia como o profissional que trabalha nos órgãos públicos de segurança.

²² A citação foi utilizada no texto apenas para ilustrar o conceito da palavra ‘polícia, pois não uma utilização conceitual da mesma para as análises.

²³ www.dicio.com.br

Figura 2 – Configuração de mão



Fonte: <https://www.facebook.com/tatilibras/photos/pcb.304192100092568/304191476759297/?type=3&theater>

No entanto, uma colega que conhecia Libras percebeu que o equívoco da tradução e explicou em Libras com o auxílio da professora da disciplina o significado desse conceito que não era referente a configuração utilizada pela intérprete. Com a explicação realizada em aula, convenciamos o sinal de cuidado (supervisão) para a palavra polícia, pois o sentido da mesma pensada pelo autor se refere ao controle e cuidado da população.

Figura 3 - Cuidar



Fonte: registros fotográficos da autora (2019).

Outro fator que gostaria de salientar, é que como surda, sempre peço aos intérpretes e pessoas ouvintes com quem converso que utilizem junto a oralização. Como surda, fui oralizada na minha escolarização e me acostumei com a leitura labial. No contexto, na escola a Libras foi inserida tardiamente, aos 14 anos de idade, apenas sinais básicos do cotidiano. Então

atualmente, gosto de ver a leitura labial das pessoas, para compreender também na língua portuguesa os sinais que estão sendo traduzidos, tendo em vista que muitos sinais são repetidos para palavras e conceitos diferentes. Por isso, meu jeito de sinalizar se parece com um português sinalizado²⁴.

Na linguística, “as verdadeiras línguas de sinais são, de fato, completas em si mesmas: sua sintaxe, gramática e semântica são completas, possuindo, porém, um caráter diferente do de qualquer língua falada ou escrita” (SACKS, 2010, p. 37). Com relação aos professores surdos é preciso pensar que “não é possível transliterar uma língua falada para língua de sinais palavra por palavra ou frase por frase – suas estruturas essencialmente diferentes” (SACKS, 2010, p. 37). O fato da lei solicitar que o surdo tenha conhecimento da língua portuguesa escrita, induz a sociedade ouvinte a pensar que a nossa estrutura escrita é igual de uma pessoa ouvinte. A lei reconhece a Libras como segunda língua oficial do país, entretanto as barreiras ainda seguem em muitas situações, logo questiono: Por que a sociedade ouvinte não nos enxerga como uma segunda língua reconhecida no Brasil? Para pensar nessa questão, Djamila Ribeiro me ajuda a raciocinar: “A linguagem, a depender da forma como é utilizada, pode ser uma barreira ao entendimento e criar mais espaços de poder em vez de compartilhamento, além de ser um – entre tantos outros – impeditivo para uma educação transgressora” (RIBEIRO, 2017).

Os impeditivos na educação superior dos surdos, bem como na formação continuada se acentuam nas questões linguísticas, como podemos perceber na narrativa da professora Helen Keller.

O único problema é a banca (tese, mestrado e entre outros), os avaliadores perguntam para acadêmico surdo o que significa esse conceito, pois o professor surdo não consegue dar o resultado, sabendo quem fez a produção é a Interprete, por causa dos sinônimos que trocam. Por exemplo: política e politicamente que fazem a diferença de conceituar, mas essas duas palavras vem de um sinal. Como o professor surdo vai responder? Vai responder é a Interprete de Libras, isso é condução linguística, pois não

²⁴ Para compreender que pela minha metade de vivência entre duas línguas, “Vamos dizer que você ao ver uma frase em português você saiba o sinal em Libras correspondente a cada palavra daquela frase, e então você de forma genial traduz a frase pra Libras simplesmente sinalizando sinal por sinal, na mesma estrutura daquela frase em português. Isso é o português sinalizado”. (<http://danleyoliveira.com.br/post-portuguessinalizado>)

percebe a diferença do conceito. Isso mostra um pouco de risco porque a banca pode pensar que a própria escrita é a Interprete. Por isso é importante que o professor surdo e a interprete devem compartilhar juntos em pessoalmente em trocas de ideias. (Helen Keller, 7 de junho de 2019)

Me encontrei com a narrativa da professora, pois suas dificuldades com os conceitos e suas traduções implicam tanto no entendimento do que é estudado quanto na escrita. Além das questões relacionada aos conceitos e seus sinônimos, também tem outras questões linguísticas, como podemos compreender com os estudos de Salles (2007), o qual afirma que o primeiro contato do ouvinte com um texto surdo é desconcertante. Na maioria dos casos, os ouvintes desconhecem o fato de que para o escritor surdo a língua portuguesa não é sua língua materna. A referida autora chama atenção que a percepção “sensorial do surdo é essencialmente visual, tendo ele, portanto, acesso restrito, ou nenhum acesso, a modalidade de oral do português, o ouvinte ainda se surpreende com o fato de que o surdo escolarizado demonstre domínio tão restrito a língua portuguesa” (SALLES, 2007, p. 118). O português do surdo, não segue a mesma estrutura do ouvinte, logo a escrita de trabalhos acadêmicos fica atrelada a uma formatação ouvinte da escrita surda, como podemos perceber na narrativa da professora Charlotte Elizabeth Tonna:

Eu pago uma pessoa ouvinte para revisar, pois quero me sentir segura e não ter falhas na hora de publicar por sociedade ouvinte. Na minha Tese, também devo pagar para assessorar a Língua Portuguesa para ter norma ouvinte, pois eu assumo que não quero palavras simples, e sim as palavras sofisticadas, aliás gosto de estudar Português para entender os sinônimos e pesquiso no site como dicionário para achar uma palavra parecida para sofisticar pois não quero repetição. Na escrita sem acompanhar a intérprete, eu prefiro imaginar e escrever sozinha o que eu estou falando o meu discurso e no final, eu mando esse trabalho para a intérprete ajustar, sabendo ao lado que tem Português bom. (Charlotte Elizabeth Tonna, 11 de junho de 2019).

A experiência das narrativas da professora Emmanuelle em seu processo de escrita de duas línguas como tensiomanento nos artigos acadêmicos, para o entendimento dos sinônimos em relação a existência de um único sinal para diferentes palavras consideradas sinônimos. Para a referida professora, a compreensão duas línguas adquiridas (Libras e Língua Portuguesa) são expressadas de forma diferentes:

A minha experiência nos artigos ≤≤ Língua Portuguesa: as palavras que os acadêmicos usam as mesmas e produzem as escritas com tempo de escrever pode escolher os sinônimos que podem facilitar as relações das teorias e os contextos e na hora de apresentar, tudo torna mais fácil.

Minha experiência nos artigos ≤≤ a Libras: eu tenho facilidade de produzir essa língua no artigo, o conceito para explicar, só que não gosto de repetir os mesmos sinais. Claro, não é tão fácil, mas tem processo de agir. Só que o desafio de sinais precisam ser criadas por causa das palavras diferentes, quer dizer, empréstimo linguística, pois como organiza o tempo para entender as palavras que não tem sinais, precisa explicar. E os sinônimos de Libras não tem muito diferenciada, só um sinal, a mesma estrutura que a deixa inferior. Porém não pode criar os sinais e nem inventar e conceituar os sinais para ter clareza e entendimento. Enfim, na hora de apresentar, é complicado para poder pensar bem os sinais diferentes (Emmanuelle Laborit, 11 de junho de 2019).

Até hoje, eu sempre chamo um interprete de Libras para corrigir e adicionar os conceitos mais sofisticados. Eu explicava em Libras o resumo, e a interprete amplia mais Com tempo que não consigo resolver, eu faço o vídeo em Libras e mando para a interprete para traduzir Língua Portuguesa. Alguns dias depois, eu leio o trabalho desenvolvendo, senti que não está relacionando com que

disse neste vídeo achava que era muito pouco e sem sentido destas palavras. Claro, entendi a leitura e o contexto o que estavam escrito, mas faltou mais e mais conceito bonito. Ai desisti esse Interprete de Libras e procurei outro, porem são parecidos. Então acho melhor é ter pessoalmente, trabalhar juntos, pois produz mais e desenvolvem rápido e também em troca de ideias, compreensão, dúvidas e detalhes (Eduard Huet, 28 de maio de 2019).

Eduard Huet utiliza estratégias como vídeos e e-mails, junto do profissional tradutor, para agilizar o seu tempo em organizar e submeter suas pesquisas em eventos e revistas científicas. O tempo e a distância dificultam o trabalho de tradução, porque muitas vezes o mesmo não acontece de forma presencial e o surdo sente a necessidade de trabalhar presencialmente com o profissional.

Com relação as narrativas ilustradas acima, tenho percebido que durante meu processo formativo a importância de criar um sinal como empréstimo linguístico em combinação com o profissional intérprete. Para além da língua, há também um tensionamento entre as questões culturais da sociedade ouvinte em seu embate com a comunidade surda. Para Reis (2015), há um espaço de negociação com relação a uma interposição fronteira entre os sujeitos culturais.

Entendemos que há um espaço teórico e um lugar político para articular no sentido que o poder estabelecido nega a identidade cultural estabelecida pela diferença percebida como perversa a uma política considerada superior e que simplesmente exige um movimento estratégico a seu favor. Os espaços governamentais articulam forças que se apossam do direito de sublinhar a construção arbitrária, diferencial e sistêmica excluindo os espaços culturais. Por outro lado, o espaço cultural exige compreensão de objetos, usos e significados. Estes dois espaços quando fronteiros colocam em ação a negociação (REIS, 2015, p. 114).

A comunidade surda, ao atender as regras gramaticais da sociedade não está só se submetendo há um idioma, mas também a uma sujeição de poder. “Uma regra de gramática é um marcador de poder, antes de ser um marcador sintático” (DELEUZE; GUATARRI, 2011, p. 13). Do mesmo modo, Sacks (2010) defende que as línguas de sinais são completas, pois sua sintaxe, gramática e semânticas são completas, apresentando somente caráter diferente de qualquer língua falada ou escrita. “Assim, não é possível transliterar uma língua falada para a língua de sinais palavra por palavra ou frase por frase – suas estruturas são essencialmente

diferentes” (SACKS, 2010, p. 37). Ainda mais que a Lei de Libras de 2002 é sucinta e não explica claramente que línguas de sinais e línguas orais apresentam estruturas diferentes, sendo que também para cada sujeito surdo a sua vivência e contato com ambas as línguas se diferem no seu processo de subjetivação.

5.3 Acesso a Editais e Normas: tempo ouvinte x tempo surdo

A linguagem não é informativa nem comunicativa, não é comunicação de informação, mas – o que é bastante diferente – transmissão de palavras de ordem, seja de um enunciado a um outro, seja no interior de cada enunciado, uma vez que um enunciado realiza um ato e que o ato se realiza no enunciado.

(Gilles Deleuze e Félix Guattari, 2011)

Inspirada em Deleuze e Guattari, a palavra de ordem não implica somente o comando, mas também a atitude social. No contexto acadêmico, há regras e práticas que são da ordem ouvinte. Logo o acesso do professor surdo no sistema educacional superior perpassa por normas e regras ditadas de forma ouvinte nos editais de acesso. Há um ritual a ser seguido em cada processo acadêmico formativo. Tais implicações podem ser percebidas nas narrativas das professoras Hellen e Charlotte:

Na maioria das universidades, o mais impacto dos professores surdos são das implicações dos sistemas das normas ouvintes, exigem as regras da ABNT e o principalmente Língua Portuguesa, pois a CAPES exige a todos serem normas iguais como padrão das regras do Brasil, então o único jeito do autor surdo e deve pagar a Interprete e Tradução de Libras para organizar (Helen Keller, 7 de junho de 2019).

Há 4 anos atrás, tinha esse “XI SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL & II SEMINÁRIO LATINO-AMERICANO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL” me pediu para traduzir a Libras nos vídeos a publicar no site como etapas: edital, inscrição, e-mail, contatos, as formas do

processo de seletivo, produzindo Libras para divulgar para o entendimento dos sujeitos surdos, infelizmente só foram trabalhados pela Língua Portuguesa, pois ainda não foram adaptados, sabendo que é necessário criar.

[...] pois exigem as regras restritas, muitas normas, também muitos passos para ler e as vezes não consigo entende-as e confundo-as parecidas escritas, e sempre peço colega ouvinte, dentro do departamento de Libras para ajudar e compartilhar e me entender melhor o que pede para fazer. Também os colegas ouvintes para ser parceira comigo, para criar um projeto, pois acredito que eles conhecem mais (quero dizer as estruturas). Em trocas de projetos, e eu ajudo na prática nos vídeos para traduzir em Libras (Charlotte Elizabeth Tonna, 11 de junho de 2019).

Na narrativa “deve pagar a Interprete”, está expressa a falta de equidade para os professores surdos com relação aos professores ouvintes, pois estamos sempre em ‘degrau’ abaixo no sistema educacional. Percebo, como minha experiência profissional, os professores surdos que trabalham no Ensino Superior, resulta a estimular a formação de nível exigido, como mestrado e doutorado e seus trabalhos desenvolvidos, foi crescendo e multiplicando, começando dar os retornos e valorizar as pesquisas, e com as mudanças a partir de publicar as diversas produções já publicadas e ainda está por vir a realizar, porém com muita luta para posicionar que a nossa linguística ainda é uma implicação para a norma ouvinte. No sistema de inscrições como submissão de trabalhos, os sujeitos surdos têm tempo diferente dos sujeitos ouvintes para produzir os trabalhos, neste caso, porque tem uma tradução linguagem que demanda um tempo maior. Tal implicação é apresentada pela narrativa do professor surdo Eduard:

Num acesso de editais e organizo para ter produção acadêmica para publicar, porém teve seus atrasos porque os sistemas têm seus dias de prazos para cumprir. E não consegue submeter por falta de produzir Libras para a

interprete de Libras, apesar do tempo curto (Eduard Huet, 28 de maio de 2019).

Na narrativa da professora surda Emmanuelle é possível perceber o embate cultural do sujeito surdo nas relações assimétricas de poder instituídas no Ensino Superior. Tais relações não estão ao acaso, mas foram idealizadas pelas “tentativas totalitárias de estabelecer um mundo cujo pensamento fosse único e as identidades fossem idênticas a si mesmas acabaram frustradas pela contingência. É preciso não esquecer que o a priori histórico está antes e acima disso tudo” (VEIGA-NETO; LOPES, 2012, p. 60).

Eu percebi que muitos professores surdos trabalham mais no Ensino de Libras e os professores ouvintes aproveitam para desenvolver os artigos para publicar sem os outros autores surdos, pois eles não recebem as informações por causa dos sistemas e regras, etc...Por isso o Encontro Regional de Professores (ENPLES) tem grupo para discutir sobre as produções acadêmicas e tem um workshop que especifica sobre os acadêmicos para publicar onde promove os encontros de professores surdos para discutir os seus processos de produção acadêmica. Esse Encontro é importante os relatos dos professores surdos. Ela se surpreendeu quando uma professora surda da Universidade da Bahia estava ensinando 5 disciplinas e ao mesmo tempo cursando Mestrado. Enfim, avisou ela que isso cansa muito e ela tem direito de ter no máximo de 2 disciplinas, pois ela não sabia esse acesso de informações. Sabendo que ela é única professora surda no departamento. Precisa ter resistência (Emmanuelle Laborit, 11 de junho de 2019).

Esse acesso impacta dos professores surdos a seus atrasos nas publicações que são poucos, e ainda mais é minoria linguística para a sociedade ouvinte que implica a língua diferenciada, pois os professores mostram insegurança, tentando mostrar a sua resistência para enfrentar a importância da assessoria textual. Para fazer parte do jogo acadêmico o sujeito surdo

precisa seguir as normas e regras ouvintes, caso contrário continuarão no mesmo patamar profissional. “Em todos os casos, percebe-se sempre um notável esforço no sentido de encaixar, o mais ajustadamente possível, todos os recém-chegados segundo determinados saberes, práticas, classificações e padrões estabelecidos por aqueles que já estavam aí” (VEIGA-NETO; LOPES, 2012, p. 60).

5.4 Produções X Publicações Surdas

Tirar essas pautas da invisibilidade e um olhar interseccional mostram-se muito importante para que fuçamos de análises simplistas ou para se romper com essa tentação de universalidade que exclui. A história tem nos mostrado que a invisibilidade mata, o que Foucault chama de “deixar viver ou deixar morrer”.

(Djamila Ribeiro, 2017)

Há uma diferença entre produzir e publicar no mundo acadêmico, surdos no ensino superior produzem TCC, no Mestrado produzem dissertação e no Doutorado produzem Teses, entretanto a publicação dessas pesquisas depende do seu envio para eventos e revistas e conseqüentemente do seu aceite. Além disso, temos que levar em consideração a proporção entre os números de professores surdos e ouvintes dentro das instituições de ensino superior. Logo, a um número menor de publicações surdas, devido a serem um número de representatividade menor, bem como as suas produções encontram dificuldades e desafios para serem publicadas para a comunidade acadêmica.

De acordo com Flaviane Reis, os professores surdos de universidades encontram dificuldades na leitura dos editais disponíveis na internet pela limitação imposta pela Língua Portuguesa. O levantamento realizado pela pesquisadora surda demonstra que de 279 professores surdos, somente dois ou três conseguem acessar (realizar a leitura) os editais, em tempo hábil, enviando propostas e sendo aceitas pelo Ministério da Educação (MEC). Uma das limitações expostas pela referida pesquisadora é que muitos surdos dependem de professores ouvintes para a tradução de suas propostas para a segunda que é a Língua Portuguesa. Há também uma dificuldade por parte das instituições em compreender que o profissional intérprete na maioria das vezes não tem a formação adequada para o trabalho de tradução, pois o mesmo exige conhecimentos a nível de pós-graduação. Nessa perspectiva, as narrativas da professora Charlotte carregam consigo tal implicação:

*Os ouvintes também não sabem normas da ABNT e precisam solicitar que outras pessoas façam a formatação ao dos artigos. **Eu percebi que muitas vezes não coloco a minha surdez nos meus artigos, por causa do preconceito linguístico, então eu tenho publicação aprovada.***

*Produção de trabalhos, artigos, projetos, e extensão consigo escrever pois tenho segunda língua portuguesa como fluente, **mas as vezes tem limitação porque para criar os projetos, que precisa escrever, dar uma ideia, para tentar conseguir a verba do Estado ou da Educação [...]***

*No artigo, dentro da casa ou da universidade, eu mesma própria desenvolvo na escrita, que é capaz, mas as vezes, depende dos eventos, congressos. **Alguns eventos podem ter mais facilidade de entender as normas que são mais leves e os outros não, daí complica. Também eu mesma pago para a pessoa ouvinte para revisar e corrigir, que é um gasto para mim.***

*O ouvinte também paga para fazer a correção da Língua Portuguesa. Eu digitei e enviei para professora de Português fazer a correção e depois para publicação. **Os surdos da UFSC não sabiam que podiam enviar para os ouvintes fazer a correção, e pensavam que não podia. Depois que eu enviei e consegui o aceite da revista, eles (os surdos) se admiram e começaram a fazer isso também (o envio para professores corrigir seus textos)** (Charlotte Elizabeth Tonna, 11 de junho de 2019).*

Compreender as narrativas dos professores surdos nas produções acadêmicas no Ensino Superior, que os processos de subjetivação demonstram as produções diferenciadas por suas vivências alteridades na diferença e no desenvolvimento cognitivo. Ao tomarmos as noções foucaultianas como subjetivação e normalização nas ações biopolíticas na formação dos professores surdos no processo contínuo de publicação dos artigos pode ser relacionado a correção do corpo e o regulamento da população surda,

[...] que mostram o caráter ambíguo e paradoxal das práticas de Estado que, de forma concomitante, tanto festeja a diferença identitária surda, exaltando uma forma de ser, quanto investe na correção/normalização dos indivíduos com surdez, exaltando a necessidade e a possibilidade de correção do corpo e de normalização da população (LOPES; THOMA, 2013, p. 109).

A base de produzir as produções surdas surge no espaço sobre os diferentes modos dos professores surdos, a partir da sua produção da subjetividade surda no presente e no passado por Foucault. Entendendo que não é igualdade e sim equidade como respeitar as diferenças entre os professores surdos e ouvintes que são diferentes e as oportunidades são iguais, porém as normas linguísticas se diferem. “No fundo, a equidade tomada nessa acepção obriga a deduzir-se que a construção da justiça e da igualdade implica no reconhecimento das diferenças e no tratamento dessas diferenças de forma distinta, ainda que sempre guardando uma referência às normas genéricas” (CAMPOS, 2006, p. 25). Assim, compreendo que a equidade reconhece as diferenças, enquanto a igualdade apenas as iguala: “Princípio pelo qual todos os cidadãos podem invocar os mesmos direitos: *igualdade de política, civil*” (KOOGAN; HOUAISS; 2000, p. 845, grifos dos autores). Enquanto a equidade se apresenta como: “A disposição para respeitar os direitos de cada um: *o senso da equidade*” (KOOGAN; HOUAISS; 2000, p. 595, grifos dos autores).

E a vida da subjetividade do professor-acadêmico surdo que age como modo de ser, fazendo as dificuldades das publicações constituídas os discursos que circulam os espaços na ordem de discurso: terapêutico, antropológico, acadêmico e profissional. A pesquisa de Reis também aponta que o professor surdo tem se deslocado para trabalhos técnicos dentro das universidades, estando cada vez mais distantes das pesquisas e publicações.

De fato, se há política para o professor surdo na universidade, não significa que seja contra a os outros, e sim, partindo da elaboração de uma visão dos professores surdos ao atuarem levando em consideração a questão da sua diferença, condição histórica e cultural, à criação de possibilidades para uma política como discurso ativista que deve ser assegurado para que possa se dar corretamente e não se produzam efeitos negativos, e sim, efeitos positivos resilientes, para que possa acontecer, o nascimento da política dos professores surdos nas universidades a partir da constituição dos seus discursos como produção intelectual respeitando o seu jeito de pensar de uma forma cultural característica por sua experiência visual, de uma forma diferenciada e linguisticamente marcada (REIS, 2015, p. 89-90).

Com esse movimento de resistência no campo da pesquisa e extensão dos professores surdos no Ensino Superior, os pesquisadores e autores surdos vem resistindo as questões de saberes que vem da educação dos surdos que estão expandindo e mostrando os discursos verdades sobre o nosso processo de subjetivação da linguística própria. Nesse aspecto, Wichts

(2018, p. 110) faz uso do campo da educação de surdos do ponto de vista da história social da língua, para pensar a constituição da surdez,

[...] sob a perspectiva de uma matriz de experiência, implica colocar em foco o jogo de forças que, articulado à formação de saberes sobre a surdez e aos modos de ser surdo, forja uma forma histórica de subjetivação bastante específica, mas na superfície da qual é possível ver refletidos elementos que forjam qualquer outra produção de subjetividade. Dito isso, passo agora a discutir sobre esse jogo de forças na condição de políticas linguísticas de educação de surdos.

Ao pensar nos modos de ser surdo na contemporaneidade, em especial nos modos de ser professor surdos, podemos afirmar com base na narrativa da Charlotte Elizabeth Tonna que a mesma havia sido tida como ouvinte diante da avaliação de um comitê científico ouvinte. Assim, a escrita surda dessa professora está se equiparando a escrita ouvinte, para poder ter a aprovação de sua publicação. É uma sujeição desejada pelo sujeito surdo, para assim conseguir um status acadêmico.

*Outra experiência que eu tive, foi em São Carlos – São Paulo, quando enviei um trabalho e ao apresentar pessoalmente as pessoas (comitê científico) **que avaliaram se admiraram ao perceber que eu era surda**. Pois nas pessoas do comitê científico não tem acesso as inscrições, pois são casos diferentes. Na hora de apresentar, **uma das professoras avaliadoras se surpreendeu ao ver que o meu trabalho avaliado e aprovado por mim esse escrito por uma pessoa surda**. Ao ver o artigo sobre como pais ouvintes ensinam filho surdo, a avaliadora pensou que eu fosse psicóloga, pois a avaliação é feita às cegas. Eu disse que é muito **importante os surdos publicarem para que as pessoas conheçam a perspectiva surda** (Charlotte Elizabeth Tonna, 11 de junho de 2019).*

Entender o transcórre da narrativa da professora a partir de uma resistência na hora de publicar para avaliação, como aproveitar o seu sujeito por trás de ser ouvinte no artigo para encerrar as implicações dos ouvintes como

norma, o espaço de linguística diferenciada, o espanto para o comitê científico como a relação do poder dos pesquisadores surdos. (Minha narrativa).

O estudo de Witchs e Lopes (2015) intitulado *Surdez como matriz de experiência* publicado da Revista Espaço apresenta uma discussão sobre o entendimento da surdez como matriz de experiência. Com base no estudo realizado foi destacado a descrição de três eixos que constituem a surdez como matriz de experiência: “a formação de saberes sobre a surdez e os surdos, a normatividade de seus comportamentos e seus modos de subjetivação” (WITCHS; LOPES, 2015, p. 31). Para os referidos autores, a palavra surdez adquiriu sentidos negativos a partir dos momentos que a mesma foi colocada em relação a norma auditiva. Com base nos estudos de Foucault, a surdez é assumida como experiência, ou seja, como uma forma de constituir sujeitos surdos que são relacionados e regulados pelas normas audistas.

Antigamente, o grupo como eu, a outra pessoa famosa e outros publicaram muitos artigos, até os capítulos dos livros e livros, e hoje em dia está produzindo um pouco por causa da fluência fraca da Língua Portuguesa. Porque quando começou os Cursos Letras/Libras 2006, somente usando a Língua de Sinais expandindo e não desenvolveram a Língua Portuguesa como segunda. Eu percebi quando fiz o Mestrado em Educação UFSM, era muitas leituras e escritas. Atualmente doutorando em Linguística UFSC, produzindo só em Libras (Charlotte Elizabeth Tonna, 11 de junho de 2019).

Nas produções, também o artigo vale mais pontos para acadêmicos e para os professores. No espaço de doutorando (2000 a 2005) da UFRGS, cada disciplina precisava desenvolver os artigos que deixou eu como acadêmica angustiada, mas me deu um grande desafio e aprendizagem porque me contribuiu muito a conhecer os conceitos, teorias e contextos (Emmanuelle Laborit, 11 de junho de 2019).

A governamentalidade e a normalização apresentam-se como noções fundamentais para o entendimento dos processos de subjetivação dos professores surdos em Instituições de Ensino Superior. Por governamentalidade, no presente projeto, estou compreendendo como:

[...] um conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer essa forma bem específica, bem complexa, de poder, que tem como alvo principal a população, como forma mais importante de saber, a economia política, como instrumento técnico essencial, os dispositivos de segurança. [...] entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não cessou de conduzir, e há muitíssimo tempo, em direção à preeminência desse tipo de saber que se pode chamar de “governo” sobre todos os outros: soberania, disciplina (FOUCAULT, 2003, p. 303).

Com relação a educação de surdos, a governamentalidade apresenta-se como uma racionalidade na transformação de um sujeito surdos em um sujeito governável. Essa transformação se dá com base em procedimentos que de forma central acontecem na educação. De acordo com Lopes e Thoma (2013) os sujeitos com surdez vivem sob as regras das normas audistas e das normas surdas. Nas normas audistas condição auditiva tem um valor normativo, e situa o sujeito que possui a perda como anormal. Nas normas surdas é produzido um modelo de sujeito surdo a ser seguido e cria-se um modelo de norma surdo que é o sujeito fluente em língua de sinais, integrante da comunidade surda, militante das causas surdas, etc.

Na minha experiência em contato com outros colegas surdos de IES, pude perceber diferenças na escrita, ou seja, na relação deles com a Língua Portuguesa. Enquanto há os subjetivados acadêmicos que se constituem facilmente nas suas escritas; há outros que constituem dificuldades com a escrita; e ainda outros que se constituem conduzidos pela condução da língua portuguesa, ou seja, dependem do ouvinte para desenvolver a sua escrita.

Por mais elástica que a norma disciplinar possa ser, diante de uma variedade crescente de identidades e de comunidades que pressionam para que suas diferenças sejam respeitadas, bem como diante de riscos cada vez maiores que sujeitos integrantes de comunidades específicas correm ao assumirem-se “diferentes” do que é colocado como padrão de normalidade, na Contemporaneidade, com a exaltação política da diferença e da comunidade, ela se mostra limitada para abarcar a todos. (LOPES; THOMA, 2013, p. 111).

O professor surdo mesmo assumindo-se diferente, no que remete a sua língua e cultura, acaba se submetendo as normas audistas em relação a sua carreira profissional nas IES. Tem notificação que os professores surdos conseguem poucas verbas de agencia de Educação para seus projetos de pesquisa por causa da limitação escrita imposta pelo mecanismo de envio de

projetos, além de poucas publicações dos professores surdos que ocorrem pelo mesmo motivo. Essa implicação incomoda os professores surdos no Ensino Superior, demonstrando o poder linguístico onde a maioria dos ouvintes utiliza língua portuguesa.

Em relação da CNPq ou CAPES, os professores surdos criam e elaboram projetos, onde o edital pede as informações de acesso, porém limita o sujeito professor surdo. Acredito que por meio de uma parceira com grupos de professores ouvintes e surdos, mais experientes, podemos compartilhar e trocar as ideias para conseguir um projeto de seu trabalho, assim agrada as produções. “Assim que se constroem as produções dos professores surdos que nos agradam com as ligações mais profundas e seu impacto sobre a busca de compreensão mais adequada no projeto do edital onde for publicado no campo de ensino, pesquisa e extensão” (REIS, 2015, p. 164).

“A noção de educabilidade atribuída aos surdos carrega um propósito normalizador. A normalização de surdos pode ser pensada como efeito das relações de poder exercidas em distintas instituições sociais, mas a centralizarmos no lugar da escola” (WITCHES; LOPES, 2015, p. 37). A escola se torna a principal responsável pela produção de um sujeito surdo normalizado, ou seja, sujeitos que assumam modos específicos de ser. E são esses sujeitos que posteriormente se constituem como professores de Libras em IES.

Além da norma audistas, há também a norma surda, como expõem Lopes e Thoma (2013, p. 7):

A comunidade surda, além de congregar as condições para a reunião entre pares, para o fortalecimento linguístico-cultural e para a criação de uma norma surda, também é um espaço político de governo daqueles que se autodeclararam surdos. Então, o que podemos denominar de *norma surda* soma-se a tantas outras normas que agem sobre os sujeitos determinando suas condutas e formas de ser hoje. Isso significa que um sujeito pode ser determinado por diferentes normas, dependendo da identidade chamada a lhe representar.

Nessa perspectiva, há um tensionamento entre as normas que impõem aos sujeitos surdos condutas a serem seguidas nos espaços em que os mesmos ocupam. Cada espaço e tempo ocupado pelos sujeitos surdos apresenta as suas próprias normas, ou seja, práticas e formas de conhecimento no modo da subjetivação. Com relação a sua língua, os ambientes acadêmicos impõem e exigem do surdo um conhecimento e entendimento da Língua Portuguesa equiparada a forma de pensar do ouvinte. Então a ‘dificuldade’ encontrada pelo professor ouvinte remete muitas vezes a falta de conhecimento por parte dos ouvintes. A ‘dificuldade’ não é do sujeito surdo em expressar o seu conhecimento, mas sim em ter que expressar o seu conhecimento científico em um sistema que impõem que sua escrita se equipare a escrita ouvinte.

Atualmente a política linguística é aceita, entretanto as instituições de ensino superior, em sua maioria, ainda não estão preparadas para pensar em editais, revistas, projetos de extensão, livros, relatórios de pesquisa, pesquisas realizadas e divulgadas em Libras ou que aceite o estilo de escrita do sujeito surdos.

Nesse contexto em que o surdo é governado e se autogoverna para acompanhar e se equiparar ao ouvinte no que remete a sua escrita se torna pode ser pensado a partir da noção de governamentalidade, que:

[...] engloba tanto ações de intervenção previstas na ordem do *governo*, quanto intervenções sobre o sujeito ou do sujeito sobre ele mesmo previstas na ordem da *subjetivação*. [...] Veiga-Neto (2005), ao buscar palavras mais adequadas em português para diferenciar *Governo* (com “G” maiúsculo - aquele que governa) de *gouvernement* (ações de condução das condutas de uma população), utiliza a palavra *governo* (LOPES; THOMA, 2013, p. 5)

Porém, para os professores acadêmicos se é exigido a aquisição de uma segunda língua e o desenvolvimento da mesma para sua inclusão profissional e acadêmica. Enquanto para o ouvinte, há uma comodidade de poder desenvolver suas pesquisas e estudos na sua primeira língua. Assim, a exigência para os professores surdos se difere das exigências que são impostas aos professores ouvintes, pois para os sujeitos surdos há a uma exigência que se dá com base na legislação. Para o sujeito surdo, há uma necessidade e desejo de desenvolver as duas línguas, enquanto que para os ouvintes uma única língua é o suficiente para sua produção escrita. Para os professores surdos acadêmicos, há uma necessidade de compreender e ter fluência nas duas línguas – Libras na modalidade visual e Língua Portuguesa na modalidade escrita – como Portuguesa e Libras para engendram na produção do seu desenvolvimento profissional e pessoal, a condução das condutas desses sujeitos se dá principalmente na questão linguística.

A Língua de Sinais precisa adaptar a Língua Portuguesa na produção de artigos para submeter e não a sua própria de subjetividade da produção de escrever, seu jeito de produzir, modos de ser. Que é contra a sua acessibilidade, como contra conduta no seu processo de linguagem, pois a Libras é uma política e direito de adquirir o seu processo acadêmico.

Na aula de 1º de marco de 1978, do curso *Segurança, território e população*, a palavra contra conduta, do Foucault (2008), diferentemente de ações da dissidência e de resistência, requer a luta por ser conduzido de outra forma. Nas palavras encontradas de Veiga-Neto e Lopes (2012, p. 59), situada no artigo *Subjetivação, normalização e constituição do éthos surdo: investimentos do Estado e paradoxos contemporâneos* de Lopes e Thoma (2013, p. 11):

[...] não se trata de uma dissidência, isso é, não se trata do desdobramento de algum movimento ou tendência contra a dominação. A contraconduta é inventiva e ativa; funciona como uma alternativa que também não é da ordem da resistência, se essa for entendida como um contrapoder e que, por ser um contrapoder, inscreve-se nos mesmos vasos capilares do poder.

Lopes e Thoma (2013) apresentam que para entender o conceito contra conduta pelo viés dos sujeitos surdos se faz necessário conhecer as lutas surdas pelo direito de “viver a condição de surdez como uma marca primordial sobre a qual uma cultura viso-gestual se constitui subjetivando os indivíduos de determinadas formas e não de outras” (LOPES; THOMA, 2013, 11). Nesse sentido, é pensar no sujeito surdo que não se traduza pela deficiência, ou seja, pela correção dos corpos. E que também não se traduza pela identidade, ou seja, que inscreve os sujeitos surdos nas lutas que os mesmos possuem, mas sim trata-se de pensar em “uma forma de ser, de viver e de se relacionar com a própria experiência visual de cada um” (LOPES; THOMA, 2013, p. 11). As lutas surdas também são apresentadas nas narrativas de Marlee Matlin, que se apresenta ‘*o movimento da comunidade surda*’, ‘*o descobrimento de Libras na cidade*’, ‘*a luta*’, como ‘*básicas ideias de publicar as produções*’:

Nos artigos, eu mesma produzo na escrita e mando alguém com a formação. Infelizmente, eu pago para corrigir a Língua Portuguesa e as regras, os sinônimos, pois perdi a confiança destas interpretes, senão eu me sentiria insegura.

Os meus alunos de bolsistas apoiam as produções acadêmicas, principalmente para quem os alunos ouvintes tem fluente em Libras e percebi que destes alunos produzem melhor do que as interpretes, porque os alunos estudam Letras/Libras por seu conhecimento, e entende produção de cada professor surdo. A maioria dos professores surdos só procuram os bolsistas para as produções acadêmicas.

Nenhum colega de trabalho não me ajuda, somente os alunos... Na ementa de plano do curso Letras/Libras obriga os alunos a publicar um artigo junto com a professora surda. Porém esses artigos, eu dei a estratégia de não usar as referências bibliografias, e usa como

Associação, a criação de Letras/Libras, o movimento da comunidade surda, o descobrimento de Libras na cidade, a luta, o que aconteceu nos anos anteriores, são as básicas ideias de publicar as produções, pois é importante desta luta de reconhecimento (Marlee Matlin, 27 de junho de 2019).

Já as narrativas de Hellen Keler e Eduard Huet expressam as dificuldades encontradas em escrever como um ouvinte, bem como todo o processo de tradução que exige a compreensão das palavras lidas para então incluir as mesmas em suas produções escritas.

Uma das questões instigantes a refletirmos aqui é sobre a tradução da língua. Será que entendemos incondicionalmente esta língua majoritária e difícil? Tenho percebido isso em alguns professores surdos do nível superior, pois convivo com eles, tenho observado dificuldade de entender os elementos constantes de um artigo. Da mesma forma o artigo escrito por um professor surdo se torna difícil de entender pelo ouvinte. Que tal entender a tradução cultural desta difícil língua portuguesa? Será que é possível entender bem o português em sua estrutura para explicar nesta escrita à dificuldade de tradução como estão atestando os professores surdos do Ensino Superior acima mencionado? (REIS, 2015, p. 129).

Como relação a produção do sujeito professor surdo, o mesmo requer um tempo para a tradução entre duas línguas, que perpassa por profissionais intérpretes, logo se faz necessário um tempo para as traduções da língua, devido as questões culturais de cada sujeito. Já a produção do sujeito ouvinte não necessita desse trabalho, porque sua leitura e escrita se dá na sua primeira língua.

Em primeiro lugar, a base de ler, eu consigo entender a Língua Portuguesa nas leituras, porem para produzir, eu preciso ver as palavras incluídas na produção. A reflexão de pensar a Libras e depois entender a tradução para LP no artigo (Helen Keller, 7 de junho de 2019).

Comecei os meus passos a produzir um artigo (apenas apresentação de trabalho), chamei a interprete de Libras para explicar e ela foi traduzindo em LP, teve estruturais diferenciais, mesmo sem formação da Pós-Graduação. Esse período de onde eu estudava Curso Letras Libras, só

publicava os trabalhos para apresentar, com vários assuntos.

Eu acho que é difícil publicar no máximo de 20 páginas por limitações. Por mais fácil é publicar 2 a 3 páginas de resumos, infelizmente, por não ou conduzir a linguística das TILS. Então as implicações das normas ouvintes nos professores surdos, a maioria de vezes não conseguem publicar. (Eduard Huet, 28 de maio de 2019).

Com essas narrativas emergem o seguinte questionamento: O curso de Letras – Libras está dando as condições para os professores surdos atuarem em espaços acadêmicos com as duas línguas – Língua Portuguesa (escrita) e Libras? Compreendendo que a *Revista Brasileira de Vídeo Registros em Libras*²⁵ tem acesso difícil para produzir em Libras e alguns professores surdos acham que usar esse acesso é difícil por seguir suas regras restritas e preferem a escrita como língua portuguesa como forma mais fácil de expressar e também por aquisição de norma ouvinte. Esse Registro onde usa os editais, as normas, as submissões somente em Libras para visualizar o entendimento dos professores surdos a produzir, a publicar, a submeter e a produção de Libras como entendimento de linguagem, o seu pensamento como desenvolve natural.

Ainda com relação a escrita surda, é preciso levar em consideração que o desenvolvimento da linguagem inicia de forma tardia para os surdos, o que provoca o atraso do desenvolvimento da escrita, pois o contato com a língua gesto-visual se dá de forma tardia. O que de certa forma limita o desenvolvimento linguístico escrito, como apresenta Sacks (2010, p. 10):

O estudo dos surdos mostra-se boa parte do que é distintivamente humano em nós – nossas capacidades de linguagem, pensamento, comunicação e cultura – não se desenvolve de maneira automática, não se compõe apenas de funções biológicas, mas também tem origem social e histórica; essas capacidades são um presente – o mais maravilhoso dos presentes – de uma geração para outra. Por isso percebemos que a cultura é tão importante quanto a natureza.

Nas políticas públicas, o processo de formação dos sujeitos professores surdos em relação da formação profissional precisa ser pensada, pois o profissional surdo precisa ser reconhecido pela academia para além da sua produção escrita. Se faz necessário que se compreenda a

²⁵ Link de acesso a revista: <https://revistabrasileiravrlibras.paginas.ufsc.br/>

linguagem dos professores surdos na publicação, que deve ser reconhecida como uma forma diferente de pensar e escrever.

Dentro deste contexto do processo de norma ouvinte e a condução da escrita não linear, existem muitos professores surdos no Ensino Superior, e ainda mais são 279 docentes surdos, que trabalham no ensino, pesquisa e extensão. Com a relação a isso a professora e pesquisadora, um grande desafio dos conceitos a compreender relacionados com os sinais.

Demonstra a possibilidade da existência de posicionar a resistência no campo de ensino, pesquisa e extensão, que pode acontecer com os professores surdos como será trabalhado no Ensino Superior não somente ensino, mas na pesquisa e na extensão.

A partir deste desafio, a lamentação da professora, relacionado e aproximando com a pesquisa e extensão, a narrativa dos professores surdos a produzir suas formas de publicar, que pode acreditar o necessário um desenvolvimento das pesquisas contribuídas pelas regras do poder linguística, a língua de Sinais.

É importante proporcionar momentos em que os ouvintes possam sentir essa limitação, estimulando-os para que aprendam a língua sempre que se envolver no grupo de pesquisa a Língua de Sinais Brasileira. Isso mostra a força de poder neste espaço onde têm mais surdos, e podem provocar nos ouvintes que participam desses espaços a compreensão que é necessária aprender a Língua de Sinais Brasileira para não ter essa limitação. Vale mencionar também que nesses espaços têm alguns ouvintes que sabem a Libras e não tem nenhum problema de comunicação. Percebo que essa força de poder provoca a diminuição das tensões entre os professores surdos no momento das relações de poder, pois temos ouvintes que sabem usar, e os professores surdos estimulando-os a se desenvolverem e eles procurando aprender também, por isso os professores surdos são vistos como ativistas nessas relações de poder (REIS, 2015, p. 131).

Com a produção, o professor surdo assume o espaço das produções acadêmicas para resistir a sua primeira Língua e a segunda como escrita pelo tripé como estratégias políticas, vendo como se desenvolve a sua resistência no Ensino Superior, o posicionamento das normas ouvintes, que é majoritária linguística.

Como eu percorri os espaços da minha experiência, o dia a dia das implicações dos trabalhos para produzir é como encerrar uma visão do ouvinte que nos desafiam a língua portuguesa como desenvolvimento cognitivo diferente dos sujeitos-professores surdos. Apesar de compreender a Língua Portuguesa como a segunda língua, porém não como igual da cultural auditiva do ouvinte.

6 FECHANDO COM A MINHA NARRATIVA

Aprofundar, identificar, entender os professores surdos como autores surdos no mundo acadêmico, visto como poder linguístico, a resistência das produções construídas pelos professores/autores/pesquisadores que narram a sua posição para compreensão da sociedade ouvinte no espaço do ensino, pesquisa e extensão. Com o presente estudo, pude perceber o espaço de produções acadêmicas dos professores surdos no ensino, pesquisa e extensão, como eles entram na luta pelos seus direitos com relação ao direito de uma linguística própria, de seus saberes, de seus discursos, da sua intelectualidade surda, para poder ter respeito por parte da comunidade ouvinte. As suas trajetórias para poder realizar seus sonhos e enfrentar as implicações das normas ouvintes. O sofrimento em sempre estar mostrando a sua diferença e não a sua deficiência para o que os ouvintes possam compreender a nossa língua que nós como professores e pesquisadores somos constituídos.

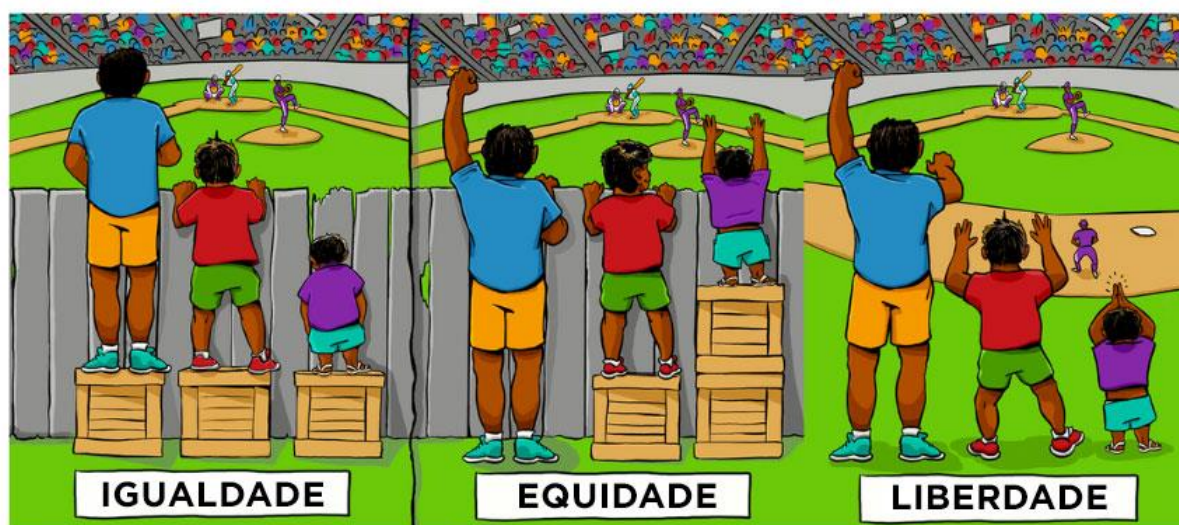
Por esses motivos, penso que esse estudo possa contribuir de forma ativa com a vontade de saber para futuras pesquisas em visibilizar a inserção de professores surdos na produção acadêmica de forma efetiva de modo que os mesmos possam competir com equidade na sociedade ouvinte. Entender e compreender como funciona produção acadêmica ouvinte se faz fundamental para a inclusão dos professores surdos, no entanto se faz importante que os mesmos tenham como garantia a Libras como primeira língua e língua portuguesa como segunda língua na modalidade escrita. Sendo que a Lei ainda não deixa claro que língua portuguesa na modalidade escrita é realizada de uma forma diferente de estrutura e de regras para os surdos, pois segue a comunicação de sinais. Colocando uma bandeira branca para a nossa paz com a comunidade ouvinte, para que os mesmos também possam entender a nossa ‘norma’ surda, pois dependemos muitas vezes dos ouvintes, para acessarmos informações que estão disponíveis somente na nossa segunda língua. Logo, o meu processo de pesquisa no Mestrado, gerou uma rede entre professores, colegas, intérpretes e demais envolvidos. Assim compreendi que nessa relação se faz necessário o reconhecimento por parte da comunidade ouvinte e também por parte da comunidade surda acerca da importância da aproximação dessas duas culturas no âmbito acadêmico.

Com a escrita dessa dissertação, apresento a importância os órgãos governamentais em reformular a lei nº. 10.436 de 2002 com relação ao parágrafo único: “A Língua Brasileira de Sinais - Libras não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa” (BRASIL, 2002). Pois com a lei escrita dessa forma, a sociedade ouvinte entende que os surdos dominam a escrita da língua portuguesa do mesmo modo que os ouvintes. E também no decreto nº. 5.626

de 2005 exige a atuação de ensino de Libras de forma preferencial por professores surdos, entretanto não menciona nada sobre a sua formação continuada no que remete extensão e pesquisa. Pois, no Ensino Superior há esse tripé – ensino, pesquisa e extensão – logo a produção dos professores surdos nessas outras suas áreas também precisa ser revista e pensada com relação a acessibilidade dos professores surdos em IES.

Compreendo que os professores surdos são capazes de entender a Língua de Sinais, no seu sentido dentro do próprio discurso acadêmico e cultural, e suas críticas internamente e externamente como envolvimento no ensino, pesquisa e extensão e no movimento político da comunidade surda. As narrativas dos professores surdos e a minha narrativa demonstra de forma impactante os desafios que temos que enfrentar, ou seja, os movimentos políticos que precisamos fazer diariamente. É possível entender a abordagem de narrativa dos professores surdos em produzir, transgredir, transformar, compreender e a tensão dos sujeitos surdos que se envolvem na produção acadêmica nas IES. Pois as narrativas aqui apresentadas, mostram a vivência dos professores surdos e as relações de poder com a norma ouvinte e norma surdas. Por isso, a capa artística desse trabalho apresenta de forma visual a equidade necessária para a inclusão dos professores surdos, em IES, no que se refere também a pesquisa e extensão para além do ensino em Libras. A capa ilustra três professores – um ouvinte, um surdo com fluência em língua portuguesa escrita e um surdo com fluência em Libras - e se inspira na imagem abaixo, a qual apresenta a diferença entre igualdade, equidade e liberdade.

Figura 4 - Igualdade – equidade - liberdade



Fonte: <http://gianyrpead.blogspot.com/2018/01/igualdade-equidade-e-liberdade.html>

Penso que a nossa equidade esteja relacionada ao uso a modalidade de Língua Brasileira de Sinais na sua forma filmada e a escrita da língua portuguesa como língua adicional para que possam ser expostas em nossos projetos de pesquisa e produções acadêmicas. Acredito que é viável e significaria uma conquista para a comunidade surda, mas precisa ser construída em conjunto com os ouvintes. E talvez a liberdade, tanto de surdos quanto de ouvintes, não fique tão atrelada as relação de poder.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Sandra. A entrevista narrativa ressignificada nas pesquisas educacionais pós-estruturalistas. In: MEYER, D. E.; PARAÍSO, M. A. (org.). *Metodologias de pesquisa pós-críticas em educação*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012. p. 173-194.
- BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 22 dez. 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil03/_ato2004/2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 17 ago. 2018.
- BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 24 abr. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso em: 17 ago. 2018.
- CAMPOS, Gastão Wagner de Souza. Reflexões temáticas sobre equidade e saúde: o caso do SUS. *Revista Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 15, p. 23-33, 2006.
- CARVALHO, Daniel Junqueira. *Não basta ser surdo para ser professor: as práticas que constituem o ser professor surdo no espaço da inclusão*. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.
- CASTRO, Edgardo. *Vocabulário do Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*. Belo Horizonte: Autentica, 2009.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Tradução de Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011.
- FERNANDES, Sueli; MOREIRA, C., Laura. *Políticas de educação bilíngue para surdos: o contexto brasileiro*. Educ. rev. no.spe-2 Curitiba: Educar em Revista, 2014.
- FERREIRA, N. S. A. As pesquisas denominadas “estado da arte”. *Educação & Sociedade*, São Paulo, ano 23, n. 79, p. 257-272, ago. 2002.
- FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FOUCAULT, Michel. A governamentalidade. In: *Ditos e escritos IV: estratégias poder-saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. p. 281-305.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Tradução de Laura F. A. Sampaio. 13. ed. São Paulo: Loyola, 2006.
- FOUCAULT, Michel. O que são as luzes? In: FOUCAULT, Michel. *Ditos & escritos II: arqueologia das ciências humanas e história dos sistemas de pensamento*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013. p. 335-351.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, território e população*: curso dado no College de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramallete. 37. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

GALLO, Sílvio. Sob o signo da diferença: em torno de uma Educação para a singularidade. In: SILVEIRA, Rosa Maria Hessel. *Cultura, poder e educação*. Canoas: ULBRA, 2005. p. 213-223.

GESSER, Audrei. “*Um olho no professor surdo e outro na caneta*”: ouvintes aprendendo a Língua Brasileira de Sinais. 2006. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, 2006.

HALL, Stuart. *Identidades culturais na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

KIPPER, Daiane. *Práticas matemáticas visuais produzidas por alunos surdos*: entre números, letras e sinais. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Santa Cruz do Sul, 2015.

KOOGAN, Abrahão; HOUAISS, Antônio. *Enciclopédia e dicionário ilustrado*. 4. ed. Rio de Janeiro: Seifer, 2000.

LADD, Paddy; GONÇALVES, Jamie Cristine do Amaral. Prefácio. In: PERLIN, Gladis; STUMPF, Marianne. *Um olhar sobre nós surdos*: leituras contemporâneas. Curitiba: Editora Crv, 2012. p. 9-18.

LARROSA, Jorge. Tecnologias do Eu e a Educação. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. *O sujeito da educação*: estudos foucaultianos. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 35-84.

LARROSA, Jorge. *Tremores*: escritos sobre experiência. Tradução Cristina Antunes, João Wanderley Geraldi. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

LOPES, Maura Corcini. Narrativas surdas: a condução das condutas dos escolares. In: ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO, 15., 2010, Belo Horizonte. *Anais* [...]. Belo Horizonte: UFMG, 2010. Tema: Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente - políticas e práticas educacionais.

LOPES, Maura Corcini; THOMA, Adriana da Silva. Subjectivation, normalisation et constitution de l'éthos sourd: politiques publiques et paradoxes contemporains. *La nouvelle revue de l'adaptation et de la scolarisation*, [s.l.], v. 1, p. 105-116, 2013.

LOPES, Maura Corcini; VEIGA-NETO, Alfredo. Marcadores culturais surdos. In: VIEIRA-MACHADO, Lucylene Matos da Costa; LOPES, Maura Corcini. *Educação de Surdos*: Políticas, Língua de Sinais, Comunidade e Cultura Surda. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2010. p. 116-137.

MORAIS, Mônica Zavacki de; LUNARDI-LAZZARIN, Márcia Lise. Pedagogia e diferença: capturas e resistências nos discursos curriculares da educação de surdos. In: THOMA, Adriana da Silva; KLEIN, Madalena (org.). *Currículo & avaliação: a diferença surda na escola*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009.

NAÇÕES UNIDAS. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Paris, 1948. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Declara%C3%A7%C3%A3o-Universal-dos-Direitos-Humanos/declaracao-universal-dos-direitos-humanos.html>. Acesso em: 10 nov. 2018.

OBSERVATÓRIO DO PNE. *O Plano Nacional de Educação*. [S.l.], 2018. Disponível em: <http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>. Acesso em: 27 set 2017.

OLIVEIRA, Sonia Regina Nascimento de. Educação e formação de professores surdos: contextos, inserções, dilemas e desafios. 2014. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) - Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2014.

PARAÍSO, Marlucy Alves. Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação e currículo: trajetórias, pressupostos, procedimentos e estratégias analíticas. In.: MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves (org.). *Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012.

PERLIN, Gladis T. T. Identidades surdas. In: SKLIAR, Carlos. *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Medicação, 1998. p. 51-73.

PERLIN, Gladis T. T. *O ser e o estar sendo surdos: alteridade, diferença e identidade*. 2003. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.

PERLIN, Gladis T. T.; REIS, Flaviane. Um olhar sobre nós surdos: leituras contemporâneas. In: PERLIN, Gladis T. T.; STUMPF, Marianne (org.). *Surdos: cultura e transformação contemporânea*. 1. ed. Curitiba, PR: CRV, 2012.

QUADROS, R. M. de. O bi do bilingüismo na educação de surdos. In: SURDEZ e bilingüismo. 1. ed. Porto Alegre: Medicação, 2005. v. 1, p. 26-36.

QUADROS, R. M. de. *Educação dos surdos: a aquisição da linguagem*. Porto Alegre: Artmed, 1997.

QUADROS, R. M. de. Estudos Surdos III. In.: QUADROS, Ronice Muller (org.). CERNY, Zen Roseli; PEREIRA, Alice T. C. *Inclusão de surdos no Ensino Superior por meio do uso da tecnologia*. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2008.

REIS, Flaviane. *A docência na Educação Superior: narrativas das diferenças políticas de sujeitos surdos*. 2015. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.

REZENDE, Patrícia Luiza Ferreira. *Implante coclear na constituição dos sujeitos surdos*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

RIBEIRO, Djamila. *O que é: lugar de fala?* Belo Horizonte, MG: Letramento; Justificando, 2017.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. *Diálogo Educacional*, Curitiba, v. 6, n. 19, p. 37-50, set./dez. 2006.

SACKS, Oliver. *Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos*. Tradução Laura Teixeira Motta. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SALLES, Heloisa Maria Moreira Lima. *Ensino de língua portuguesa para surdos: caminhos para a prática pedagógica*. 2. ed. Brasília: MEC; SEESP, 2007. v. 1.

SCREMIN, Paula Xavier. *A formação de professores surdos: verdades produzidas na revista Espaço*. 2012. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2012.

SKLIAR, Carlos Bernardo. Abordagens socioantropológicas em educação especial. In: SKLIAR, C. (org.). *Educação e exclusão*. Cadernos de Autoria. Porto Alegre: Mediação, 1997

SKLIAR, Carlos Bernardo. Os Estudos Surdos em Educação: problematizando a normalidade. In: SKLIAR, Carlos (Org.). *A Surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação, 2010. p. 7-32.

SKLIAR, Carlos Bernardo (org.). *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação, 1998.

SOUZA, Regina M.; GALLO, Silvio. Língua, cultura e política no plural: pela resistência à folclorização do outro. In: VIEIRA-MACHADO, Lucyenne Matos da Costa; LOPES, Maura Corcini. *Educação de surdos: políticas, língua de sinais, comunidade e cultura surda*. 1. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010.

THOMA, Adriana da Silva. Educação bilíngue nas políticas educacionais e linguísticas para surdos: discursos e estratégias de governmentação. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 41, n. 3, p. 755-775, jul./set. 2016.

THOMA, Adriana da Silva; BANDEIRA, Larissa da Veiga Vieira. Memórias e narrativas de professores constituindo modos de ser e de se fazer a educação de surdos. In: VIEIRA-MACHADO, Lucyenne Matos da Costa; LOPES, Maura Corcini (org.). *Educação de Surdos: políticas, língua de sinais, comunidade e cultura surda*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2010. p. 138-154.

THOMA, Adriana da Silva; KRAEMER, Graciele Marjana. *A educação de pessoas com deficiência no Brasil: políticas e práticas de governmentação*. Curitiba: Appris, 2017.

VEIGA-NETO, Alfredo; LOPES, Maura Corcini. *A inclusão como dominação do outro pelo mesmo*. [S.l.]: Universidad Pedagógica Nacional. Facultad de Educación, 2012.

UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL. [Site da Universidade de Santa Cruz do Sul]. Disponível em: <https://www.unisc.br/pt/cursos/todos-os-cursos/mestrado-doutorado/mestrado/mestrado-e-doutorado-em-educacao/linhas-de-pesquisa>. Acesso em: 18 set. 2018.

WITCHS, Pedro Henrique. *Governamento linguístico em educação de surdos: práticas de produção do surdus mundi no século XX*. 2018. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2018.

WICHTS, Pedro Henrique; LOPES, Maura Corcini. Surdez como matriz de experiência. *Revista Espaço: periódico acadêmico INES*, Rio de Janeiro, 2015. p. 31-47.

ANEXO A – Termo de consentimento livre e esclarecido

UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado/a como voluntário/a a participar da pesquisa **NARRATIVAS DOS PROFESSORES SURDOS NO ENSINO SUPERIOR SOBRE OS PROCESSOS DE PRODUÇÃO ACADÊMICA** desenvolvida no curso de Mestrado em Educação da Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC

DOS OBJETIVOS DA PESQUISA:

A pesquisa tem como **OBJETIVO GERAL:** *Quais as implicações das normas pensadas por e para ouvinte nos processos de subjetivação do professor surdo, quanto a produção acadêmica, no Ensino Superior?*

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) entender os processos de subjetivação que envolvem o sujeito profissional surdo no Ensino Superior;
- b) analisar as ‘dificuldades’ narradas pelos docentes no processo de escrita e publicação dos textos acadêmicos.

DA PRODUÇÃO DE DADOS

Os dados serão produzidos por meio de entrevistas narrativas e serão realizadas via rede sociais, como: *WattsApp, Instagran, Facebook* ou *E-mail*. As entrevistas vias redes sociais serão uma estratégia para contatar professores de universidades mais distantes, pois algumas redes sociais possibilitam também a chamada em vídeo, bem como a escrita em Língua Portuguesa. Para os professores das universidades mais próximas geograficamente penso em realizar as entrevistas pessoalmente, se o professor entrevistado tiver disponibilidade, caso

contrário também poderá ser utilizado as redes sociais. As entrevistas se constituirão como o material empírico a ser analisado na presente pesquisa. Nesse sentido, ao aceitar participar, solicitamos sua autorização para uso das produções escritas ou gravadas.

GARANTIA DE ESCLARECIMENTO E LIBERDADE DE RECUSA

Comprometemo-nos a responder devida e adequadamente qualquer dúvida ou necessidade de esclarecimento que eventualmente você venha a ter no momento da pesquisa ou posteriormente, bem como respeitar os valores éticos que permeiam esse tipo de trabalho. Desta forma, informamos que quaisquer dados produzidos estarão sob sigilo ético.

Você será esclarecido/a sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

DECLARAÇÃO DO/A PARTICIPANTE

Eu, _____ fui informada/o dos objetivos da pesquisa acima de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que em qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão se assim o desejar. Em caso de dúvidas poderei contatar a pesquisadora responsável pelo e-mail: kakakist@gmail.com ou em SMS/WhatsApp: (51) 999069045.

Declaro que concordo em participar deste estudo. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Nome completo do Participante

Assinatura do Participante

Karoline Kist

Nome completo da Pesquisadora

Assinatura da Pesquisadora

Prof. Dr. Camilo Darsie

Nome completo da Orientador

Assinatura da Orientador

Local e Data:

Chegarei nos sujeitos a entregar esse TCLE para atender aos aspectos éticos no desenvolvimento da pesquisa, será solicitado aos participantes a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

ANEXO B – Experiências de surdos com a produção escrita na academia

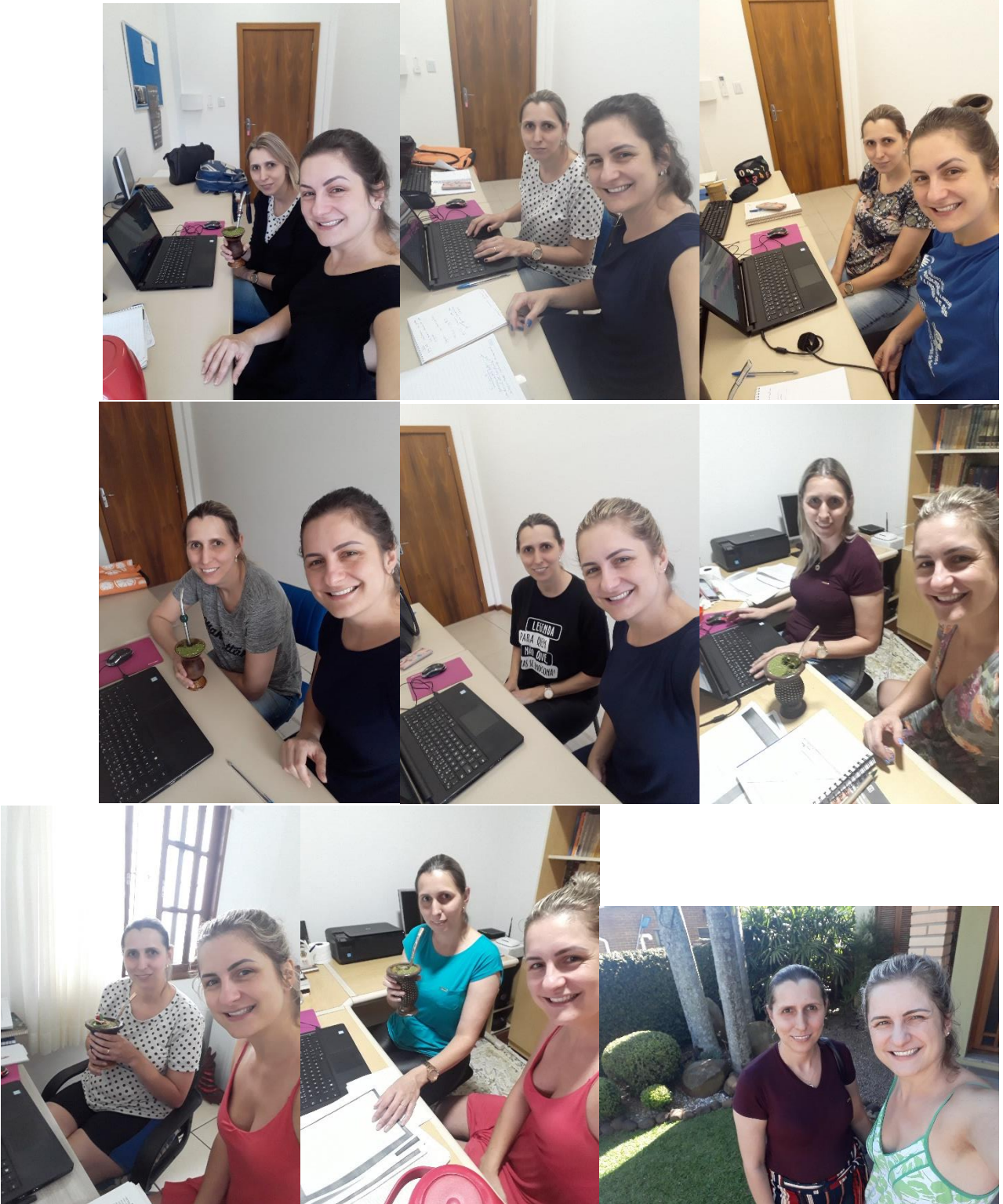
Então abaixo, alguns recortes da dissertação de uma professora surda que está fazendo mestrado do seu projeto da dissertação, em que apresenta o desafio de desenvolver a sua escrita. O primeiro recorte que faço referência é da Bruna Branco que tem a sua aprovação do projeto de qualificação do Mestrado neste ano 2018, e seu título da pesquisa é *Língua de Sinais como objeto de consumo e a formação em Letras libras como investimento em capital humano: Experiências de professores surdos*, relata a sua experiência com a escrita, como segunda língua e da necessidade do apoio do ouvinte na condução linguística, segue o relato na imagem abaixo:

Tendo em vista o processo de escrita da proposta, a qual deve ser realizada em língua portuguesa, minha segunda língua, para registro deste texto, considerei importante solicitar a tradução do trabalho, que foi realizada em parte por um profissional Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e, outra parte, por uma Tradutora e Intérprete de Libras contratada de forma particular por mim, devido a grande demanda dos profissionais da universidade. Esse trabalho foi realizado para facilitar a leitura da proposta pelas professoras avaliadoras da banca, embora todas atuem na área da educação de surdos e saibam que o português é minha segunda língua.

No processo tradutório e de escrita, sentamos juntos em frente a tela do computador, com o software Word aberto e com a minha proposta. Nos momentos de dúvidas em relação ao texto, fiz esclarecimentos sinalizados, explicando em minha primeira língua, a Libras, fazendo uma revisão do que eu estava querendo expressar, complementando o texto com palavras que eu havia "omitido". Ambas as versões, a minha e a elaborada com o intérprete de Libras, costumavam ser salvas e apresentadas à orientadora para discussões sobre as adequações realizadas. Além

E o segundo recorte que analiso é a minha própria experiência como mestranda surda, no desenvolvimento do presente projeto de qualificação. Nessa experiência com a escrita e a leitura de uma segunda língua precisou da tradução técnica e apoio da Intérprete Janaína Carla da Cruz, pois no início o seu trabalho foi fundamental na contextualização dos conceitos estudados. Na metade do ano 2018, contei com o apoio da tradutora e colega doutoranda Daiane Kipper da mesma instituição, que me acompanhou para organizar as estruturas do meu texto e escolher palavras condizentes com a linha de pesquisa, também compartilhamos ideias e aprendendo muitas coisas juntas. Além disso, a colega teve a possibilidade de aprender e aprofundar Libras comigo. Segue a nossa foto na sala de estudos, onde se desenvolvemos parte da na minha pesquisa:

Figura 5 – Estudos registrados





Fonte: registros fotográficos da autora (2019).

ANEXO C - Experiencias com meus diários de produção escrita**Figura 6 – Diários 1999 até 2009**

Fonte: registro fotográfico da autora (2018).